

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	2
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	4
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	5
1.5 Principais clientes	15
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	16
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	36
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	37
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	38
1.10 Informações de sociedade de economia mista	39
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	40
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	41
1.13 Acordos de acionistas	43
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	45
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	46
1.16 Outras informações relevantes	47
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	48
2.2 Resultados operacional e financeiro	63
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	66
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	67
2.5 Medições não contábeis	69
2.6 Eventos subsequentes as DFs	71
2.7 Destinação de resultados	73
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	74
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	75
2.10 Planos de negócios	76
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	78
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	79
3.2 Acompanhamento das projeções	80

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	81
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	102
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	107
4.4 Processos não sigilosos relevantes	110
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	120
4.6 Processos sigilosos relevantes	121
4.7 Outras contingências relevantes	122
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	123
5.2 Descrição dos controles internos	124
5.3 Programa de integridade	125
5.4 Alterações significativas	126
5.5 Outras informações relevantes	127
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	128
6.3 Distribuição de capital	132
6.4 Participação em sociedades	133
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	135
6.6 Outras informações relevantes	136
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	137
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	138
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	139
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	140
7.4 Composição dos comitês	145
7.5 Relações familiares	148
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	149
7.7 Acordos/seguros de administradores	150
7.8 Outras informações relevantes	151
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	152

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	157
8.3 Remuneração variável	161
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	164
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	167
8.6 Outorga de opções de compra de ações	169
8.7 Opções em aberto	170
8.8 Opções exercidas e ações entregues	171
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	172
8.10 Outorga de ações	173
8.11 Ações entregues	174
8.12 Precificação das ações/opções	176
8.13 Participações detidas por órgão	177
8.14 Planos de previdência	178
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	179
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	181
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	182
8.18 Remuneração - Outras funções	183
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	184
8.20 Outras informações relevantes	185
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	186
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	190
9.4 Outras informações relevantes	191
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	
10.1 Descrição dos recursos humanos	192
10.2 Alterações relevantes	193
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	194
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	195
10.5 Outras informações relevantes	196
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	197

Índice

11.2 Transações com partes relacionadas	198
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	215
11.3 Outras informações relevantes	216
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	217
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	219
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	220
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	221
12.5 Mercados de negociação no Brasil	222
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	223
12.7 Títulos emitidos no exterior	224
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	225
12.9 Outras informações relevantes	226
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	227
13.1 Declaração do diretor presidente	228
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	229
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	

1.1 Histórico do emissor

1.1. Histórico do emissor

Data de Constituição do Emissor	11/12/2006
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade por Ações
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	20/08/2008

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.2. Descrição das principais do emissor e de suas controladas

A Companhia foi constituída em 06 de dezembro de 2006, é regida por seu Estatuto Social, e tem por objeto social as seguintes atividades:

- a. geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas;
- b. produção de combustíveis a partir de fontes naturais e renováveis;
- c. a prestação de serviços de apoio logístico a empresas ou companhias de consultoria ambiental;
- d. comercialização de créditos de carbono;
- e. a prestação de consultoria em soluções energéticas relativas à geração, comercialização, transmissão e demais negócios envolvendo eficiência energética;
- f. a prestação serviços de engenharia, construção, logística, desenvolvimento de estudos e projetos relacionados a usinas de geração de energia em todas as suas formas e seus sistemas, bem como a sua implantação, operação, manutenção e exploração;
- g. a fabricação e comercialização de peças e equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia;
- h. a atuação no mercado de geração de energia elétrica por meio de equipamentos de geração de energia solar, incluindo, mas não se limitando, a comercialização de energia gerada por fonte solar, a comercialização de equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia por fonte solar, beneficiamento de poli silício, lingotes, wafers, células, painéis, módulos e inversores;
- i. a comercialização, arrendamento, aluguel ou qualquer outra forma de disponibilização de ativos de geração de energia; e
- j. participação no capital social de outras sociedades.

A Companhia é precursora na implementação de projetos de energia eólica no Brasil e atua de forma integrada na prospecção, desenvolvimento, implantação e operação dos empreendimentos de geração de energia por fontes alternativas, o que lhe confere vantagens competitivas e retornos atrativos em seus projetos.

Os empreendimentos de geração de energia elétrica por fontes alternativas (parques eólicos, PCHs, usinas térmicas de biomassa e de energia solar), além de serem fontes limpas de geração de energia elétrica e contarem com forte demanda no mercado, gozam de uma série de benefícios em comparação a outros tipos de projetos de energia, tais como:

- (i) desconto de 50% a 100% nas tarifas de transmissão e distribuição;
- (ii) possibilidade de consumidores especiais (consumidores com demanda contratada acima de 0,5MW) comprarem exclusivamente energia gerada por fontes alternativas;
- (iii) menor dificuldade para o licenciamento ambiental;
- (iv) receitas potenciais com os créditos de carbono, uma vez que são elegíveis para obtenção de tais créditos, por meio do MDL (mecanismo de desenvolvimento

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

- limpo), no âmbito do Protocolo de Kyoto;
- (v) são projetos de infraestrutura e portanto elegíveis ao REIDI (Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura).

A Companhia atua majoritariamente na região nordeste do Brasil.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1.3. informações relacionadas aos segmentos operacionais

a. Produtos e serviços comercializados

A Companhia apresenta quatro segmentos reportáveis que são suas unidades de negócios estratégicas. Tais unidades oferecem diferentes fontes de energia renovável e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias, desenvolvimentos e características operacionais.

A seguir a Companhia apresenta um resumo das operações em cada um dos segmentos reportáveis da Companhia. A diferença entre os segmentos e o consolidado refere-se às atividades administrativas desenvolvidas pela Controladora:

a) **PCH** – Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes hídricas, inclui o desenvolvimento de estudos de inventários e projetos básicos e geração de energia. Os ativos de PCHs da Companhia foram vendidos em junho de 2022, portanto atualmente não possui pequenas centrais hidrelétricas em seu portfólio.

b) **Eólico** – A Companhia, nesse segmento, tem capacidade instalada contratada de 432,6 MW decorrentes da participação nos leilões de energia elétrica LER 2013 e LER 2014.

c) **Solar** – Atualmente, a Companhia possui um projeto que apresenta 4,8 MW de capacidade em energia solar.

d) **Comercialização** – Este segmento é responsável pela comercialização de energia em todas as suas formas.

b. Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

(Valores em R\$ mil)	2022	
	Valor	% do total
Receita Líquida - PCHs	20.722	10,04%
Receita Líquida - Eólicas	92.632	44,88%
Receita Líquida - Solar	-	0,00%
Receita Líquida - Comercialização	93.049	45,08%
Receita operacional líquida (ROL)	206.403	100,00%

c. Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

(Valores em R\$ mil)	2022	
	Valor	% do total
Lucro líquido - PCHs	225.189	28,98%
Lucro líquido - Eólicas	619.283	79,69%
Lucro Líquido - Solar	-	0,00%
Custos Comercialização e administrativos	(67.352)	-8,67%
Lucro total	777.120	100,00%

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1.4 - Produção/Comercialização/Mercados

a. Características do Processo de Produção

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía em operação uma capacidade instalada de 424,5 MW referentes às 26 usinas eólicas do completo Alto dos Sertões III – Fase A.

Dessa capacidade, o total de 202,2 MW estão dedicados ao atendimento dos contratados decorrentes da participação no 5º e 6º Leilões de Energia de Reserva (LER 2013 e LER 201), que somam 94,6 MWm. Vale diferenciar aqui a capacidade instalada da usina e a energia efetivamente gerada em média e entregue em atendimento aos contratos.

A Companhia também comercializou energia no mercado livre totalizando 100,2 MWm, decorrente à contratação com as empresas CEMIG e LIGHT.

A Companhia e suas controladas mantêm contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras e, portanto, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

A Companhia e suas controladas mantêm seguros para determinados bens do ativo imobilizado bem como para responsabilidade civil e outras garantias contratuais.

O resumo das apólices vigentes em 09 de maio de 2023, segue abaixo:

Riscos de Geração, Construção e Transmissão

Operação					
Objeto da Garantia	Importância Segurada (em R\$ mil)	Início	Vigência		Segurado
			Fim		
RISCO OPERACIONAL	2.655.000.000,00	13/06/2022	13/06/2023		DIAMANTINA PARTICIPAÇÕES
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	50.000.000,00	26/11/2022	30/11/2023		RENOVA ENERGIA
Construção					
Objeto da Garantia	Importância Segurada (em R\$ mil)	Início	Vigência		Segurado
			Fim		
TRANSPORTE NACIONAL	183.208.317,00	22/06/2022	22/06/2023		RENOVA ENERGIA
GARANTIA EXECUTANTE CONSTRUTOR (ASIII - Fase A)	2.916.000,00	31/01/2023	31/01/2024		ANEEL
GARANTIA EXECUTANTE CONSTRUTOR (BTG)	20.520.000,00	31/01/2023	31/01/2024		ANEEL
GARANTIA EXECUTANTE CONSTRUTOR (LIGHT II)	40.560.000,00	31/01/2023	31/01/2024		ANEEL
Administração e Portfólio					
Objeto da Garantia	Importância Segurada (em R\$ mil)	Início	Vigência		Segurado
			Fim		
SEGUROS DE RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL DE ADMINISTRADORES – D&O	60.000.000,00	31/01/2023	31/01/2024		RENOVA ENERGIA
FIANÇA LOCATÍCIA	346.261,20	15/01/2022	15/01/2025		RENOVA ENERGIA
SEGURO ESCRITÓRIOS	2.100.000,00	07/11/2023	07/11/2024		RENOVA ENERGIA
RD EQUIPAMENTOS	915.596,00	07/11/2023	07/11/2024		RENOVA ENERGIA
PROTEÇÃO DE DADOS E RESPONSABILIDADE CIBERNÉTICA	5.000.000,00	29/03/2023	29/03/2024		RENOVA ENERGIA

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

As características da fonte de geração de energia renovável que a Companhia utiliza estão listadas abaixo:

Parques Eólicos

A também denominada energia dos ventos pode ser explicada, em termos físicos, como a energia cinética gerada pela migração das massas de ar provocada pelas diferenças de temperatura existentes na superfície do planeta. A geração eólica ocorre pelo contato do vento com as pás do aerogerador. Ao girar, as pás dão origem à energia mecânica que aciona o rotor do aerogerador, que por fim produz a eletricidade. A quantidade de energia mecânica transferida e, portanto, o potencial de energia elétrica a ser produzida está diretamente relacionado à densidade do ar, à área coberta pela rotação das pás e à velocidade do vento na altura de cada aerogerador. Para a produção de energia elétrica, são utilizadas turbinas eólicas, também conhecidas como aerogeradores.

A construção de um parque eólico é menos complexa em comparação à construção de usinas hidroelétricas, por exemplo, consistindo basicamente na preparação de fundações e posterior montagem dos aerogeradores, os quais são montados no local. O prazo de construção de uma usina eólica é mais curto do que o de uma PCH (entre 1 ano e meio a 2 anos, em média), e o investimento necessário por MW instalado para a construção de um parque eólico também é inferior ao investimento para construção de uma PCH.

De acordo com o Atlas de Energia Elétrica do Brasil, os ventos do Brasil são duas vezes superiores à média mundial e possuem volatilidade de 5% (oscilação da velocidade), o que dá maior previsibilidade ao volume a ser produzido. Além disso, como a velocidade costuma ser maior em períodos de estiagem, existe a grande vantagem de operar as usinas eólicas de forma complementar às usinas hidrelétricas, preservando a água dos reservatórios em períodos de poucas chuvas.

Destacamos ainda que flutuações na geração de energia em função da variabilidade dos ventos, uma característica da geração eólica, não foi identificada no Brasil. Outro obstáculo enfrentado por projetos eólicos é a necessidade de construir extensas redes de transmissão, que está sendo mitigada com a licitação de novas ICG (linha de transmissão para conexão compartilhada).

Por fim no Brasil, onde o leque de opções para a expansão das fontes renováveis é amplo, a tarifa da energia é um componente importante na política energética e essencial para viabilizar a inserção competitiva desta fonte. Dado ao potencial eólico brasileiro o desafio se concentra no custo desta energiadesta fonte comparado ao das demais opções de expansão.

Outro benefício desta fonte renovável, que pode vir no futuro a contribuir para viabilizar estes projetos, refere-se à perspectiva de venda de créditos de carbono por ser uma tecnologia de geração limpa de energia.

O ano de 2009 foi um marco para a energia eólica no Brasil. No dia 14 de dezembro de 2009 ocorreu o segundo leilão de energia de reserva, tendo esse leilão se destinado exclusivamente à contratação de usinas eólicas. Os resultados do leilão surpreenderam em dois aspectos: (i) a elevada capacidade contratada; e (ii) os preços praticados, abaixo das estimativas de mercado e em níveis competitivos com outras fontes tidas como mais baratas, como termelétricas.

Os preços praticados neste primeiro leilão representam uma quebra de paradigma no setor, onde havia a crença da necessidade de preços acima de R\$200,00 por MWh para viabilizar projetos de geração de fonte eólica, em linha com as tarifas praticadas no Proinfa, situadas na faixa de R\$250,00 a R\$270,00 por MWh. Os principais fatores que possibilitaram essa importante redução de custos na indústria podem ser listados como segue:

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

- (i) Alto Fator de Capacidade dos Parques Vencedores: Os parques eólicos vencedores do certame possuíam em média 41,7% de fator de capacidade, já descontados os arredondamentos dos lotes inteiros, sendo que alguns parques chegavam a ter fator de capacidade acima de 50%, o que implica em uma elevada produção de energia anual, em níveis extremamente altos se comparado com os padrões internacionais, o que demonstra o grande potencial eólico brasileiro;
- (ii) Maturação da Indústria de Suprimento de Equipamentos Eólicos: Com o forte crescimento de programas de apoio à energia eólica em países como Estados Unidos, China e Índia, bem como na Comunidade Europeia, pioneira neste setor, grandes fabricantes de equipamentos, tais como General Electric, Siemens e Alstom, ingressaram no setor nos últimos anos por meio de aquisições e usaram sua capacidade financeira e técnica para ampliar os volumes produzidos e o tamanho individual dos equipamentos, o que trouxe expressivos ganhos de escala no setor e a consequente redução dos custos unitários;
- (iii) Incentivos Fiscais na Indústria: A isenção do IPI sobre equipamentos eólicos, o REIDI, que isenta o PIS e COFINS, e a extensão de convênios do CONFAZ que prorrogou até o dia 31 de dezembro de 2012 a isenção do ICMS para operações com equipamentos e componentes para o aproveitamento de energia eólica, possibilitaram a desoneração fiscal sobre os equipamentos, assim como a liberação de importação para equipamentos de potência unitária acima de 1,5 MW, o que acirrou a competição com os fabricantes de equipamentos locais e propiciou melhores condições para os empreendedores. Adicionalmente alguns parques da Companhia foram qualificados para obtenção do incentivo fiscal “Desenvolve” (Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia) o qual consiste na concessão de dois benefícios fiscais: (i) dilação do prazo de pagamento, de até 90% do saldo devedor mensal do ICMS normal, limitada a 72 meses; e (ii) diferimento do lançamento e pagamento do ICMS devido; e
- (iv) Crise Financeira Internacional: A crise financeira internacional, que vem afetando mais fortemente os países desenvolvidos e com grande impacto na oferta de crédito nesses países que são o *core market* dos grandes fabricantes de equipamentos eólicos, incentivou esses fabricantes a buscar novas alternativas de mercado para vender sua produção, aumentando, assim, a oferta de equipamentos eólicos no país e fortalecendo o poder de negociação dos projetos com altos fatores de capacidade e escala, e consequentemente grandes chances de êxito no leilão.

Em agosto de 2010 ocorreu outro leilão de energia de reserva, o LER 2010, onde a Companhia comercializou energia proveniente de seis empreendimentos eólicos.

Em agosto de 2011 ocorreu o 12º Leilão de Energia Nova (A-3), onde a Companhia comercializou energiaprovieniente de nove empreendimentos eólicos.

Em dezembro de 2012 ocorreu o 15º Leilão de Energia Nova (A-5), onde a Companhia comercializou energia proveniente de um empreendimento eólico. Em maio de 2017, através dos processos do MCSD 4+, a Companhia cancelou permanentemente o contrato firmado neste leilão.

Em agosto de 2013 ocorreu o 5º Leilão de Energia de Reserva, onde a Companhia comercializou energia proveniente de nove empreendimentos eólicos.

Em dezembro de 2013 ocorreu o 18º Leilão de Energia Nova, onde a Companhia comercializou energia proveniente de 17 empreendimentos eólicos. Em maio de 2017, através dos processos do MCSD 4+, a Companhia cancelou permanentemente o contrato firmado neste leilão.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Em outubro de 2014 ocorreu o 6º Leilão de Energia de Reserva, onde a Companhia comercializou energiaproveniente de 3 empreendimentos eólicos.

Em novembro de 2014 ocorreu o 20º Leilão de Energia Nova, onde a Companhia comercializou energia proveniente de 5 empreendimentos eólicos.

Em 31 de dezembro de 2017, neste segmento, a Companhia não contava mais com geração em operação devido à venda do Complexo Alto Sertão II, então seu único ativo de geração já operacional, para a AES em agosto de 2017.

Energia solar

A energia solar é o recurso renovável de maior abundância no planeta Terra, sendo que, a cada ano recebemos cerca de 23.000 TWh de energia solar, quantidade significativamente maior que a demanda mundial de 16 TWh por ano.

Existem duas maneiras principais de se realizar a conversão da energia solar em energia elétrica. A primeira delas é usufruindo do efeito fotovoltaico, descoberto em 1839 por Edmond Becquerel, que consiste no aproveitamento das características fotocondutoras de alguns elementos como por exemplo o Silício. Nesse caso, a incidência de recurso solar em um módulo fotovoltaico, que utiliza como insumo oSilício purificado, converte em um estágio único a energia solar em energia elétrica.

Um segundo modelo de aproveitamento é caracterizado pela utilização de espelhos refletores que, uma vez focalizados em um fluido térmico, aquecem o mesmo que por conseguinte é utilizado para geração de vapor. Deste passo em diante, a usina se assemelha a uma usina térmica tradicional.

O Brasil é um dos países com as melhores condições de recurso solar no mundo, especialmente nos estados do Nordeste, tais quais a Bahia e Pernambuco. Ao mesmo tempo, em se tratando de medições anuais, a volatilidade do recurso se mostra diminuta.

Dado os incentivos em diversos países do mundo como Alemanha, Espanha, Estados Unidos, a cadeia de suprimentos da energia solar se desenvolveu rapidamente, assim como sua eficiência, o que proporcionou uma redução de custo significativa ao longo dos últimos anos, proporcionando uma evolução exponencial da fonte. Apenas em 2012, 28,4 GW de potência solar foram instalados, sendo que a capacidade instaladaacumulada mundial já superou o patamar dos 100 GW.

O aproveitamento da energia solar para a geração de energia elétrica galgou, nos últimos anos, alguns degraus em seu desenvolvimento no Brasil, com a implementação de projetos de maior porte, com cercade 1 MW de capacidade.

O fato que marcou a entrada da energia fotovoltaica em grande escala em território brasileiro foi o Leilão de Energia de Reserva de 2014 que pela primeira vez, contou com um certame exclusivo para a fotovoltaica, garantindo a contratação de 890 MW. Na sequência, foram realizados outros dois certames em 2015, contratando, conjuntamente, outros 1.763 MW. Grande parte desse movimento deu-se pelos incentivos que foram criados ao longo dos anos de 2012 e 2013, entre eles (i) a ampliação do desconto de 50% para 80% no uso das tarifas de distribuição/transmissão para os primeiros 10 anos desses empreendimentos; (ii) a criação e um fundo setorial pelo BNDES (“Fundo Clima”) para incentivar a cadeia fotovoltaica, desde o downstream na fabricação de equipamentos até o *upstream* em projetos para comercialização (leilão e mercado livre); (iii) o estabelecimento da Resolução 428/2013 para criação do sistema de compensação de energia (“*net metering*”) para sistema de até 1 MW no contexto da geração distribuída; (iv) a criação da Chama Estratégica #13 de P&D da ANEEL para desenvolver projetos comerciais e criar o conhecimento necessário para

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

implantação em larga escala destes projetos.

No processo de distribuição de energia gerada pelos parques eólicos, PCHs e usinas solares não são utilizadas empresas controladas, coligadas, controladoras diretas ou indiretas ou de propriedade do acionista controlador da Companhia. A Companhia é responsável pela geração da energia e a transmissão é de responsabilidade de empresas terceiras.

Dos contratos de venda de energia eólica firmados pela Companhia, 49% haviam sido negociados no mercado regulado (ACR) e 51% no mercado livre (ACL). A estratégia da Companhia é manter a exploração das 2 (duas) alternativas de comercialização de energia, mercado regulado e mercado livre, de forma a viabilizar o crescimento sustentável do portfólio de ativos, com preços mais atrativos e prazos mais longos em relação à média de mercado, resultando nas melhores taxas de retorno possíveis.

Os leilões organizados pelo Governo Federal no mercado regulado, dos quais a Companhia participou, são uma importante ferramenta para viabilizar a comercialização de energia elétrica dos projetos de geração de energia de fontes renováveis.

b. Características dos Mercados de Atuação, em especial: (i) Participação em cada um dos mercados; e (ii) Condições de competição nos mercados.

Segundo a ANEEL, o sistema brasileiro de geração de energia elétrica é composto predominantemente por usinas hidrelétricas detidas por diversos proprietários, havendo um aumento significativo de outras fontes na matriz energética. A escolha desta fonte como base do parque gerador brasileiro está relacionada à abundância de recursos hídricos e à existência de um relevo favorável. O Brasil possui algumas das maiores usinas hidrelétricas do planeta, como Itaipu (14.000 MW) e Tucuruí (8.370 MW), cuja instalação na década de 1970 foi fundamental para o desenvolvimento industrial e econômico nacional. O foco na geração de energia a partir do aproveitamento de rios é uma lógica que permeia as políticas públicas brasileiras há várias décadas, e vem sendo mantida pelo governo atual, em especial através do desenvolvimento de grandes projetos na região Amazônica. Dentre esses projetos podemos destacar Santo Antônio (3.150 MW) e Jirau (3.750 MW), em construção no Rio Madeira, em Rondônia, e Belo Monte (11.233 MW), que teve a sua licença ambiental de instalação emitida e sua construção iniciada no Rio Xingu, no Pará. Entretanto, o relevante impacto socioambiental da construção de usinas de grande porte, cujos reservatórios demandam o alagamento de áreas extensas muitas vezes cobertas de vegetação nativa ou habitadas, tem levado à revisão da classificação de tais empreendimentos na categoria de fontes renováveis de energia. Estima-se que o Brasil apresentava em 2003 potencial de geração de energia hidrelétrica ainda não explorado de aproximadamente 258.853MW, dos quais apenas 30% foram aproveitados de acordo com a Empresa de Pesquisa Energética, ou EPE. Especificamente para Pequenas Centrais Hidrelétricas, foi identificado um potencial da ordem de 15.000MW a ser aproveitado em pequenas centrais, com capacidade até 30MW.

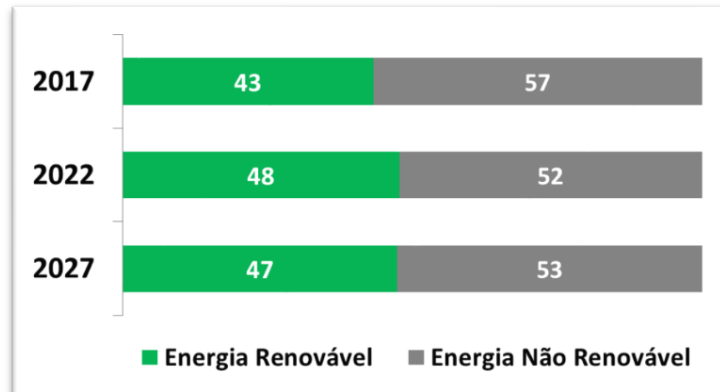
O planejamento da expansão da oferta de energia é regido pelo Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, que determina, como critério econômico, a igualdade entre o Custo Marginal de Operação – CMO e o Custo Marginal de Expansão – CME, para cada ano no período, e, como critério de segurança, o limite para o risco de insuficiência da oferta de energia elétrica, ou risco de déficit, em 5% dos cenários hidrológicos, em cada subsistema do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Foram selecionados como candidatos a constar do plano os empreendimentos de geração com viabilidade técnica, econômica e socioambiental, com os prazos necessários ao desenvolvimento dos projetos compatíveis com a previsão de início de operação no horizonte do estudo.

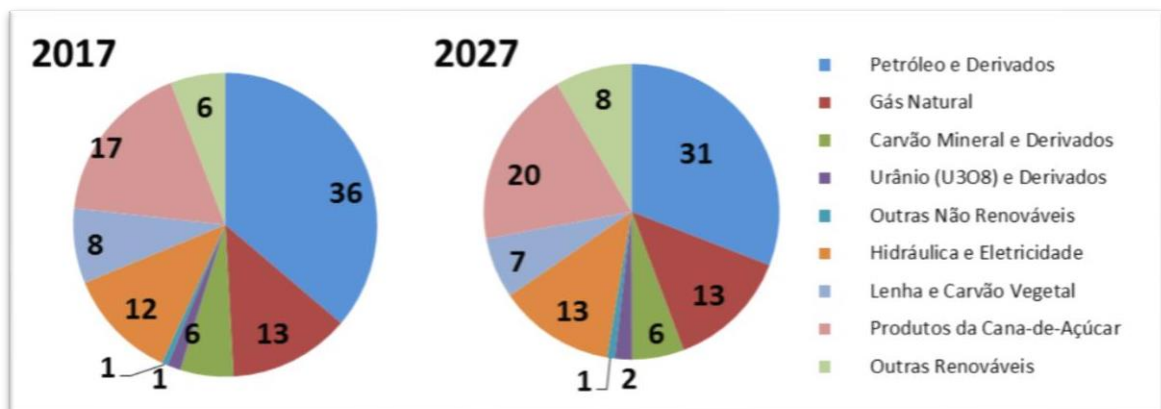
1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Mercado Brasileiro de Energia Renovável

Matriz energética brasileira: energia renovável e não-renovável (%)



Evolução da composição da oferta interna de energia por fonte



Fonte: Plano Decenal de Expansão de Energia – 2027

De acordo com dados do Banco de Informações de Geração – BIG/ANEEL, a capacidade instalada total do sistema elétrico brasileiro é de cerca de 164.797,4 MW (Dez/2018). Observe-se que este total engloba as unidades geradoras instaladas nos sistemas isolados, bem como a autoprodução (geração de energia elétrica instalada no local do consumo).

Em conformidade com a Lei 10.848 de 2004, para concretizar a expansão do SIN são realizados leilões para compra de energia com três (A-3) e cinco (A-5) anos de antecedência. Este processo faz com que haja um parque de geração já totalmente contratado e em implantação com usinas que deverão entrar em operação entre 2012 e 2014, além de um parque parcialmente contratado entre 2015 e 2016, oriundo dos leilões ocorridos em 2010 e 2011 – os leilões A-5 e o leilão específico para a compra da energia da UHE Belo Monte.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Destaca-se que a composição deste parque gerador, contratado e em implantação, é o resultado da real possibilidade de oferta que se tinha à época da realização dos leilões, tanto pela disponibilidade de projetos e de equipamentos, quanto pelo fato de terem obtido as necessárias licenças ambientais, sem as quais nenhum empreendimento de geração pode participar dos leilões de compra de energia elétrica previstos em lei.

Os empreendimentos contratados no PROINFA também foram inseridos de acordo com o cronograma do CMSE.

O PROINFA foi um programa do governo federal, instituído em 26 de abril de 2002 pela Lei 10.438, para aumentar a participação da energia renovável na matriz energética brasileira. O PROINFA tinha como meta promover a entrada de 3.300 MW de energias renováveis (divididos igualmente entre as três fontes) até dezembro de 2008 através de contratos de longo prazo (20 anos) entre os geradores renováveis e a Eletrobrás Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobrás"). O programa foi um marco no desenvolvimento do setor de energia eólica no país, ao possibilitar o estabelecimento de alguns dos primeiros Parques Eólicos comercialmente viáveis do Brasil. O investimento nestes parques criou condições para a instalação no Brasil de indústrias estrangeiras, produtoras de componentes para Parques Eólicos (aerogeradores), reduzindo consequentemente o custo de geração através da fonte eólica, aumentando sua competitividade e criando um ciclo virtuoso que perdura até hoje. Empreendimentos de biomassa e PCHs também foram beneficiados, embora os resultados tenham sido comparativamente inferiores. A tecnologia para construção e operação de PCHs e de Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa é largamente dominada por empresas de engenharia e fornecedores de equipamentos no Brasil, e os equipamentos necessários estão amplamente disponíveis no mercado nacional.

São consideradas energia renovável (alternativa) a energia produzida por PCHs, usinas eólicas, solares e biomassa.

Embora as PCHs estejam presentes no país há muito tempo, a maior parte de suas instalações se deu nas duas últimas décadas, em especial após reforma do setor energético brasileiro, tendo em conta a abertura do mercado para empresas privadas.

Já o mercado eólico, começou a ficar competitivo nos últimos seis anos com a instalação de leilões, organizados pelo governo, exclusivos para essa fonte de energia. Após meados de 2011, com a redução do custo de instalação, a energia eólica passou a competir no mercado regulado com outras fontes de energia.

Os Leilões de Fontes Alternativas ("LFAs") foram organizados exclusivamente para contratação de energia de fontes renováveis para venda no mercado regulado. Assim como o PROINFA, os LFAs obtiveram êxito no desenvolvimento do setor de energia renovável no Brasil, em especial o setor de energia eólica. Ao garantir a compra da energia gerada através de contratos de longo prazo com grupos de distribuidoras, os LFAs aumentaram a previsibilidade e segurança dos empreendimentos vencedores e permitiram que os mesmos obtivessem condições favoráveis de financiamento para construção dos parques eólicos.

Com o objetivo de complementar a energia contratada no ambiente regulado e garantir maior segurança no fornecimento de energia, a partir do Decreto nº 6.353, de 16 de janeiro de 2008, foi criado o Leilão de Energia de Reserva ("LER"). O Ministério de Minas e Energia define o montante de energia a ser comercializado no leilão, sendo que os custos decorrentes são rateados entre todos os usuários finais de energia elétrica. A contabilização e liquidação desta energia pode ocorrer apenas no mercado de curto prazo da CCEE.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

O mercado livre é formado por agentes de geração, comercializadores, importadores e exportadores de energia elétrica e consumidores livres. Neste ambiente ocorre a livre comercialização de energia para consumidores livres e especiais, formalizada através de contratos bilaterais estabelecidos entre as partes.

Atualmente, o governo brasileiro, através da ANEEL, oferece uma série de incentivos à instalação de empreendimentos de energia renovável no país (PCHs, Parques Eólicos e Solar e Usinas Termelétricas à Biomassa). Dentre estes incentivos, os principais são:

- Empreendimentos podem receber autorização emitida pela ANEEL, não estando sujeitos aos requerimentos do regime de concessão (ex: os projetos não são necessariamente leiloados e a autorização é concedida ao desenvolvedor do mesmo);
- Desconto de até 50% nas tarifas de transmissão e distribuição, tanto para agentes geradores quanto para consumidores; e especificamente para projetos solares, 80% nos 10 primeiros anos, e 50% no período subsequente;
- “Reserva de Mercado”: consumidores com demanda entre 0,5 MW e 3,0 MW podem tornar-se consumidores livres especiais, com a condição de adquirirem sua energia de fontes renováveis (ex.: Parques Eólicos e Usinas Termelétricas a Biomassa);
- Isenção do pagamento de tarifas setoriais como Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (“CFURH”), Uso do Bem Público (“UBP”) e Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”); e
- Linhas de financiamento com taxas e prazos atrativos concedidos pelo BNDES. Além disso, a Companhia possui os benefícios fiscais citados no item 1.4 a (iii) acima.

Os resultados da política oficial de incentivo às fontes renováveis são visíveis no aumento da participação das mesmas no total de energia gerada no país. Em 2007, PCHs, Parques Eólicos e Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa representavam 2,85% da matriz ou 2.801 MW, em comparação com 9,5% ou 10.928 MW registrado em 2011 (crescimento de 290% nos últimos 4 anos). Este ritmo de crescimento deve ser mantido nos próximos anos, já que, segundo a ANEEL, existem hoje 40 PCHs, 114 parques eólicos e 26 Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa em construção. Quando concluídas, estas usinas irão adicionar ao parque gerador brasileiro capacidades instaladas de 444,5 MW, 3.007,3 MW e 1801,3 MW, respectivamente.

O crescimento do mercado de geração de energia renovável no Brasil, observado nos últimos anos, e a estabilidade do marco regulatório do setor, têm atraído um considerável fluxo de investimentos privados, com forte participação de agentes estrangeiros como empresas de energia e fundos de investimento em participação. Ao contrário do cenário observado para o setor de geração como um todo, o segmento de energias renováveis é predominantemente controlado pela iniciativa privada.

i) Participação em cada um dos mercados

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía contratos de 194,8 MWm de energia contratada de eólicas. Desse valor: (i) 94,6 MWm em ambiente regulado e 100,2 MWm em ambiente livre.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

ii) Condições de competição nos mercados

A competição por projetos de PCH pode acontecer entre empreendedores que querem explorar o mesmo local. Nesse caso, a competição se dá em processo formal regido pelo ANEEL. Já nos casos de PCHs em fases mais avançadas de desenvolvimento (após a fase em que pode haver disputas), concorreremos com outros empreendedores apenas quanto a possíveis aquisições.

A comercialização de energia elétrica no mercado regulado é realizada por meio de leilões públicos. Nesse caso, a Companhia concorre com todas as geradoras qualificadas para cada leilão.

No mercado livre, a comercialização de energia elétrica ocorre por meio da livre negociação de preços e condições de contratação entre as partes. Nesse caso, a competição é entre as geradoras e os consumidores autorizados a negociar a aquisição de energia no mercado livre. Para os consumidores livres com consumo entre 0,5 MW e 3,0 MW, é mandatória a contratação no mercado livre de energia gerada através de fontes renováveis.

No caso de Usinas Eólicas, a competição por projetos de investimentos ocorre, principalmente, na disputa pelas terras com os melhores potenciais de ventos. O mercado de energia eólica ainda é incipiente no Brasil quando analisada a capacidade instalada em operação, mas apresenta acentuado crescimento.

Especificamente para solar, em termos de modelo de negócio, há uma distinção a ser realizada dada a possibilidade de modularização das unidades geradoras.

Os projetos de energia solar podem ser desenvolvidos em larga escala e negociados no mercado regulado através de leilões ou mercado livre, de maneira análoga ao realizado por fontes eólicas, PCHs, ou UTEs a biomassa, e também podem ser comercializados no contexto da geração distribuída, através de unidades de pequeno porte descentralizadas, instaladas diretamente no ponto de consumo, onde os sistemas de geração são comercializados diretamente e bilateralmente, entre empresa e cliente final.

Os sistemas de geração distribuída não podem ultrapassar a potência instalada de 1 MW e por isto, se destinam a pequenos e médios clientes.

No mercado de geração distribuída a competição se dá principalmente pela competitividade da empresa em oferecer o menor preço de venda final ao consumidor.

c. *Eventual Sazonalidade*

Não há impacto de sazonalidade sobre as contas de resultado, uma vez que os contratos relevantes da Companhia são de longo prazo e garantem receita mensal.

d. *Principais insumos e matérias primas: i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável; ii) eventual dependência de poucos fornecedores; iii) eventual volatilidade de seus preços.*

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Os principais insumos utilizados pela Companhia em suas atividades são materiais de construção civil, mecânica, elétrica, equipamentos de geração e transmissão de energia, notadamente turbinas para geração hídrica ou eólica e subestações de alta/média tensão, além de serviços de engenharia civil, mecânica e elétrica para a construção da infra-estrutura das centrais de geração, incluindo fundações para as torres dos aerogeradores de usinas eólicas e barragens para PCHs.

Em se tratando da energia solar, os principais insumos utilizados são os módulos fotovoltaicos (ou placas fotovoltaicas) os inversores, as estruturas metálicas de suporte, e os demais equipamentos elétricos de proteção do sistema. A Companhia realiza tratativas com os principais fornecedores mundiais destes equipamentos, e seleciona apenas aqueles regulamentados perante os órgãos de certificação brasileiros, tais quais, o INMETRO.

Após a implantação de cada parque gerador, a Companhia pode operar e manter os ativos ou vendê-los para terceiros.

1.5 Principais clientes

1.5. Principais clientes

(a) Montante total de receitas provenientes do cliente

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, entre as empresas que geram a receita líquida da Companhia, a Light foi a única que ultrapassou 10%.

(b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

O segmento afetado pelas receitas de Light é o segmento de Comercialização.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6. Efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades da Companhia

a. Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Os empreendimentos de geração de energia por fontes alternativas atuam na modalidade de produtores independentes de energia elétrica (PIE) ou autoprodutores de energia elétrica, estando sujeitas ao regime jurídico da autorização para produção de energia elétrica. Ao contrário das concessões tradicionais de uso de bem público ou do regime de prestação de serviço público de geração de energia elétrica, as autorizações não requerem licitação prévia e são mais flexíveis e menos onerosas que as concessões, sendo outorgadas a título gratuito. Ainda, as PCHs cuja operação comercial tiveram início após 27 de dezembro de 1996 são dispensadas do pagamento pelo uso do recurso hídrico (conforme § 4º do artigo 26 da Lei nº 9.427/96).

Os titulares das autorizações para exploração de PCHs, desde que arquem com os ônus das indenizações correspondentes, têm o direito de promover, em seu próprio nome, as desapropriações e instituir as servidões administrativas de bens declarados de utilidade pública pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), necessários ou úteis à construção e posterior operação da usina em questão e suas instalações de transmissão de interesse restrito, ou seja, linhas de transmissão que farão a conexão das PCHs da Companhia ao Sistema Interligado Nacional (SIN). No caso das usinas eólicas e solares, poderão ser instituídas servidões administrativas em relação às instalações de transmissão de interesse restrito, sendo que a Companhia deve deter a posse ou propriedade dos terrenos sobre os quais seus parques eólicos e usinas solares estão/serão implantados.

De acordo com as autorizações, os atos que visem à modificação e ampliação do empreendimento, transferência a terceiros dos bens ou instalações e cessão dos direitos decorrentes das autorizações, requerem aprovação prévia pela ANEEL. A partir de agosto de 2012, com a publicação da Portaria MME nº 454, de 2 de agosto de 2012, para a alteração das características técnicas dos projetos que tenham sido habilitados tecnicamente pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e que venderam energia em leilões de energia nova, de fontes alternativas ou de reserva, a ANEEL deverá instruir os processos e, encaminhá-los ao MME, para manifestação prévia, ouvida a EPE.

As autorizações para exploração de parques eólicos e solares são válidas por 35 anos e as autorizações para exploração de PCHs são válidas por 30 anos, ambas podendo ser prorrogadas à critério da ANEEL, não existindo direito adquirido da Companhia à prorrogação dessas outorgas. Em caso de prorrogação, as condições da prestação dos serviços podem ainda ser alteradas pela ANEEL, o que pode afetar os resultados posteriores da Companhia e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão. Os direitos decorrentes das autorizações, incluídos aqueles sobre a exploração de potencial hidrelétrico ou dos ventos, conforme o caso, podem ser cedidos para outra empresa ou consórcio de empresas, desde que mediante prévia autorização da ANEEL.

No Brasil, o PIE se submete ao regime jurídico do serviço pelo preço, não sendo a sua energia vendida segundo tarifas homologadas pela ANEEL como se dá no caso de concessionárias de serviço público. No caso de venda de energia nos leilões do ACR, há um preço teto definido pelo MME, sendo os lances feitos pelos empreendedores iguais ou inferiores a esse preço teto.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Já no ACL os preços são livremente negociados entre as partes.

A fim de permitir a utilização da energia produzida por fontes alternativas de energia, os titulares das autorizações têm o direito de acessar livremente os sistemas de transmissão e distribuição, mediante pagamento dos respectivos encargos de uso e conexão, quando devidos. Nos termos da Resolução ANEEL nº 77/2004 e da Lei nº 9.427/1996, os empreendimentos de geração de energia por fontes alternativas têm direito ao desconto mínimo de 50% (cinquenta) nas tarifas de uso dos referidos sistemas. Adicionalmente, a Resolução ANEEL n.º 481/2012, estabelece que a fonte solar usufruirá de desconto de 80% (oitenta por cento) nas tarifas de uso, para os empreendimentos que entrarem em operação comercial até 31 de dezembro de 2017, aplicável nos 10 (dez) primeiros anos de operação da usina, sendo que após este período ou para usinas que entrarem em operação comercial a partir de janeiro de 2018, o desconto será de 50% (cinquenta), como nas demais fontes incentivadas.

Autorizações para Usinas Eólicas. O processo de autorização para Parques Eólicos é mais simples e rápido quando comparado ao processo de autorização das PCHs, e é regulado pela Resolução ANEEL nº 876, de 10 de março de 2020, a qual estabelece os condicionantes necessários à obtenção de registro (centrais com capacidade instalada de até 5 MW) ou autorização (centrais com capacidade instalada acima de 5 MW) para a exploração de centrais geradoras eólicas. Como no caso de PCHs, os Parques Eólicos dispensam a necessidade de licitação para venda de energia no ACL.

A implantação de Parques Eólicos com capacidade instalada igual ou inferior a 5 MW, deverá ser comunicada à ANEEL para fins de registro, mediante apresentação de ficha técnica preenchida, na formados modelos anexos a Resolução ANEEL nº 876, de 10 de março de 2020, em conjunto com a licença ambiental para operação de central eólica. A autorização para exploração ou alteração de capacidade de centrais geradoras eólicas com capacidade instalada superior a 5 MW deverá ser solicitada à ANEEL mediante a apresentação de documentos enumerados na resolução acima mencionada. Os principais requisitos são a disponibilidade da área, os documentos técnicos da central geradora, certificação das medições de vento e da estimativa de produção anual emitida por certificador independente, a licença ambiental, a informação de acesso emitida pelo ONS, que atesta a viabilidade de conexão e escoamento de energia da usina, e o aporte de Garantia de Fiel Cumprimento no valor de 5% do investimento, a título de evitar reserva de mercado por parte do empreendedor.

As autorizações aos Parques Eólicos são outorgadas a título gratuito. Os titulares das autorizações, desde que arquem com os ônus das indenizações correspondentes, tem o direito de promover, em seu próprio nome, as desapropriações e instituir as servidões administrativas de bens declarados de utilidade pública pela ANEEL, necessárias ou úteis à construção e posterior operação das usinas Eólicas e suas instalações de transmissão de interesse restrito.

A Companhia é titular de autorizações que a estabelece como produtor independente de energia elétrica mediante a exploração de 46 (quarenta e seis) parques eólicos, sendo 12 (doze) parques vencedores de leilões de energia do mercado regulado promovidos pela ANEEL, e 34 parques contratados no mercado livre de energia. Todos estes empreendimentos eólicos estão localizados no Estado da Bahia, com outorga de 35 anos, podendo ser prorrogada se assim a Companhia solicitar ao Poder Concedente, que possui discricionariedade para aprovar tal renovação.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Autorizações para Usinas Solares. A implantação de usinas Fotovoltaicas com capacidade instalada igual ou inferior a 5 MW, deverá ser comunicada à ANEEL para fins de registro, mediante apresentação de ficha técnica preenchida, na formados modelos anexos a Resolução ANEEL nº 876, de 10 de março de 2020, em conjunto com a licença ambiental para operação da central de geração. A autorização para exploração ou alteração de capacidade de centrais geradoras fotovoltaicas com capacidade instalada superior a 5 MW deverá ser solicitada à ANEEL mediante a apresentação de documentos enumerados na resolução acima mencionada. Os principais requisitos são a disponibilidade da área, os documentos técnicos da central geradora, certificação de medições solarimétricas e de estimativa da produção anual emitida por certificador independente, a licença ambiental e a informação de acesso emitida pelo ONS, que atesta a viabilidade de conexão e escoamento de energia da usina.

Assim como nas Eólicas, as autorizações de usinas Fotovoltaicas são outorgadas a título gratuito. Os titulares das autorizações, desde que arquem com os ônus das indenizações correspondentes, tem o direito de promover, em seu próprio nome, as desapropriações e instituir as servidões administrativas de bens declarados de utilidade pública pela ANEEL, necessárias ou úteis à construção e posterior operação das usinas Fotovoltaicas e suas instalações de transmissão de interesse restrito.

As autorizações perdem a sua validade quando do término do prazo nelas fixado. No entanto, para o caso específico das autorizações referentes às PCHs, a ANEEL poderá extinguir as autorizações da Companhia antes do prazo fixado, se: (i) a Companhia comercializar energia em desacordo com as prescrições da legislação específica e das próprias autorizações; (ii) a Companhia descumprir as obrigações decorrentes das autorizações e da legislação de regência, incluindo descumprimento de cronograma; (iii) a Companhia transferir a terceiros os bens e instalações sem prévia e expressa autorização da ANEEL; (iv) a Companhia não recolher a multa decorrente de penalidade imposta por infração; (v) a Companhia solicitar o término antecipado; (vi) a Companhia desativar as centrais geradoras por mais de 24 (vinte e quatro) meses contínuos ou, por igual período, inexistir contrato de compra e venda de energia elétrica; ou (vii) a Companhia for desligada da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica por inadimplemento.

E, para os casos referentes às autorizações de usinas eólicas e solares a ANEEL poderá revogar a autorização nas hipóteses de: (i) descumprimento de cronogramas, obrigações e encargos decorrentes da autorização; (ii) transferência a terceiros dos bens e instalações sem prévia e expressa autorização da ANEEL, quando aplicável; (iii) não recolhimento de multa decorrente de penalidade imposta à autorizatária; (iv) descumprimento de notificação da fiscalização para regularizar a exploração do empreendimento objeto da autorização, quando for o caso; (v) comercialização da energia elétrica em desacordo com as prescrições da legislação, das normas específicas e do ato autorizativo; (vi) permanência por mais de vinte e quatro meses contínuos sem atuação no mercado ou, por igual período, inexistência de contrato de compra e venda de energia elétrica; ou (vii) desligamento do agente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, por inadimplemento.

Ao final do prazo das autorizações da Companhia relativas às PCHs, os bens e instalações relacionados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, por meio de reversão, mediante o pagamento de indenização sobre os ativos não integralmente amortizados ou depreciados. No caso das autorizações para parques eólicos e usinas

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

fotovoltaicas, não há a reversão nem o direito ao pagamento de indenização.

Fundamentos Históricos

Em 1998, foi promulgada a Lei nº 9.648, que alterou a Lei de Criação da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) (Lei nº 9.427/95), a qual introduziu mecanismos para as bases da geração competitiva, a transmissão independente e de livre acesso. Em especial, a Lei nº 9.648 determinou: (i) o estabelecimento de um órgão autorregulador responsável pela operação do mercado de energia de curto prazo; (ii) a exigência de que as empresas de distribuição e geração fizessem contratos de fornecimento de energia inicial, ou os contratos iniciais (contratos de longo prazo, firmados entre geradores e distribuidores, com preços da energia fixados pela ANEEL, e definidos e regidos por Leis e Decretos Federais), em geral compromissos do tipo *take or pay* (compromissos nos quais o comprador se obriga a pagar uma quantia mínima para certo volume de energia, independentemente se ocorrer o consumo da quantidade e no período estipulado), a preços e volumes aprovados pela ANEEL; (iii) a criação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”), uma entidade privada sem fins lucrativos responsável pelo gerenciamento operacional das atividades de geração e transmissão do Sistema Interligado Nacional (“SIN”); e (iv) o estabelecimento de processos de licitação pública para concessões para construção e operação de usinas de energia elétrica e instalações de transmissão.

Em 2001, o Brasil enfrentou uma grave crise de energia, que durou até o fim de fevereiro 2002. Como resultado, o governo implantou medidas que incluíram um programa para racionamento de consumo de energia nas regiões mais afetadas pela baixa quantidade de chuva, a saber as regiões Sudeste, Centro- Oeste e Nordeste, e criou a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica (“GCE”), que aprovou uma série de medidas emergenciais que estabeleceram metas para consumo reduzido de energia para consumidores residenciais, comerciais e industriais nas regiões afetadas, introduzindo regimes tarifários especiais que incentivavam essa redução.

Em abril de 2002, o Governo Federal promulgou novas medidas, tais como o estabelecimento da Recomposição Tarifária Extraordinária

(“RTE”), com vistas a ressarcir as distribuidoras pelas perdas incorridas durante o Programa de Racionamento, bem como a criação do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”), visando incentivar o desenvolvimento de fontes alternativas de geração.

Ademais, o Governo Federal estabeleceu, ainda, regras para universalização do serviço público de distribuição de energia elétrica, os quais consistem no atendimento a todos os pedidos de fornecimento, inclusive aumento de carga, sem qualquer ônus para o consumidor solicitante, desde que atendidas às condições regulamentares exigidas. A ANEEL estabeleceu as condições gerais para elaboração dos planos de universalização de energia elétrica, prevendo as metas de universalização até 2014 e estipulando multas no caso de descumprimento destas por parte da distribuidora.

Em 15 de março de 2004, o Governo Federal promulgou as Leis nº 10.847 e nº 10.848, conhecidas como Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a fim de fornecer incentivos aos agentes privados e públicos para construir e manter capacidade de geração e garantir o fornecimento de energia no Brasil a tarifas moderadas, por meio de processos competitivos de leilões públicos de compra e venda de energia.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Em 30 de julho de 2004, o Governo Federal publicou o Decreto nº 5.163, que disciplina a comercialização de energia, no âmbito da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, bem como a outorga de autorizações e concessões para projetos de geração de energia. Incluem-se aí normas relativas a procedimentos de leilão, a forma dos contratos de compra e venda de energia e os métodos de repasse dos custos aos consumidores finais.

Principais Autoridades do setor elétrico brasileiro

Conselho Nacional de Política de Energia – CNPE

O CNPE é um órgão que presta assessoria ao Presidente da República, e que possui como atribuição principal a formulação de políticas e diretrizes de energia destinadas a promover o aproveitamento racional dos recursos energéticos do País.

Ministério de Minas e Energia – MME

O MME é o órgão do Governo Federal responsável pela condução das políticas energéticas do país. Suas principais obrigações incluem a formulação e implementação de políticas para o setor energético, de acordo com as diretrizes definidas pelo CNPE. O MME é responsável por estabelecer o planejamento do setor energético nacional, monitorar a segurança do suprimento e definir ações preventivas para restauração da segurança de suprimento no caso de desequilíbrios conjunturais entre oferta e demanda de energia.

Empresa de Pesquisa Energética – EPE

Criada em agosto de 2004, a Empresa de Pesquisa Energética ou EPE é responsável por conduzir pesquisas estratégicas no setor energético, inclusive com relação à energia elétrica, petróleo, gás, carvão e fontes energéticas renováveis. As pesquisas realizadas pela EPE serão usadas para subsidiar o MME em seu papel de elaborador de programas para o setor energético nacional.

Comitê de Monitoramento do Setor de Energia – CMSE

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico autorizou a criação do CMSE, que atua sob a direção do MME. O CMSE é responsável pelo monitoramento das condições de fornecimento do sistema e pela indicação das providências necessárias para a correção de problemas identificados.

Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL

O setor de energia elétrica do Brasil é regulado pela ANEEL. Depois da promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a principal responsabilidade da ANEEL passou a ser de regular e supervisionar o setor de energia elétrica em linha com a política ditada pelo MME. As atuais responsabilidades da ANEEL incluem, entre outras: (i) administrar concessões para atividades de geração, transmissão e distribuição de energia, inclusive com o controle das tarifas praticadas por referidos agentes; (ii) fiscalizar a prestação de serviços pelas concessionárias e impor as multas aplicáveis; (iii) promulgar normas para o setor elétrico de acordo com a legislação em vigor; (iv) implantar e regular a exploração de fontes de energia, inclusive o uso de energia hidrelétrica; (v) promover licitações para novas concessões; (vi) resolver disputas

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

administrativas entre os agentes do setor; e (vii) definir os critérios e a metodologia para determinação de tarifas de transmissão.

Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS

O papel básico do ONS é coordenar e controlar as operações de geração e transmissão do SIN, sujeito à regulamentação e supervisão da ANEEL. A sua missão institucional é assegurar aos usuários do SIN a continuidade, a qualidade e a economicidade do suprimento de energia elétrica. Também são atribuições do ONS propor ao Poder Concedente as ampliações das instalações de rede básica, bem como os reforços dos sistemas existentes, a serem considerados no planejamento da expansão dos sistemas de transmissão; e propor regras para operação das instalações de transmissão da rede básica do SIN, a serem aprovadas pela ANEEL.

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos e sob regulação e fiscalização da ANEEL, a CCEE tem por finalidade viabilizar a comercialização de energia elétrica no SIN. Um dos principais papéis da CCEE é realizar, mediante delegação da ANEEL, leilões públicos no Ambiente de Contratação Regulada. Além disso, a CCEE é responsável por (i) registrar os contratos de comercialização de energia no Ambiente de Contratação Regulada, os contratos resultantes de contratações de ajustes e os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Livre, e (ii) contabilizar e liquidar as transações de curto prazo.

Outras instituições: ANA, IBAMA, Órgãos Estaduais e Municipais

A Agência Nacional de Águas (“ANA”) é responsável pela regulação do uso da água em lagos e rios sob o domínio federal. Seus objetivos incluem a garantia da qualidade e quantidade da água para atender seus usos múltiplos. Adicionalmente, a ANA deve implementar o Plano Nacional de Monitoramento de Recursos Hídricos, uma série de mecanismos que buscam o uso racional dos recursos hídricos do país.

No que tange os rios e lagos sob domínio estadual, compete aos órgãos estaduais, a implantação dos respectivos Planos Estaduais de Recursos Hídricos, assim como a análise e concessão das outorgas de uso de recursos hídricos.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais do Meio Ambiente (“IBAMA”) é uma autarquia federal ligada ao Ministério do Meio Ambiente responsável pelo processo de licenciamento ambiental e pela fiscalização das atividades degradadoras do meio ambiente em âmbito federal. Quanto ao licenciamento ambiental sob sua responsabilidade, este se restringe às atividades e empreendimentos que produzam impacto ambiental em dois ou mais Estados, e também cujos impactos ultrapassem os limites territoriais do Brasil.

As atividades e empreendimentos situados em um determinado Estado da Federação, mas que abrangem mais de um Município, são licenciados pelos órgãos ambientais estaduais, a exemplo da Fundação Estadual de Meio Ambiente – FEAM, órgão ambiental licenciador no Estado de Minas Gerais.

Finalmente, caso um determinado empreendimento tenha abrangência restrita a um único Município, cujos impactos ambientais gerados sejam de baixa magnitude e, desde que o Município tenha uma Secretaria de Meio Ambiente devidamente reconhecida por um

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Conselho de Meio Ambiente Municipal, o processo de licenciamento ambiental pode ser conduzido nessa esfera de governo.

Conexão às Instalações de Transmissão e Distribuição Locais

A Resolução ANEEL nº 281/1999, assegura aos fornecedores e respectivos consumidores livres acesso aos sistemas de distribuição e transmissão de concessionário e permissionário do serviço público de energia elétrica, mediante ressarcimento do custo do transporte envolvido, calculado com base em critérios fixados pelo poder concedente. O livre acesso aos sistemas de transmissão e de distribuição possibilitará a comercialização direta entre produtores e consumidores, independentemente de suas localizações no sistema elétrico interligado, contribuindo para a redução de custos e modicidade das tarifas ao consumidor final.

Aos produtores independentes de energia, para fins de estabelecer a conexão de seus empreendimentos em instalações de transmissão ou nas redes de distribuição locais, deverão: (i) solicitar acesso, (ii) celebrar os contratos de conexão e uso dos sistemas associados, (iii) efetuar os estudos, projetos e a execução das instalações de uso exclusivo e a conexão com o sistema elétrico da concessionária onde será feito o acesso e (iv) observar o disposto nos Procedimentos de Rede ou de Distribuição, dependendo do tipo da instalação que se dará o acesso ao sistema. Nesse contexto, caso a conexão seja por meio de instalação de transmissão, o acesso deverá ser solicitado ao ONS, assim como a contratação do uso, enquanto que na situação em que a central geradora se conecta em rede de distribuição o processo de acesso será conduzido pela concessionária proprietária das instalações de distribuição.

As redes internas da central geradora são classificadas como instalações de uso de interesse restrito do agente gerador podendo ter o seu uso compartilhado com outros agentes geradores, consumidores livres e concessionária de distribuição de energia. Nesse caso, aqueles que optarem por compartilhar as instalações de conexão serão responsáveis pelo custeio de sua parcela das perdas elétricas da Rede Básica, se conectados direto na rede de transmissão, de acordo com as regras de comercialização.

Em 2008, com a Resolução Normativa ANEEL nº 320, foi estabelecido o conceito de Instalações de Transmissão de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada – ICG, que tratam-se de instalações de transmissão, não integrantes da Rede Básica, destinadas ao acesso de centrais de geração em caráter compartilhado à Rede Básica, definidas por chamada pública a ser realizada pela ANEEL e licitadas em conjunto com as instalações de Rede Básica para duas ou mais centrais de geração (espécie de consórcio entre geradores para construção de instalações de transmissão para escoamento da geração dos consorciados interessados, organizado pela administração pública por meio de licitação). Atualmente, não há incentivo por parte das instituições do setor elétrico para o planejamento de novas ICG, devido as dificuldades enfrentadas no passado na implantação dessas instalações, tais como descasamento da entrega da geração e transmissão e a desistência de alguns agentes geradores.

Comercialização de Energia

(i) Ambientes de Contratação

Em relação à comercialização de energia, foram instituídos o Ambiente de Contratação Regulada (ACR), que prevê a compra pelas distribuidoras, por meio de leilões, de toda a energia

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

elétrica que for necessária para o fornecimento aos seus consumidores, do qual participam os Agentes de Geração e de Distribuição de energia elétrica; e o Ambiente de Contratação Livre (ACL), que compreende a compra de energia elétrica por agentes não-regulados, do qual participam Agentes de Geração, Comercialização, Importadores e Exportadores de energia e Consumidores Livres.

A energia gerada por (i) projetos de geração de baixa capacidade localizados próximos a pontos de consumo (tais como usinas de cogeração e PCHs), (ii) usinas qualificadas de acordo com o PROINFA, (iii) Itaipu, e (iv) usinas termelétricas, que utilizam combustível nuclear, não estará sujeita ao processo de leilão para fornecimento ao ACR.

Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”)

O ACR é destinado à comercialização de energia elétrica de agentes geradores, importadores de energia, ou comercializadores para empresas de distribuição, que adquirem energia visando atender à carga dos Consumidores Cativos, por meio de leilões públicos regulados pela ANEEL, e operacionalizados pela CCEE. Compras de energia serão feitas por meio de dois tipos de contratos: (i) Contratos de Quantidade de Energia, e (ii) Contratos de Disponibilidade de Energia.

De acordo com o Contrato de Quantidade de Energia, a geradora compromete-se a fornecer determinado volume de energia e assume o risco de que esse fornecimento de energia seja afetado por condições meteorológicas como hidrologia e regime de ventos. De acordo com o Contrato de Disponibilidade de Energia, a geradora compromete-se a disponibilizar um volume específico de capacidade aos compradores. Nesse caso, a receita da geradora está garantida e possíveis riscos hidrológicos são imputados às distribuidoras. Entretanto, eventuais custos adicionais incorridos pelas distribuidoras serão repassados aos consumidores. Juntos, esses contratos constituem os Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (“CCEAR”).

No ACR a energia pode ser adquirida da seguinte forma:

- Contratos provenientes dos Leilões promovidos pela ANEEL, denominados CCEARs;
- Geração distribuída, por meio de chamada pública, limitado a 10% da carga da distribuidora;
- Contratos do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas – PROINFA;
- Contratos da usina hidrelétrica de Itaipu e das usinas nucleares de Angra I, II e, posteriormente Angra III;
- Cotas de energia de hidrelétricas abrangidas pela Medida Provisória n.º 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013; e
- Contratos firmados antes da promulgação da Lei nº 10.848/04.

O Poder Concedente, com vistas em garantir a continuidade do fornecimento de energia elétrica, poderá definir reserva de capacidade de geração a ser contratada. A energia de reserva será contratada mediante leilões a serem promovidos pela ANEEL, direta ou indiretamente, conforme diretrizes do MME. A contratação da energia de reserva será formalizada mediante a celebração de Contrato de Energia de Reserva (“CER”) entre os agentes vendedores nos leilões e a CCEE, como representante dos agentes de consumo, incluindo os consumidores livres, e os

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

autoprodutores. A energia elétrica produzida em central geradora comprometida com CER será contabilizada e liquidada no mercado de curto prazo.

Ambiente de Contratação Livre ("ACL")

No ACL a energia elétrica é comercializada livremente entre concessionárias de geração, produtores independentes de energia, autoprodutores, agentes de comercialização, importadores de energia e consumidores livres. Nesse ambiente, as condições contratuais, como preços, vigência do contrato e montante comercializado são livremente negociados entre as contrapartes.

Consumidores potencialmente livres são aqueles cuja demanda excede 3MW, em tensão, igual ou superior a 69 kV ou em qualquer nível de tensão, se o fornecimento começou após 7 de julho de 1995. Estes consumidores potencialmente livres poderão optar por mudar de fornecedor de eletricidade, observado que o contrato com a distribuidora poderá ser rescindido apenas por meio de notificação da distribuidora com antecedência mínima de 15 dias da data limite para a distribuidora indicar suas necessidades para o próximo leilão de energia, ressalvadas disposições em contrário contidas no contrato.

Além disso, consumidores com demanda contratada igual ou superior a 500 kW poderão se tornar consumidores especiais, contratando energia no ACL exclusivamente de fontes incentivadas, tais sejam: energia eólica, termelétricas a biomassa, usinas solares, PCHs e hidrelétricas com potência instalada igual ou menor a 50 MW.

Mercado de curto prazo e os ambientes de contratação

A existência de dois ambientes de comercialização para contratação de energia no Brasil não elimina a necessidade de um local onde as diferenças entre energia fisicamente produzida/consumida e energia contratada sejam contabilizadas e liquidadas. Este ambiente é o "mercado de curto prazo", que é administrado pela CCEE e trata-se de um local onde as diferenças entre a produção e consumo efetivos de cada agente de mercado e seus respectivos contratos são liquidados utilizando os preços resultantes da otimização hidrotérmica.

A participação neste mercado é compulsória para geradores, distribuidoras, importadores, exportadores, comercializadores e consumidores livres no SIN. As exceções são os geradores menores que 50MW, que não comercializarem energia no mercado regulado, e distribuidoras que comercializam menos de 500 GWh/ano, os quais são participantes facultativos.

Compras de Energia de acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico

As concessionárias, as permissionárias e as autorizadas de serviço público de Distribuição de energia elétrica do SIN, deverão, por meio de licitação na modalidade de leilões, garantir o atendimento à totalidade de seu Mercado no ACR.

À ANEEL cabe a regulação das licitações para contratação regulada de energia elétrica e a realização do leilão diretamente ou por intermédio da CCEE. O critério de menor tarifa é

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

utilizado para definir os vencedores de um leilão, ou seja, os vencedores do leilão serão aqueles que ofertarem energia elétrica pelo menor preço por MW/hora para atendimento da demanda prevista pelas Distribuidoras.

Leilões de Energia

Os leilões de energia para os novos projetos de geração serão realizados (i) 5 anos antes da data de entrega inicial, chamados de leilões “A-5”, (ii) 3 anos antes da data de entrega inicial, chamados de leilões “A-3”; e (iii) de 2 a 3 anos antes da data de operação da usina, que tratam dos Leilões de Energia de Reserva (LER) e dos Leilões de Fontes Alternativas (LFA). Haverá também leilões de energia das instalações de geração existentes (i) realizados 1 ano antes da data da entrega inicial, chamados de leilões “A-1”, e (ii) realizados aproximadamente 4 meses antes da data de entrega, chamados de leilões de ajuste.

Os editais dos leilões são preparados pela ANEEL, com observância das diretrizes estabelecidas pelo MME, e submetidos a Audiência Pública, para contribuição de todos os agentes interessados.

Cada empresa geradora que contrate a venda de energia por meio do leilão firmará (i) CCEAR com cada empresa distribuidora, proporcionalmente à necessidade de energia declarada pela distribuidora; ou (ii) CER com a CCEE. Os CCEARs dos leilões “A-5” e “A-3” e CERs terão prazo variando de 15 a 30 anos, dependendo do produto ofertado. Já os CCEAR dos leilões “A-1” terão um prazo variando entre 3 e 15 anos. Contratos decorrentes dos leilões de ajuste de mercado são limitados ao prazo de 2 anos.

No que se refere ao repasse dos custos de aquisição de energia elétrica dos leilões às tarifas dos consumidores finais, o Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, estabeleceu um mecanismo denominado Valor Anual de Referência (“VR”), que é uma média ponderada dos custos de aquisição de energia elétrica decorrentes dos leilões A-5 e A-3, calculado para o conjunto de todas as distribuidoras, que será o limite máximo para repasse dos custos de aquisição de energia proveniente de empreendimentos existentes nos leilões de ajuste e para a contratação de geração distribuída.

O VR é um estímulo para que as distribuidoras façam a aquisição das suas necessidades de energia elétrica nos leilões A-5, cujo custo de aquisição deverá ser inferior ao da energia contratada em leilões A-3 e o VR será aplicado como limite de repasse às tarifas dos consumidores nos três primeiros anos de vigência dos contratos de energia proveniente de novos empreendimentos. A partir do quarto ano, os custos individuais de aquisição serão repassados integralmente.

Leilões de Energia Existente

Os leilões de energia existente (“EE”) complementam os contratos de energia nova para cobrir assim 100% da carga. Seu objetivo é recontratar periodicamente a EE, por meio de leilões anuais de contratos com duração de 3 a 15 anos. A entrega da energia é feita a partir do ano seguinte ao leilão e por esta razão este leilão é chamado de A-1. Os leilões A-1 possuem limites mínimos e máximos de compra de energia.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Além da duração, os contratos de EE têm outras características especiais que os diferenciam dos contratos de energia nova: a quantidade de EE contratada pode ser reduzida, em qualquer momento, em caso de redução da carga da distribuidora devido à migração de consumidores cativos para o mercado livre. Adicionalmente, a quantidade de energia contratada pode ser reduzida, a critério da distribuidora, em até 4% a cada ano para adaptação a desvios em relação às projeções de demanda.

Leilões de Energia Nova

Os leilões de energia nova (“EN”) têm como objetivo promover a construção de nova capacidade para atender ao crescimento do consumo das distribuidoras. Nestes leilões, contratos de suprimento de energia de longo prazo (20-30 anos) são oferecidos aos geradores candidatos.

A cada ano, espera-se que pelo menos dois tipos de leilões sejam realizados: (i) Leilão de Energia Nova A-6, que oferece contratos bilaterais para nova capacidade com duração entre 20 e 30 anos, com entrada em operação no sexto ano após o leilão. Assim, com estes prazos, este contrato viabilizará ao investidor (vencedor do leilão) obter o *project finance*, e oferece o tempo necessário para construção da nova planta;

(ii) Leilão de Energia Nova A-4, que oferece contratos bilaterais para nova capacidade com duração entre 20 e 30 anos. Neste caso, porém, as usinas devem entrar em operação 3 anos após o leilão. O objetivo é a criação de um complemento para o leilão A-6 realizado 2 anos antes, permitindo uma correção dos desvios causados pela incerteza na trajetória da demanda.

Leilões de Ajuste

Os Leilões de Ajuste têm o objetivo fazer um “ajuste fino” entre energia contratada e a demanda. Estes leilões oferecem contratos com duração de até 2 anos e são realizados de 3 a 4 vezes ao ano, com entrega para o mesmo ano. Por esta razão, esses contratos são conhecidos como “A-0”. A distribuidora poderá comprar até 1% do total de sua energia contratada por meio dos leilões de ajuste. Da mesma forma que os contratos de geração distribuída, os custos de aquisição desta energia também serão limitados para efeitos de repasse para os consumidores cativos pelo VR.

Leilões de Fontes Alternativas

Além dos leilões de EN e EE, o MME pode organizar também leilões específicos para contratar energia de fontes alternativas (biomassa, PCH, eólica e solar). Contratos padronizados de longo prazo (10-30 anos) são oferecidos e a sistemática do leilão é similar aos dos leilões A-3 e A-5. O primeiro Leilão de Fontes Alternativa ocorreu em junho de 2007 (LFA 2007).

Leilão de Geração Distribuída (“GD”)

As distribuidoras podem fazer licitações especiais para a contratação de geração distribuída localizada em sua área de concessão (tensões abaixo de 230 KV). Até 10% da demanda da distribuidora pode ser suprida por este tipo de contrato. Para participar do processo, o gerador deve respeitar algumas restrições: (i) mínima eficiência para empreendimentos termelétricos (com exceção para fonte biomassa ou resíduos de processo), (ii) limite máximo de capacidade instalada de 30MW para hidrelétricas, entre outros.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Leilões Especiais

A legislação atual também permite ao Governo realizar alguns leilões especiais, destinados a atender propósitos específicos de política energética. Estes leilões são realizados para estimular competição entre tecnologias específicas, competição para uma tecnologia específica ou para um projeto específico.

Leilão de Projetos Estruturantes

A atual legislação dá direito ao Governo promover leilões de projetos específicos que são considerados estratégicos para o País. Este é o caso, por exemplo, dos leilões das usinas do rio Madeira, Santo Antônio e Jirau, leiloadas em dezembro de 2007 e maio de 2008, respectivamente, e da usina de Belo Monte, de abril de 2010.

Leilão de Reserva

Finalmente, o Governo ainda pode realizar leilões especiais para contratação de energia de reserva. Esses leilões são totalmente definidos pelo governo (desenho, tipo de energia a ser contratada, demanda do leilão, etc.). O primeiro leilão de reserva ocorreu em 14 de agosto de 2008 e contratou exclusivamente energia de biomassa de cana-de-açúcar para entrega em 2009 e 2010. O segundo leilão de reserva ocorreu em 14 de dezembro de 2009 e contratou exclusivamente energia eólica para entrega em 2012 e por um período de 20 anos. O terceiro leilão de reserva ocorreu entre os dias 25 e 26 de agosto de 2010 e contratou energia proveniente de PCHs, Parques Eólicos e Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa para entrega 2013, por um período de 30 anos (PCHs), 20 anos (Eólicas) e 15 anos (Biomassa).

O quarto leilão de reserva ocorreu no dia 18 de agosto de 2011 e contratou energia proveniente de Parques Eólicos e Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa para entrega em 2014 e por um período de 20 anos. Em 2012 não houve leilão de reserva, sendo que em agosto de 2013 ocorreu o quinto leilão de energia de reserva, que contratou energia proveniente de empreendimentos eólicos, com início de suprimento previsto para 1º de setembro de 2015, por período de 20 anos. Finalmente, em outubro de 2014 ocorreu o sexto leilão de energia de reserva, que contratou energia proveniente de fontes a biomassa, eólica, e, de forma inédita, solar (fotovoltaica), com início de suprimento a partir de outubro de 2017, por período de 20 anos.

Leilão de Concessões não Prorrogadas

A Lei nº 12.783/2013, resultante da Medida Provisória (MP) nº 579/2012, permitiu a prorrogação, a critério do Poder Concedente, além das concessões de transmissão e distribuição de energia elétrica, das concessões de geração hidrelétrica no regime de cotas de garantia física de energia e potência, e determinou que as concessões não prorrogadas fossem licitadas na modalidade leilão ou concorrência. Em 2015, a ANEEL promoveu o Leilão nº 012/2015, nos termos da citada Lei, no qual foram licitadas 29 (vinte e nove) usinas, cujas concessões não haviam sido prorrogadas, totalizando aproximadamente 44 GW de energia comercializada, sendo estabelecidas novas concessões de duração de 30 (trinta) anos.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

b.Principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pela Companhia

A Constituição Federal confere ao Governo Federal, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios a responsabilidade comum de proteger o meio ambiente. Os entes da federação podem promulgar leis e emitir regulamentações que tratam da proteção ambiental, de forma concorrente, de modo que a legislação federal aborda questões gerais, de âmbito nacional, enquanto a legislação estadual trata de questões regionais. Os municípios, por sua vez, têm competência para promulgar leis e emitir regulamentações apenas com relação a assuntos de interesse local. A Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011 foi editada, conforme previsão do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal de 1988, com o objetivo de disciplinar a cooperação entre a união, os estados, o Distrito Federal e os municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício dessa competência comum, quanto à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora.

Conforme dispõe a Política Nacional do Meio Ambiente, além do licenciamento ambiental, os empreendedores que se dedicam às atividades potencialmente poluidoras ou que utilizem recursos naturais, estão sujeitos ao registro junto ao Cadastro Técnico Federal (“CTF”), do IBAMA. A regularidade desse cadastro depende da apresentação periódica de relatórios sobre as atividades exercidas e, em alguns casos, do pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (“TCFA”). Nossas controladas estão registradas perante o IBAMA, para fins do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras.

Para o desenvolvimento de atividades potencialmente poluidoras ou que utilizem recursos naturais, tais como a construção e operação de PCHs e empreendimentos de energia eólica, a Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e regulamentada pelo Decreto Federal nº 99.274, de 06 de junho de 1990, estabelece a obrigação do prévio licenciamento ambiental. Trata-se de um procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente analisa a localização, instalação, ampliação e a operação dos empreendimentos, bem como estabelece as condições para o seu desenvolvimento.

De acordo com o mencionado Decreto Federal e com a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997, e a Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, o processo de licenciamento ambiental compreende três etapas, nas quais o órgão ambiental competente emite as seguintes licenças:

- Licença Prévia: concedida na fase preliminar de planejamento do projeto, aprovando sua localização e concepção. Contém requisitos básicos a serem atendidos com relação à localização, instalação e operação do empreendimento, observadas as normas de uso e ocupação do solo;
- Licença de Instalação: autoriza a instalação do empreendimento, de acordo com as especificações determinadas no projeto das obras a serem executadas e as ações de controle de impactos ambientais;

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

- Licença de Operação: solicitada na fase de início da operação do empreendimento, visando autorizar o início do funcionamento da atividade licenciada e dos sistemas de controle ambiental descritos durante o processo de licenciamento.

Para fins de licenciamento de empreendimentos cujos impactos sejam considerados significativos, exige-se a elaboração de Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental. Nesses casos, é obrigatória a realização de investimentos em unidades de conservação, a título de compensação ambiental, no valor definido pelo órgão ambiental competente com base no grau de impacto ambiental do empreendimento.

O processo de licenciamento de empreendimentos elétricos com pequeno potencial de impacto ambiental foi disciplinado pela Resolução CONAMA nº. 279/01. Essa Resolução prevê que os empreendimentos de geração de energia elétrica de baixo impacto ambiental podem submeter-se ao procedimento simplificado de licenciamento ambiental, que consiste na realização de estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de atividade ou empreendimento, apresentados como subsídio para a concessão da licença prévia, que conterá informações relativas ao diagnóstico ambiental da região de inserção do empreendimento, sua caracterização, a identificação dos impactos ambientais e das medidas de controle, de mitigação e de compensação. Trata-se do Relatório Ambiental Simplificado (RAS) que será apresentado pelo empreendedor ao requerer emissão de Licença Prévia.

No âmbito administrativo, as penalidades aplicáveis variam de simples advertência até aplicação de multa, que pode variar de R\$50,00 a R\$50 milhões, conforme a Lei nº 9.605/1998, regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.514/2008. No âmbito criminal, esse mesmo instrumento legal destaca a figura da responsabilidade penal da pessoa jurídica, contemplada de forma independente à responsabilização das pessoas físicas que concorrem para a prática do crime ambiental, e que pode sujeitá-la ao pagamento de multa. No âmbito cível, o poluidor poderá ser obrigado a recuperar os danos causados independentemente da configuração da culpa.

Observa-se que a ausência de responsabilidade em uma de tais esferas (cível, administrativa ou criminal) não isenta, necessariamente, o agente da responsabilidade nas demais.

A demora, ou eventualmente o indeferimento, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação das licenças ambientais, assim como a eventual impossibilidade da Companhia de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos empreendimentos da empresa.

Quanto aos empreendimentos eólicos, implantados e em fase de implantação no estado da Bahia, nos municípios de Guanambi, Caetité, Pindaí e Igaporã, a Renova Energia vem apoiando os arrendatários a viabilizarem a Reserva Legal dos seus imóveis rurais.

A partir de 28 de maio de 2012, quando entrou em vigor o Código Florestal (Lei Federal nº 12.651/2012), não é mais exigida Reserva Legal relativa às áreas adquiridas ou desapropriadas por detentor de concessão, permissão ou autorização para de geração de energia elétrica.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Responsabilidade Ambiental

A legislação ambiental estabelece padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados pelas fontes poluidoras, e que, se violados, podem sujeitar a empresa a sanções administrativas, civis e criminais.

Responsabilidade Administrativa

A Lei de Crimes Ambientais foi regulamentada pelo Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, conforme alterado. Toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente é considerada infração administrativa, resultando em sanções administrativas, que abrangem: (i) advertência; (ii) multa, que pode variar entre R\$50,00 e R\$50 milhões;

(iii) apreensão de produtos; (iv) destruição ou inutilização de produtos; (v) suspensão de venda e fabricação de produtos; (vi) embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas; (vii) suspensão parcial ou total da atividade; (viii) demolição de obra; e/ou (ix) pena restritiva de direitos.

Responsabilidade Civil

A responsabilidade civil do poluidor é objetiva, de modo que sua configuração independe da verificação da culpa pelo dano causado, bastando, portanto, a comprovação do dano e a demonstração do nexo de causalidade deste com a atividade desenvolvida pelo eventual poluidor.

Ademais, de acordo com a Política Nacional do Meio Ambiente, a responsabilidade civil ambiental é solidária, de modo que poluidor pode ser todo aquele responsável direta ou indiretamente por atividade causadora de degradação ambiental. Isso significa que a obrigação de reparação pode abranger todo aquele que contribuiu direta ou indiretamente para a ocorrência do dano, assegurado o direito de regresso proporcional em face dos demais corresponsáveis.

Consequentemente, a contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção nas operações, como por exemplo, a destinação final de resíduos, não exime o contratante da responsabilidade por eventuais danos ambientais causados pelos contratados.

Responsabilidade Criminal

Na esfera criminal, tanto as pessoas físicas (incluindo, entre outros, os diretores, administradores, gerentes e outras pessoas físicas que atuem como prepostos ou mandatários da Companhia e concorrem para prática de crimes ambientais, na medida de sua culpabilidade) como as pessoas jurídicas podem ser responsabilizadas por crimes ambientais.

As penas aplicáveis às pessoas físicas são: (i) multa, (ii) pena restritiva de direitos e (iii) pena privativa de liberdade.

Já as penas aplicadas isolada, cumulativa ou alternativamente, às pessoas jurídicas, são: (i) multa, (ii) pena restritiva de direito, (iii) prestação de serviços à comunidade.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

As penas restritivas de direitos aplicáveis à pessoa jurídica, por sua vez, podem ser (i) prestação de serviços à comunidade; (ii) suspensão parcial ou total da atividade, (iii) interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade e (iv) proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações.

Os diretores, administradores e outras pessoas físicas que atuem como prepostos da Companhia ou mandatários e concorrerem para a prática de crimes ambientais atribuídos a Companhia estão também sujeitos, na medida de sua culpabilidade, a penas restritivas de direitos e privativas de liberdade.

Geração de Créditos de Carbono

O mercado de créditos de carbono consiste na comercialização internacional de permissões de emissão e certificados de redução de emissões de gases de efeito estufa, denominados créditos de carbono. O Decreto Legislativo nº 144, de 20 de junho de 2002, ratificou o texto do Protocolo de Kyoto, que foi aberto à assinatura no Japão em 1997 e entrou em vigor em 16 de fevereiro de 2005.

Dentre as políticas e programas do Protocolo de Kyoto, merece destaque o mecanismo de flexibilização denominado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL, descrito no seu art. 12. Trata-se de um instrumento adotado como alternativa aos países que não tenham condições de promover a necessária redução de gases do efeito estufa. Neste sistema cada tonelada métrica de carbono equivalente que deixa de ser emitida ou é retirada da atmosfera por um país em desenvolvimento, poderá ser negociada com países desenvolvidos que possuem metas de redução a serem alcançadas. Dessa forma, com a introdução do MDL, as empresas que não conseguirem diminuir suas emissões de forma suficiente poderão comprar Redução Certificada de Emissões (RCEs) em países em desenvolvimento (que tenham gerado projetos redutores de emissão de gases de efeito estufa) e usar esses certificados para cumprir suas obrigações. Os países em desenvolvimento, por sua vez, devem utilizar o MDL para promover seu desenvolvimento sustentável, além de se beneficiar com o ingresso de divisas por conta das vendas de RCEs.

Princípios do Equador

Os Princípios do Equador são um conjunto de regras e diretrizes estabelecidas em 2003 por um grupo de bancos, juntamente com a *International Finance Corporation* - IFC, subsidiária do Banco Mundial, por meio das quais foram estabelecidos parâmetros socioambientais para a concessão de crédito.

Atualmente, estas regras são adotadas voluntariamente por instituições financeiras, que apenas concedem o crédito caso determinadas imposições socioambientais sejam respeitadas pelo empreendedor. Assim, além das exigências advindas da legislação de cada um dos países em que os empreendimentos estão localizados, as instituições financeiras submetem os projetos aos seus próprios requisitos de controle socioambiental, com vistas a garantir a sustentabilidade do empreendimento. Nesse contexto os Princípios do Equador assumem um importante papel de controle das atividades social ou ambientalmente impactantes.

Há forte tendência para que as instituições financeiras cada vez mais analisem detalhadamente cada empreendimento a ser financiado, a fim de evitar o risco potencial de sua responsabilização por eventuais danos ao meio ambiente, bem como evitar o próprio risco financeiro do crédito.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Inicialmente, tais princípios eram aplicados aos projetos de valor igual ou superior a US\$ 50,0 milhões. Em 2006, os princípios sofreram uma revisão e a exigência do seu cumprimento passou a ser aplicada a projetos de valor igual ou superior a US\$ 10,0 milhões.

A Companhia adota em suas atividades elevados padrões de gestão ambiental e sustentabilidade previstos nos Princípios do Equador.

Observa-se que a terceira revisão dos Princípios do Equador foi publicada em 4 de junho de 2013 e já se aplica aos contratos que foram estabelecidos a partir 1º de janeiro de 2014. Essa revisão, dentre outras alterações, aumentou o âmbito de abrangência dos princípios a uma parcela maior de transações, expandiu o âmbito da análise subjacente e impôs novas obrigações a respeito de divulgação e fornecimento de informações.

Gerenciamento Ambiental da Companhia

As atividades da Companhia estão sujeitas a um conjunto de leis, decretos, regulamentos e resoluções federais, estaduais e municipais relativas à gestão ambiental e à proteção do meio ambiente. A inobservância dessas normas poderá resultar, independentemente da obrigação de reparar danos ambientais que eventualmente sejam causados, na aplicação de sanções de natureza penal e administrativa.

Licenciamento Ambiental

Todos os empreendimentos eólicos da Companhia estão situados no estado da Bahia, em oito municípios: Caetité, Guanambi, Igaporã, Pindaí, Licínio de Almeida, Urandi, Umburanas e Riacho de Santana.

Gerenciamento Ambiental

A Companhia realiza um constante trabalho de monitoramento ambiental e adota uma série de medidas de prevenção, mitigação e compensação de eventuais impactos ambientais decorrentes de suas atividades.

A Companhia implantou o sistema de acompanhamento dos requisitos legais de meio ambiente, saúde e segurança para os empreendimentos do Complexo Hidrelétrico Serra da Prata e para os empreendimentos eólicos, com o objetivo de evidenciar o cumprimento da legislação incidente sobre os seus empreendimentos. Além disso, se encontra em estruturação o Sistema de Gestão Integrada, para o gerenciamento dos empreendimentos eólicos, estruturando a organização para alcançar a melhoria de seus processos gerenciais, nas áreas de meio ambiente, saúde e segurança ocupacional.

A Companhia assumiu o compromisso de melhoria contínua de seu desempenho ambiental por meio do atendimento à legislação ambiental aplicável e do estabelecimento de objetivos e metas. Nesse sentido, a política ambiental da Companhia tem como diretrizes: respeito e cumprimento à legislação ambiental vigente; utilização de técnicas que compatibilizem ganhos de qualidade e produtividade com o uso racional dos recursos naturais; sistema de gerenciamento ambiental estruturado para avaliar e controlar as atividades que causam impactos considerados significativos, estabelecer objetivos e metas, executar auditorias internas, efetuar análises críticas e revisões periódicas, visando a prevenção da degradação ambiental e a melhoria contínua; e transparência de suas atividades e ações.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Os objetivos e metas ambientais da Companhia, dentre outros:

- programas institucionais de educação ambiental;
- prevenção de acidentes e capacitação para combate à situação de emergência;
- redução de impactos por geração / disposição de resíduos sólidos;
- redução de impacto / alteração nos corpos hídricos; e
- redução de impactos ambientais na geração de energia elétrica.

Atuação Sustentável

A Renova Energia atua na geração de energia eólica e a sustentabilidade é um dos pilares de sua estratégia de negócio. A empresa desenvolve suas atividades de forma empreendedora, criativa, social e ambientalmente responsável. A Companhia investe na valorização e no relacionamento com seus públicos de interesse: acionistas, comunidades, colaboradores, autoridades públicas, fornecedores, parceiros, enfim, todas as pessoas impactadas direta ou indiretamente por sua atuação.

Com o Programa Catavento, o investimento social privado em projetos socioambientais, alcança resultados relevantes para o desenvolvimento da região do semiárido baiano, especialmente nas cidades de Caetitê, Guanambi e Igaporã. O programa Catavento já envolveu quase 10 mil pessoas dos três municípios.

c. Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Companhia não depende de nenhuma patente, marca, licença, concessão, franquia ou contrato de royalties relevante para o desenvolvimento de suas atividades.

d. Contribuições financeiras efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

Encargos Regulatórios

Os principais encargos do setor elétrico são:

A **Reserva Global de Reversão (RGR)** é um encargo setorial criado para o pagamento de indenizações a empresas em caso de eventuais reversões à União de concessões de serviço público de energia elétrica. Ao longo dos anos, porém, diversas outras destinações para esses recursos foram autorizadas, como por exemplo, a sua utilização na expansão e melhoria dos serviços de energia elétrica, na geração de energia a partir de fontes eólica, solar, biomassa e PCHs, desenvolver e implantar programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica, dentre outros.

Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, é limitado a 3,0% de sua receita anual. Com as alterações introduzidas pela MP n.º 579/2012, posteriormente convertida na Lei n.º 12.783/2013, esse encargo agora é devido apenas pelas concessionárias de serviço público de transmissão e geração de energia elétrica não prorrogadas ou licitadas nos termos da referida

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Lei, excetuando-se as transmissões licitadas a partir de 12 de setembro de 2012.

A **Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”)** é um encargo setorial destinado à promoção do desenvolvimento energético dos estados, a projetos de universalização dos serviços de energia elétrica, ao programa de subvenção aos consumidores de baixa renda e à expansão da malha de gás natural para o atendimento dos estados que ainda não possuem rede canalizada. Os recursos desse fundo setorial também são utilizados para garantir a competitividade da energia produzida a partir de fontes alternativas (eólica, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa) e do carvão mineral nacional. Com as alterações introduzidas pela MP nº 579/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/2013, o recurso destinado às fontes alternativas citadas foi limitado a 30% do recolhimento anual desse encargo. Esse recurso é recolhido por quotas anuais pagas por todos os agentes que comercializem energia com consumidor final mediante encargo tarifário incluído nas tarifas de uso dos sistemas de transmissão ou de distribuição, dos pagamentos anuais realizados a título de uso de bem público, das multas aplicadas pela Aneel, e, dos aportes realizadas pela União de créditos oriundos de Itaipu.

Compensação Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos (“CFURH”): é uma participação dos Estados, distritos e alguns departamentos da União nas receitas resultantes da exploração dos recursos hídricos. Este encargo é pago pelas hidrelétricas, com exceção das PCHs, como uma função da energia produzida (R\$/MWh).

ONS – É uma taxa destinada a cobrir os custos das atividades do ONS. A taxa do ONS é paga por todos os seus membros, basicamente: geradoras, transmissoras e distribuidoras.

Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”): encargo do setor a ser investido em programas de eficiência energética e estudos de pesquisa e desenvolvimento. Trata-se de obrigação devida por concessionários de geração, transmissão e distribuição, que devem investir anualmente pelo menos 1% de sua receita operacional líquida.

PROINFA: Como já mencionado, este encargo subsidia o programa de incentivo às fontes alternativas. O encargo é cobrado de todos os consumidores através da TUST ou TUSD. Consumidores de baixa renda e aqueles localizados nos sistemas isolados são isentos desta cobrança.

Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (“TFSEE”): encargo setorial para cobrir os custos das atividades da ANEEL, pago por todos os agentes do setor.

Encargo de Serviços de Sistema (“ESS”): pago por todos os consumidores para cobrir os custos de despacho (despacho fora da ordem de mérito) e serviços auxiliares (para segurança do sistema).

Resolução nº 3, de 06 de março de 2013, estabelecida pelo Conselho Nacional de Política Energética, dentre outras matérias, cria nova diretriz para cálculo do Preço de Liquidação das Diferenças e determina que as geradoras também participem do rateio do custo de despacho de usinas termelétricas por meio de encargo de serviços dos sistemas, até então suportado exclusivamente pelas distribuidoras, as quais repassavam os custos para o consumidor final.

Uso do Bem Público (“UBP”): corresponde a uma taxa pelo direito de concessão pago pelos investidores de hidrelétricas pelo uso do sítio hidrológico para geração de energia. Este pagamento é necessário, pois a concessão de instalação das hidrelétricas pertence à União Federal, e não pode ser cedido sem pagamento.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Face ao exposto, aplicam-se às concessões de geração os seguintes encargos: RGR, UBP (no caso de hidrelétricas), CFURH, P&D, TFSEE e ONS (se conectados à Rede Básica). Às autorizações, aplicam-se: TFSEE e ONS (se conectados à Rede Básica).

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

1.7. Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior.

a. Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor.

Receita operacional líquida proveniente do país sede no exercício 2022 R\$ 206.400.283,18.

Obs.: A Companhia não auferiu receitas no exterior.

b. Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia.

A Companhia não auferiu receitas no exterior.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.8. Efeitos relevantes de regulação estrangeira:

A Companhia não está sujeita à regulação estrangeira, uma vez que suas atividades são desenvolvidas apenas no Brasil.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Nos termos do artigo 40 e parágrafo único da Resolução CVM nº 80, o emissor em recuperação judicial é dispensado de entregar este item do formulário de referência até a entrega em juízo do relatório circunstanciado ao final do processo da recuperação.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

1.10. Informações de sociedade de economia mista

Não se aplica. A Companhia não é uma sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor.

Em decorrência do processo de Recuperação Judicial foram alienados os seguintes ativos relevantes da Companhia:

- Venda da Unidade Produtiva Isolada (UPI) Cordilheira dos Ventos, mediante a transferência da totalidade das cotas sociais de emissão da Cordilheira dos Ventos Centrais Eólicas LTDA à AES GF1 Holding S.A., pelo valor de R\$ 42.000.000,00 (quarenta e dois milhões de reais), conforme Fato Relevante divulgado em 26.07.2022.

- Venda da Unidade Produtiva Isolada (UPI) Enerbrás, mediante a transferência da totalidade da participação detida pela Companhia no capital social da Enerbrás e indiretamente da Energética Serra da Prata ("ESPRA") para a Monte Pascoal Holding S.A., uma sociedade investida da V2I Energia S.A., que possui como gestora a Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda ("Vinci"), pelo valor de R\$ 265.800.000,00 (duzentos e sessenta e cinco milhões e oitocentos mil reais), conforme Fato Relevante divulgado em 07.06.2022.

- Venda da Unidade Produtiva Isolada (UPI) Brasil PCH, para os demais acionistas da Brasil PCH S.A, da participação detida pela Companhia no capital social, pelo valor de R\$ 1.100.000.000,00 (Um bilhão e cem milhões de reais), conforme Fato Relevante divulgado em 01.12.2021.

- Venda da Unidade Produtiva Isolada (UPI) Fase B, mediante a transferência dos ativos e direitos do Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase B para a Ventos Altos Energias Renováveis Ltda., subsidiária do PSS Principal Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, pelo valor de R\$ 50.730.127,00, conforme Fato Relevante divulgado em 05.04.2021.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1.12. Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas.

Incorporações

Em Assembleia Geral Extraordinária datada de 29.10.2021 foi aprovada a incorporação pela Companhia das seguintes sociedades: (1) Chipley SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial (CNPJ n.º 17.643.213/0001-34); (2) Espra Holding S.A. (CNPJ n.º 22.842.742/0001-05); (3) CMNPAR Fifty-Four Participações S.A. (CNPJ n.º 19.374.374/0001-03); (4) SF 123 Participações S.A. (CNPJ n.º 32.652.982/0001-92); (5) Centrais Eólicas Itapuã IV Ltda. – Em Recuperação Judicial (CNPJ n.º 18.560.507/0001-65); (6) Centrais Eólicas Itapuã V Ltda. – Em Recuperação Judicial (CNPJ n.º 18.560.100/0001-38); (7) Centrais Eólicas Itapuã XV Ltda. – Em Recuperação Judicial (CNPJ n.º 18.560.186/0001-07); (8) Centrais Eólicas Itapuã XX Ltda. – Em Recuperação Judicial (CNPJ n.º 18.560.291/0001-38); e (9) Parque Eólico Iansã Ltda. – Em Recuperação Judicial (CNPJ n.º 11.103.456/0001-01).

Em Assembleia Geral Extraordinária datada de 14.07.2022, foi aprovada a incorporação pela Companhia, da sociedade Bahia Holding S.A. – Em Recuperação Judicial (CNPJ n.º 22.863.676/0001-41).

Aumentos de capital

Os Planos de Recuperação Judicial da Companhia previam a possibilidade de os credores capitalizarem seus créditos em 06 (seis) janelas de conversão, nos termos da cláusula 14 do Plano Sociedades Consolidadas e da cláusula 12 do Plano ASIII Fase A.

O “1º Processo de Aumento de Capital e Conversão”, previsto na cláusula 14.1.1 do Plano Sociedades Consolidadas e na cláusula 12.1.1 do Plano ASIII Fase A, foi implementado mediante o aumento do capital social da Companhia, aprovado pelo conselho de administração em reunião de 01 de março de 2021 e homologado pelo conselho de administração em reunião de 06 de maio de 2021, no valor de R\$ 334.396.776,50, representado por 58.422.742 novas ações nominativas e sem valor nominal, sendo 19.502.468 ações ordinárias e 38.920.274 ações preferenciais.

O “2º Processo de Aumento de Capital e Conversão”, previsto na cláusula 14.1.1 do Plano Sociedades Consolidadas e na cláusula 12.1.1 do Plano ASIII Fase A, foi implementado mediante o aumento do capital social da Companhia, aprovado pelo conselho de administração em reunião de 22 de junho de 2021 e homologado pelo conselho de administração em reunião de 23 de agosto de 2021, no valor de R\$ 54.763.295,78, representado por 9.337.582 novas ações nominativas e sem valor nominal, sendo 4.666.882 ações ordinárias e 4.670.700 ações preferenciais.

Houve a capitalização de Créditos Partes Relacionadas (conforme definidos nos Planos), nos termos da cláusula 8.9.1.1 do Plano Sociedades Consolidadas e da cláusula 8.9.1.1 do Plano ASIII Fase A, foi implementada mediante o aumento do capital social da Companhia, aprovado pelo conselho de administração em reunião de 21 de junho de 2022 e homologado pelo conselho de administração em reunião de 29 de agosto de 2022, no valor

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

de R\$ 789.161.482,87, representado por 134.667.698 novas ações nominativas e sem valor nominal, sendo 66.552.011 ações ordinárias e 68.115.687 ações preferenciais.

Não houve manifestação de pedidos de conversão de créditos pelos credores nas 3ª, 4ª e 5ª Janelas de Conversão de Créditos e o “6º e último Processo de Aumento de Capital e Conversão”, foi implementado mediante o aumento do capital social da Companhia, aprovado pelo conselho de administração em reunião de 29 de novembro de 2022 e homologado pelo conselho de administração em reunião de 02 de fevereiro de 2023, no valor de valor de R\$ 31.296.858,04, representado por 5.336.210 novas ações nominativas e sem valor nominal, sendo 2.668.102 ações ordinárias e 2.668.108 ações preferenciais.

1.13 Acordos de acionistas

1.13. Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas.

Acordo de Acionistas do Bloco de Controle – 19 de dezembro de 2014

Acordo de Acionistas firmado por RR Participações S.A. (“RR”), Light Energia S.A. (“Light”) e Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig”) em 19 de dezembro de 2014.

A CG I Fundo de Investimento em Participações de Multi Estratégia (“CG I”) aderiu ao acordo referido neste item em 13 de dezembro de 2018, em substituição à RR.

Em 15 de outubro de 2019, a Light alienou a totalidade de suas ações para a CG I, resultando na saída do Bloco de Controle e do Acordo de Acionistas da Companhia. Após a liquidação do Fundo CG I, as ações por ele detidas foram distribuídas entre CG II Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (“CG II”), Renato do Amaral Figueiredo e Ricardo Lopes Delneri.

Em 28 de fevereiro de 2022, o CG II foi transformado em uma sociedade atualmente denominada Caetité Participações LTDA. (“Caetité”) e, em transação realizada com os acionistas Renato Figueiredo do Amaral e Caetité, o Sr. Ricardo Lopes Delneri alienou a totalidade de suas ações detidas na Companhia, vinculadas ao Acordo de Acionistas, deixando de integrar o bloco de controle, de forma direta e indireta.

Em decorrência da alienação da totalidade da participação acionária detida pela Cemig Geração e Transmissão S.A. para a AP Energias Renováveis FIP Multiestratégia, foi celebrado o 1º Aditivo ao Acordo de Acionistas do Bloco de Controle.

Acordo de Acionistas BNDESPAR – 06 de novembro de 2012

Tendo em vista o ingresso da BNDES Participações S. A. – BNDESPAR, subsidiária integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no capital da Companhia por meio de aumento de capital realizado em 13 de julho 2012, a RR Participações S.A., a Light Energia S.A., A Light S.A., o Sr. Ricardo Lopes Delneri, o Sr. Renato do Amaral Figueiredo e a BNDESPAR celebraram um Acordo de Acionistas em 06 de novembro de 2012 (“Acordo BNDESPAR”).

Em decorrência das movimentações informadas no item referente ao Acordo de Acionistas do bloco de controle, foram realizadas igualmente as devidas adesões/notificações a este Acordo de Acionistas A CG I Fundo de Investimento em Participações de Multi Estratégia (“CG I”) aderiu ao acordo referido neste item em 13 de dezembro de 2018, em substituição à RR. Em 23 de março de 2020, após a liquidação do Fundo CGI, as ações de titularidade da Companhia foram distribuídas entre CG II Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado, Renato do Amaral Figueiredo e Ricardo Lopes Delneri. Em 28 de fevereiro de 2022, o fundo foi transformado em sociedade quotista e a denominação social foi alterada para Caetité Participações LTDA. A adesão ao Acordo de Acionistas foi celebrada em 12 de março de 2019.

A Light, em 15 de outubro de 2019, alienou a totalidade de suas ações para a CGI, resultando na saída do Bloco de Controle e do Acordo de Acionistas da Companhia.

O Sr. Ricardo Lopes Delneri, em transação realizada anteriormente com os acionistas Renato Figueiredo do Amaral e Caetité Participações LTDA (nova denominação social de Caetité

1.13 Acordos de acionistas

Participações S.A., CG II Participações S.A., CG II Fundo de Investimento), alienou a totalidade de suas ações detidas na Companhia, vinculadas ao Acordo de Acionistas, deixando de integrar o bloco de controle, de forma direta e indireta.

Em decorrência da alienação da totalidade da participação acionária detida pela Cemig Geração e Transmissão S.A., a AP Energias Renováveis FIP Multiestratégia, aderiu ao referido acordo em 27 de abril de 2022.

O referido acordo não altera o controle da Companhia, regulado conforme o acordo de acionistas firmado entre Light, Cemig e RR.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14 - Alterações na condução de negócios

Não aplicável tendo em vista que não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1.15. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

O emissor e suas controladas não celebraram contratos relevantes que não sejam relacionados com as suas atividades operacionais.

1.16 Outras informações relevantes

1.16 – Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram abrangidas pelos itens anteriores.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1 Os diretores devem comentar sobre:

As demonstrações financeiras consolidadas de 2022 estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 16 de outubro de 2019 a Companhia e determinadas controladas protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo no. 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data.

Em 18 de dezembro de 2020 a Companhia e determinadas controladas protocolaram novos planos de recuperação judicial, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III – Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES e um segundo plano contemplando a Companhia e as demais Sociedades em recuperação judicial do Grupo Renova, os quais foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores realizadas nessa mesma data.

Os referidos planos foram homologados pelo Juízo da Recuperação judicial em 18 de dezembro de 2020, tendo a decisão sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. De acordo com o entendimento da Administração, suportado inclusive pelos seus assessores jurídicos que acompanham o tema, a Companhia reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial no exercício de 2020 considerando a data da aprovação pela Assembleia Geral de Credores e homologação pelo Juízo.

Com o objetivo de recuperar a saúde financeira da Companhia e das controladas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram executadas as seguintes ações previstas nos planos:

- i) conclusão das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A, com todos os parques em operação comercial – 424,5MW;
- ii) aumento do capital da companhia com conversão de crédito por partes relacionadas;
- iii) acordo junto a investidores para finalização das obras do Parque Solar Caetité – 4,8MW;
- iv) conclusão da venda da UPI Enerbrás;
- v) empenho da Companhia em buscar compradores para os projetos em desenvolvimento.

Os passivos do Grupo Renova negociados no âmbito da recuperação judicial foram segregados em quatro classes. O quadro abaixo demonstra a posição atualizada dos credores em 31 de dezembro de 2022. *(Os valores a seguir são expressos em milhares de reais).*

Classes	Saldo em 31/12/2021	Créditos habilitados	Pagamentos realizados	Crédito convertido em ação	Juros/ Encargos	Saldo em 31/12/2022
Classe I - credores trabalhistas	19.817	2.309	(20.726)	-	20	1.420
Classe II - credores com garantia real	933.336	-	(84.757)	-	110.565	959.144
Classe III - credores quirografários	500.386	592.689	(16.240)	(789.072)	22.877	310.640
Classe IV - credores microempresas e empresas de pequeno porte	3.562	(114)	(3.017)	-	313	744
Extraconcursal	-	28.309	-	-	-	28.309
Total	1.457.101	623.193	(124.740)	(789.072)	133.775	1.300.257

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A Classe I contempla os credores trabalhistas cujos pagamentos ocorrerão da seguinte forma:

- a) Créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial até o limite de 5 salários-mínimos com prazo de pagamento de 30 dias após a homologação do plano (pagamentos efetivados).
- b) Valor adicional de até R\$10 mil para cada credor trabalhista limitado ao valor do respectivo crédito em até 60 dias da data de homologação do plano (pagamentos efetivados).
- c) O pagamento do saldo remanescente será realizado por meio de uma das duas opções abaixo:
 - i. Opção A: pagamento de 100% do valor do saldo remanescente em até 12 meses reajustado por taxa equivalente a 0,5% ao ano acrescida da variação da TR.
 - ii. Opção B: pagamento de 100% do valor do saldo remanescente em até 18 meses após um período de carência de 6 meses da data de homologação, reajustado pelo equivalente a 120% da variação do CDI.

Os credores trabalhistas terão 120 dias da data da publicação do plano para escolha da forma de pagamento, caso contrário, serão automaticamente enquadrados na opção A.

A Classe II contempla o credor com garantia real. Nessa classe os credores serão remunerados pelo equivalente a 100% do CDI a partir da data do pedido de recuperação judicial. Durante período de carência, primeiros 24 meses a contar da data de homologação do plano, serão realizados pagamentos semestrais de R\$100 mil a ser distribuído de forma *pro rata* entre os credores dessa classe. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. O principal será pago em 18 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal e as demais a cada seis meses de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral	Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 3	2,5%	2,5%	Ano 8	5,0%	5,0%
Ano 4	2,5%	2,5%	Ano 9	5,0%	5,0%
Ano 5	2,5%	2,5%	Ano 10	5,0%	16,0%
Ano 6	2,5%	2,5%	Ano 11	16,0%	18,0%
Ano 7	2,5%	2,5%			

A Classe III é composta pelos credores quirografários que serão pagos da seguinte forma:

- a) Pagamentos iniciais no montante de até R\$ 2 mil será pago a cada credor quirografário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$ 1 mil em até 90 dias e mais R\$ 1 mil em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros (pagamentos efetivados).
- b) O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da TR, a partir da data do pedido de recuperação judicial.
- c) Durante os primeiros 24 meses, serão realizados pagamentos semestrais de R\$ 100 mil a ser distribuído de forma *pro rata* entre os credores quirografários na proporção dos seus respectivos créditos, iniciando-se a partir de 6 meses da data da publicação da homologação. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

semestralmente ao principal. Após esse período, o saldo de juros passará a ser pago em parcelas semestrais, juntamente com as parcelas de principal.

- d) O principal será pago em 24 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada 6 (seis) meses, de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral	Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 3	2,5%	2,5%	Ano 9	2,5%	5,0%
Ano 4	2,5%	2,5%	Ano 10	5,0%	5,0%
Ano 5	2,5%	2,5%	Ano 11	5,0%	5,0%
Ano 6	2,5%	2,5%	Ano 12	5,0%	5,0%
Ano 7	2,5%	2,5%	Ano 13	5,0%	5,0%
Ano 8	2,5%	2,5%	Ano 14	10,0%	12,5%

Os credores essenciais fundiários serão pagos da seguinte forma:

- Pagamentos iniciais no montante de até R\$ 2 mil será pago a cada credor essencial fundiário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$ 1 mil em até 90 dias e mais R\$ 1 mil em até 180 dias a contar da data da publicação da homologação sem a incidência de correção monetária e juros (pagamentos efetivados).
- O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da TR, a partir da data da publicação da homologação do pedido de recuperação judicial.
- Os juros sobre o saldo devedor, capitalizados anualmente, serão pagos em parcelas trimestrais após o fim do período de carência de juros de três meses a contar da data de publicação.
- O principal será pago em 12 (doze) parcelas trimestrais, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada três meses.

Os credores seguradores parceiras receberão o pagamento integral dos seus créditos concursais, conforme indicado na lista de credores, em moeda corrente nacional creditada na conta bancária de sua titularidade informada nos autos da recuperação judicial, em até 3 anos da data de renovação da respectiva apólice de seguro ou assinatura de nova apólice de seguro.

A Classe IV é composta por credores microempresas e empresas de pequeno porte que receberam o pagamento inicial no montante de até R\$ 20 mil por credor, em parcela única e limitado ao seu crédito, em até 90 dias a contar da data da publicação da homologação (pagamentos efetivados). O saldo remanescente será pago em até 12 meses com a correção de 100% do CDI.

A íntegra dos Planos de Recuperação Judicial aprovados, a ata da Assembleia Geral de Credores, bem como todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial da Companhia estão disponíveis no website da CVM (www.cvm.gov.br) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>). As informações acima resumidas devem ser lidas em conjunto com os Planos de recuperação judicial propriamente dito.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

b. Estrutura de capital

No setor de geração de energia os investimentos são tipicamente viabilizados pela existência de contratos de venda de energia de longo prazo que permitem relativa previsibilidade das receitas futuras, condição fundamental para que uma parcela importante do investimento possa ser financiada também no longo prazo por terceiros.

Fontes de recursos para investimentos (em R\$ mil)	31 de dezembro de 2022	AV %
Capital de terceiros ¹	1.000.853	52,35%
Capital próprio ²	910.962	47,65%
Total	1.911.815	100,00%

(1) Capital de Terceiros corresponde à soma das seguintes linhas dos grupos do passivo circulante e não circulante: empréstimos e financiamentos.

(2) Capital Próprio corresponde à soma das seguintes linhas do patrimônio líquido: capital social, gastos com emissões de ações, reserva de capital, ajuste de avaliação patrimonial e prejuízos acumulados.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$777,1 milhões, possui prejuízos acumulados de R\$3,2 bilhões e patrimônio líquido de R\$910,9 milhões.

O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 deve-se, principalmente a: (i) reversão da provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado relacionado ao Alto Sertão III, no montante de R\$819,7 milhões, (ii) ao ganho na alienação de ativos, no montante de R\$233,8 milhões, (iii) resultado financeiro negativo (despesa financeira) consolidado, no montante de R\$214,6 milhões que está impactado principalmente pelo reconhecimento de juros relacionados aos empréstimos e financiamentos, operações com partes relacionadas e fornecedores, (iv) reconhecimento da multa pelo cancelamento da TUST – Fase B, no montante de R\$21,3 milhões, (v) multa sobre ressarcimento dos contratos de venda de energia (LER 2013 e LER 2014) no montante de R\$7,8 milhões, (vi) penalidades aplicadas por insuficiência de lastro dos parques do LER 2013 e LER 2014, no montante de R\$4,5 milhões e (vii) ganho nas operações realizadas no âmbito dos contratos de compra e venda de energia elétrica da controlada Renova Comercializadora, em função principalmente da reversão da provisão para contrato oneroso, no montante R\$55,7 milhões.

Em dezembro de 2022, a Administração da Companhia concluiu as obras do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A, um dos 10 maiores complexos eólicos da América Latina. Com todos os parques em operação comercial, o Grupo Renova terá os recursos necessários para honrar com seus compromissos.

Com relação ao portfólio de projetos em desenvolvimento estimado em 6,5 GW potenciais de energia eólica e 430MW de energia solar, a Companhia continua realizando investimentos para concluir a regularização fundiária deles, além de investimentos direcionados à obtenção de licenças ambientais, sendo que atualmente 14 projetos eólicos contam com licenças emitidas pelos órgãos ambientais, totalizando cerca 5,9 GW.

A recuperação judicial faz parte da reestruturação da Companhia e de suas controladas e tem por objetivo recuperar a saúde financeira da Companhia e das controladas, bem como preparar uma base

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

sólida para os próximos anos, com foco na rentabilidade dos negócios do Grupo Renova. Assim, estas informações trimestrais foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para conclusão das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III a controlada Chipley assinou contrato de empréstimo na modalidade DIP, por meio de uma Cédula de Crédito Bancário emitida em favor da QI Sociedade de Crédito Ltda., estruturada pela Quadra Gestão de Recursos Ltda ("Quadra Capital"), no valor de R\$ 350 milhões, com coobrigações da Companhia e da controlada Renovapar, conforme previsto e autorizado no âmbito do processo de recuperação judicial do Grupo Renova.

Em 05 de março de 2021, o Grupo Renova recebeu o montante atualizado de R\$ 362,5 milhões e em 22 de novembro de 2021, com a incorporação da controlada Chipley, a dívida foi assumida pela Companhia, que em 01 de dezembro de 2021 realizou a quitação antecipada, no montante de R\$458,2 milhões, com os recursos oriundos da alienação da UPI Brasil PCH.

Em 06 de junho de 2022 a Companhia concluiu a venda da Unidade Produtiva Isolada ("UPI") Enerbrás, nos termos previstos no Edital da referida UPI e no Plano de Recuperação Judicial do Grupo Renova.

Em 11 de julho de 2022 a Companhia recebeu o montante de R\$29,6 milhões referente a ajuste de preço pós fechamento e Parcela Diferida corrigida e em 07 de dezembro de 2022 foi recebido o montante de R\$8,5 milhões referente a Parcela Garantia corrigida.

Em 07 de dezembro de 2022, a companhia firmou um memorando de entendimentos junto a Pacífico Empreendimentos e Participações S.A. com objetivo de retomar e finalizar a implantação do Projeto Solar Caetitê, com capacidade instalada de 4,8MW, localizado no sudoeste da Bahia, por meio do qual a Companhia e a Pacífico irão explorar a comercialização da energia na modalidade de geração distribuída, atendendo consumidores locais.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Ao longo dos anos, a Companhia reduziu significativamente seu plano de investimentos e novas fontes de financiamento para o crescimento sustentável.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo, ainda:

i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes;

O quadro a seguir demonstra o saldo dos empréstimos e financiamentos consolidados da Companhia em 31 de dezembro de 2022: *(Valores expressos em milhares de reais)*

Contrato	Taxa ¹	31/12/2022
BNDES - Ponte I Diamantina Eólica (Subcrédito "C")	100% CDI	310.259
Banco Bradesco	100% CDI	368.964
Banco Itaú	100% CDI	134.987
Citibank	100% CDI	90.940
Banco ABC	100% CDI	53.994

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Citibank	100% CDI	28.309
Banco Bradesco	0,5% a.a. + TR	4.664
Banco Itaú	0,5% a.a. + TR	4.529
Banco Safra	0,5% a.a. + TR	4.207
Total do endividamento		1.000.853

Nota 1: as taxas foram repactuadas no plano de recuperação judicial

Resumo dos contratos

a. Contrato BNB

A controlada indireta Espra, com interveniência da controlada Enerbrás, obteve financiamento com o BNB em 30 de junho de 2006, no total de R\$120,1 milhões, com vencimento em 30 de junho de 2026.

Com o fechamento da operação de venda, a dívida relativa a UPI Enerbrás, que em 31 de maio de 2022 (“data base da operação”), correspondia a R\$48,7 milhões, foi integralmente transferida para a compradora.

b. Banco Safra

Em razão do pedido de recuperação judicial da controlada Centrais Elétrica Itaparica S.A. – em recuperação judicial (“Itaparica”), a Financiadora de Estudos e Projetos (“FINEP”) decretou vencimento antecipado do débito, tendo o Banco Safra, na qualidade de fiador, honrado a integridade da dívida, utilizando R\$6,1 milhões recursos da Companhia aplicados em CDB no mesmo banco e se sub-rogando no saldo remanescente de R\$2,6 milhões, listado em nome da FINEP, na Classe III, na lista de credores do plano de recuperação judicial.

Banco Safra ingressou com execução de título extrajudicial fundado na sub-rogação e extraconcursalidade do crédito de sua titularidade, houve bloqueio de R\$ 3,6 milhões e de R\$ 616 mil, valores já levantados pelo Banco Safra. Opusemos as medidas judiciais pertinentes e aguardamos julgamento.

Os patronos do Safra distribuíram cumprimento provisório de sentença (processo nº 0028271-44.2022.8.26.0100), a fim de terem satisfeitos os honorários de sucumbência no montante de R\$337 mil. A Companhia efetivou o depósito judicial do valor em discussão e obteve decisão determinando que eventual levantamento do montante deve ser precedido de caução. Contudo, os advogados interpuseram recurso que reverteu a decisão e liberou o levantamento do montante sem caucionamento.

Na Recuperação Judicial está pendente julgamento do Agravo de Instrumento em Recurso Especial nº 2088131-82.2021.8.26.0000, que foi remetido ao Supremo Tribunal de Justiça, o qual discute a concursalidade ou não do crédito, caso seja julgado como crédito concursal a Companhia utilizará as medidas judiciais cabíveis para reaver os valores levantados, bem como para pagamento do crédito nos termos do plano de recuperação judicial em andamento.

c. BNDES (Empréstimo ponte)

Em 19 de dezembro de 2014, foi assinado o contrato de financiamento de curto prazo entre o BNDES e a Diamantina Eólica Participações S.A. – em recuperação judicial (“Diamantina”), no valor total de R\$700 milhões, dividido em dois subcréditos: Subcrédito “A” no valor de R\$140 milhões e Subcrédito

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

“B” no valor de R\$560 milhões, para os parques do LER 2013 e mercado livre. Em 18 de fevereiro de 2016, conforme 1º aditivo de contrato entre as partes, houve o remanejamento de parcela do Subcrédito “B” com a criação do subcrédito “C” no valor de R\$163,9 milhões.

Considerando que não houve nova prorrogação ou pagamento dessa dívida, em 17 de outubro de 2019 foram executadas as cartas fianças emitidas pelos bancos Bradesco S.A., Citibank S.A., Itaú Unibanco S.A. e ABC Brasil S.A., no montante de R\$568,1 milhões, reduzindo o saldo devido ao BNDES e criando uma dívida com esses bancos, mediante a sub-rogação desses bancos nos mesmos direitos do BNDES no referido Contrato de Financiamento.

A dívida com esse banco foi repactuada no âmbito do plano de recuperação judicial (Classe II).

São garantias desse financiamento: (i) penhor da totalidade das ações e dividendos da Alto Sertão Participações S.A. – em recuperação judicial (“Alto Sertão”), Diamantina e das SPEs na qualidade de intervenientes ao contrato, (ii) penhor das máquinas e equipamentos, (iii) dos direitos emergentes das Autorizações emitidas pela ANEEL, (iv) dos direitos creditórios dos contratos de fornecimento dos aerogeradores, (v) cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de venda de energia celebrados entre as SPEs e ambiente livre (CCVEs), no ambiente regulado (CCEARs) e (CERs), e (vi) originalmente, fianças bancárias, as quais já foram executadas conforme mencionado acima.

d. Outros empréstimos – capital de giro

Bradesco S.A. e Itaú Unibanco S.A.: Em 19 de julho de 2019, a controlada indireta Diamantina contratou Cédulas de Crédito Bancário (“CCB”) junto aos bancos Bradesco S.A. e Itaú Unibanco S.A., no valor total de R\$24,4 milhões, com taxa de juros de 100% do CDI + 2,5% a.a. e vencimento em 14 de abril de 2020. Em razão do pedido de recuperação judicial da controlada Diamantina, os Bancos Itaú e Bradesco decretaram vencimento antecipado das CCBs e a então controladora Light, na qualidade de fiadora não solidária das obrigações, efetuou o pagamento em 21 de outubro de 2019, do montante de R\$15,9 milhões restando um saldo a pagar em favor dos Bancos de R\$9,4 milhões, bem como um saldo no valor de R\$16,0 milhões perante a Light pela sub-rogação nos direitos da CCB.

As dívidas com os bancos mencionados no parágrafo anterior foram repactuadas no âmbito do plano de recuperação judicial (Classe III).

Banco Citibank S.A.: em 24 de março de 2016, a Companhia assinou Cédula de Crédito Bancário (“CCB”) com o Banco Citibank S.A., no valor principal de R\$120,5 milhões com vencimento em 31 de janeiro de 2017 e juros de 4,5% a.a. acrescida de 100% do CDI. Essa dívida foi renegociada pela Companhia, que em 23 de julho de 2019, assinou com o Citibank, uma nova CCB no valor de R\$185,6 milhões, atualizada a 155% a.a. do CDI, com prazo total de 6 anos, sendo 1 ano de carência de principal.

Em 18 de dezembro de 2020 as partes assinaram o instrumento particular de transação, que dentre outras coisas i) reconhece natureza extraconcursal da integralidade do crédito do Citibank proveniente da CCB, ii) altera os juros remuneratórios para 100% do CDI desde a data do pedido de recuperação judicial, iii) determina o pagamento imediato de R\$10 milhões, cujo recurso foi disponibilizado em conta determinada pelo Citibank, e iv) amortização da dívida com recursos oriundos da venda de ativos.

Conforme previsto nos planos de recuperação judicial, o saldo dos créditos extraconcursais do Citibank serão reajustados a 100% (cem por cento) do CDI, com amortização de juros e principal no mesmo fluxo de pagamento dos créditos dos credores com Garantia Real (Classe II).

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Banco BTG Pactual S.A.: em 29 de junho e 23 de agosto de 2017, a Companhia assinou dois instrumentos Particular de Transação e Confissão de Dívida (CD 8/17 e 14/17) com o Banco BTG Pactual S.A., no valor de R\$54,2 milhões e R\$89,3 milhões, respectivamente. Em 3 de maio de 2019, a Companhia assinou o 2º e 1º aditivos a esses instrumentos estabelecendo as seguintes condições de pagamento: o valor do principal da dívida será pago em 20 parcelas trimestrais, iguais e consecutivas, após o período de carência de 1 ano a contar de 3 de maio de 2019. O principal está sujeito a juros remuneratórios de 155% a.a. do CDI. Considerando a natureza extraconcursal do crédito, essa dívida não está sujeita a recuperação judicial e foi quitada com recursos oriundos da venda da UPI Enerbrás.

ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía outras relações de longo prazo com instituições financeiras, além das mencionadas no item (i) acima.

iii) grau de subordinação entre as dívidas;

Exercício social encerrado em 31

de dezembro de 2022 (em R\$ mil)	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia real	48.053	95.904	191.809	623.378	959.144
Garantia quirografária	293.568	31.064	31.064	588.617	944.313
Total	341.621	126.968	222.873	1.211.995	1.903.457

iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Os contratos de empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia e suas controladas, contemplam cláusulas restritivas (sob a forma de obrigações de não fazer e/ou de hipótese de vencimento antecipado de obrigações), incluindo, dentre outras:

- Limitações à capacidade de contrair dívidas financeiras;
- Limitações à capacidade de vender, transferir ou dispor de qualquer outra forma de parte de ativos;
- Limitações quanto à existência de ônus, penhor, hipoteca, encargo ou outros gravames ou direitos de garantia sobre receitas e patrimônio;
- Limitação quanto ao pagamento de dividendos acima dos dividendos mínimos obrigatórios;
- Limitações quanto à capacidade da Companhia de realizar reestruturações societárias e alienações de participações acionárias;
- Limitações de mudança de controle ou de reorganização societária.

Considerando o plano de Recuperação Judicial, a Companhia deverá observar todas as restrições nele previstas, enquanto perdurar a recuperação judicial da Companhia.

Empréstimos Ponte obtido pela Diamantina Eólica Participações S.A., controladora das SPEs desenvolvedoras dos projetos Alto Sertão III – Fase A, por meio do Contrato De Financiamento Mediante Abertura De Crédito Nº 14.2.1247.1, celebrado com o BNDES em 19 de dezembro de 2014 (“Contrato Ponte ASIII-Fase A”).

São garantias do financiamento: penhor da totalidade das ações e dividendos da Alto Sertão Participações S.A, Diamantina Eólica Participações S.A e das SPEs na qualidade de intervenientes ao

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

contrato, penhor das máquinas e equipamentos, dos direitos emergentes das Autorizações emitidas pela ANEEL, dos direitos creditórios dos contratos de fornecimento dos aerogeradores, cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de venda de energia celebrados entre as SPEs e ambiente livre (CCVEs), no ambiente regulado (CCEARs) e (CERs) e Penhor das ações de titularidade da Renova no Capital Social da Chipley Participações S.A.. Esse contrato não exige índices financeiros como cláusula para vencimento antecipado da dívida.

A Companhia assinou dois instrumentos Particular de Transação e Confissão de Dívida (CD 8/17 e 14/17) com o Banco BTG Pactual S.A. em 29 de junho e 23 de agosto de 2017

São garantias a essa operação a alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Enerbras detidas pela Companhia, penhor em 2º grau da totalidade das ações de emissão da Espra, penhor em 2º grau dos direitos emergentes das PCHs do Complexo Hidroelétrico Serra da Prata e hipoteca em 2º grau dos imóveis do Complexo Hidroelétrico Serra da Prata. A dívida foi quitada com os recursos oriundos da venda da UPI Enerbras.

g) Limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Os recursos referentes a todos os financiamentos obtidos pela Companhia já foram integralmente disponibilizados e aplicados.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Comparação dos resultados consolidados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Em milhares de reais – R\$

	2022	2021	AV%
RECEITA LÍQUIDA	206.403	93.812	120,0%
CUSTOS DOS SERVIÇOS			
Custo com compra de energia	(59.800)	(71.943)	-16,9%
Custo de Operação	(33.409)	(7.998)	317,7%
Depreciações	(43.747)	(84)	51979,8%
Encargos de uso do sistema de distribuição	(10.962)	(813)	1248,3%
Total	(147.918)	(80.838)	83,0%
LUCRO BRUTO	58.485	12.974	350,8%
RECEITA (DESPESAS)			
Gerais e administrativas	(89.775)	(103.978)	-13,7%
Depreciações e amortizações	(9.907)	(2.031)	387,8%
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	819.755	(9.235)	n.a
Outras receitas (despesas) líquidas	(9.865)	(113.668)	-91,3%
Total	710.208	(228.912)	n.a
Resultado de equivalência patrimonial	-	134.228	n.a
Ganho com investimento	233.818	395.422	-40,9%
Total	233.818	529.650	-55,9%
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	1.002.511	313.712	219,6%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas Financeiras	16.910	13.950	21,2%
Despesas Financeiras	(231.495)	(291.415)	-20,6%
Total	(214.585)	(277.465)	-22,7%
LUCRO ANTES DO			
IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	787.926	36.247	-5,0%
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(11.145)	(6.010)	85,4%
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	339	450	-24,7%
Total	(10.806)	(5.560)	94,4%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	777.120	30.687	2432,4%

Receita operacional líquida

Com o término da obra do Complexo Eólico Alto Sertão III e sua entrada em operação comercial, a receita operacional líquida da Companhia relativa ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, foi de R\$ 206,4 milhões, um aumento de 120% em relação ao ano anterior.

Custos gerenciáveis

Custos gerenciáveis correspondem as atividades de operação e manutenção dos parques eólicos e PCHs, e compra de energia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, os custos gerenciais aumentaram e razão da entrada em operação comercial dos parques eólicos do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A.

Custos não gerenciáveis

Os custos não gerenciáveis correspondem: (i) tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), referente ao uso do sistema de distribuição da Coelba (concessionária na qual as PCHs da ESPRA se conectam), e tarifa do uso do sistema de transmissão (TUST), referente ao sistema de transmissão; (ii) taxa de fiscalização cobrada pela ANEEL.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, os custos não gerenciáveis totalizaram R\$10,9 milhões, apresentando um aumento em relação ao mesmo período do ano anterior, pois com a entrada em operação comercial dos parques os encargos de uso do sistema de distribuição, passaram a ser classificados como custo da operação.

Depreciação

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a depreciação relacionada aos parques eólicos, as PCHs (até 31 de maio de 2022) e as torres de medição dos projetos eólicos em desenvolvimento totalizou R\$ 43,7 milhões (R\$84 mil, em 2021).

Receitas (Despesas)

No ano de 2022, a Companhia reverteu a provisão para *impairment* relacionada aos ativos do Complexo Eólico Alto Sertão III, impactando positivamente o resultado do exercício em R\$819,8 milhões.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Ademais, as principais variações nas despesas referem-se a:

- **Pessoal e Administração:** em 2022, a Companhia reconheceu uma despesa total de R\$24,6 milhões. Com a entrada em operação dos parques, a capitalização dos gastos relacionados a pessoal e administração foi reduzida, aumentando assim o impacto no resultado.
- **Serviços de Terceiros:** totalizou R\$25,5 milhões, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Redução em relação a 2021 devido despesas não recorrentes referentes ao Plano de Recuperação Judicial da Companhia.
- **Contingências Cíveis, Trabalhistas e Regulatórias:** refere-se principalmente ao reconhecimento de penalidades editalícias aplicadas pela ANEEL dos parques do LER 2013 e LER 2014.
- **Contrato Oneroso:** considerando os preços de compra de energia projetados e os fluxos de caixa estimados do contrato e, posteriormente, ajustada a valor presente utilizando a taxa CDI a Companhia realizou a reversão da provisão constituída em exercícios anteriores, no montante de R\$23,5 milhões.
- **Multa sobre Ressarcimento:** redução em relação ao mesmo período de 2021, em função da entrada em operação comercial dos 12 parques do mercado regulado.
- **Penalidades contratuais e regulatórias:** refere-se substancialmente a penalidades aplicadas pela (i) CCEE por insuficiência de lastro dos parques do LER 2013 e LER 2014 e (ii) ONS pelo cancelamento do contrato CUST do Alto Sertão III – Fase B.

Resultado de Equivalência Patrimonial

Até dezembro de 2021, a Companhia mensurou seu investimento na participação societária de empreendimento controlado em conjunto utilizando o método da equivalência patrimonial, em conformidade com a IFRS 11 / CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto.

Em 1º de dezembro de 2021, a Companhia concluiu a venda UPI Brasil PCH, transferindo a totalidade das ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal de emissão da Brasil PCH S.A. de sua titularidade para a BSB Energética e ELETRORIVER S.A., pelo valor de R\$ 1,1 bilhões.

Descrição	Valor (R\$ mil)
Valor da venda ajustado ^(a)	1.009.437
Custo do investimento	(602.899)
Ganho antes dos outros custos e provisões	406.538
Outros custos na venda ^(b)	(12.543)
Ganho na alienação	393.995

(a) Valor da venda ajustado corresponde ao valor da venda menos o Ajuste Preliminar (R\$30,6 milhões) e o Valor Retido (R\$60 milhões).

(b) Corresponde à gastos com os assessores financeiros e jurídicos.

A Companhia utilizou os recursos recebidos na operação principalmente para (i) liquidar antecipadamente o DIP, (ii) quitar determinados credores concursais e extraconcursais e (iii) dar continuidade às obras de conclusão do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A e às demais atividades operacionais da Companhia e suas subsidiárias.

Adicionalmente, em 30 de maio de 2022 a Companhia recebeu R\$63,1 milhões referentes a parcela retida corrigida do valor da venda da UPI Brasil PCH.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Receitas (despesas) financeiras líquidas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o resultado financeiro líquido foi negativado em R\$214,6 milhões, uma redução de 22,7% comparado ao resultado financeiro de R\$277,5 milhões em 2021.

Imposto de renda e contribuição social

As receitas de geração de energia da Companhia são tributadas pelo regime de lucro presumido. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

No ano 2022, o imposto de renda e a contribuição social totalizaram R\$ 4,3 milhões, em razão do resultado positivos na comercialização.

Lucro líquido do exercício

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$777,1 milhões, aumento significativo comparado ao ano anterior.

O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 deve-se, principalmente a: (i) reversão da provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado relacionado ao Alto Sertão III, no montante de R\$819,8 milhões, (ii) ao ganho na alienação de ativos, no montante de R\$233,8 milhões, (iii) resultado financeiro negativo (despesa financeira) consolidado, no montante de R\$214,6 milhões que está impactado principalmente pelo reconhecimento de juros relacionados aos empréstimos e financiamentos, operações com partes relacionadas e fornecedores, (iv) reconhecimento da multa pelo cancelamento do CUST – Fase B, no montante de R\$21,1 milhões, (v) multa sobre ressarcimento dos contratos de venda de energia (LER 2013 e LER 2014) no montante de R\$7,8 milhões, (vi) penalidades aplicadas por insuficiência de lastro dos parques do LER 2013 e LER 2014, no montante de R\$4,5 milhões e (vii) ganho nas operações realizadas no âmbito dos contratos de compra e venda de energia elétrica da controlada Renova Comercializadora, em função principalmente da reversão da provisão para contrato oneroso, no montante R\$55,7 milhões.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Principais Alterações nas Contas Patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Valores expressos em milhares de reais - R\$

ATIVOS	2022	2021	Var
CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	63.773	354.110	-81,99%
Aplicações financeiras	4.282	5.278	-18,87%
Contas a receber de clientes	30.367	6.231	387,35%
Tributos a recuperar	13.032	11.963	8,94%
Adiantamentos a fornecedores	1.127	1.631	-30,90%
Despesas antecipadas	3.832	3.736	2,57%
Outros créditos	289	566	-48,94%
	<u>116.702</u>	<u>383.515</u>	
Ativos classificados como mantidos para venda	-	335.908	n.a
Total dos ativos circulantes	<u>116.702</u>	<u>719.423</u>	-83,78%
NÃO CIRCULANTES			
Aplicações financeiras	278	254	9,45%
Depósitos judiciais	9.451	3.667	157,73%
Tributos diferidos	1.327	-	n.a
Outros créditos	60	60	n.a
Imobilizado	<u>2.686.601</u>	<u>1.557.299</u>	<u>72,52%</u>
Total dos ativos não circulantes	<u>2.697.717</u>	<u>1.561.280</u>	<u>72,79%</u>
TOTAL DOS ATIVOS	<u>2.814.419</u>	<u>2.280.703</u>	<u>23,40%</u>

ATIVO

Circulante

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo do ativo circulante era de R\$116,7 milhões e em 31 de dezembro de 2021 o saldo era de R\$719,4 milhões. Essa variação ocorre principalmente porque em 2022 houve a alienação dos ativos relacionados a UPI Enerbrás e Cordilheira dos Ventos apresentado na rubrica de Ativos classificados como mantido para venda. Conforme determinado no plano de recuperação judicial, os valores obtidos com a transação serão destinados a (i) Credores com Garantia Real; (ii) Credores Quirografários e (iii) despesas operacionais da Companhia e suas subsidiárias.

Não circulante

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo do ativo não circulante era de R\$2,7 bilhões em comparação com o saldo em 31 de dezembro de 2021 de R\$1,6 bilhões. Aumento relacionado aos gastos para finalização do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A e a reversão do saldo da redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, no montante de R\$ 819,8 milhões.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

PASSIVOS	2022	2021	Var
CIRCULANTES			
Fornecedores	58.392	115.880	-49,61%
Empréstimos e financiamentos	49.939	252.508	-80,22%
Tributos a recolher	15.509	15.719	-1,34%
Salários, encargos e férias a pagar	9.111	9.061	0,55%
Contas a pagar - CCEE/Eletrobras	37.621	36.418	3,30%
Arrendamentos a pagar	3686	237	1455,27%
Outras contas a pagar	167.363	100.520	66,50%
Partes relacionadas	-	49.860	n.a
Provisão para contrato oneroso	-	23.465	n.a
	341.621	603.668	-43,41%
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	-	106.636	n.a
Total de passivos circulantes	341.621	710.304	-51,90%
NÃO CIRCULANTES			
Fornecedores	192.924	199.276	-3,19%
Empréstimos e financiamentos	950.914	944.957	0,63%
Tributos a recolher	8.030	14.221	-43,53%
Contas a pagar - CCEE/Eletrobras	38.143	38.870	-1,87%
Arrendamentos a pagar	22.774	13.240	72,01%
Partes relacionadas	-	742.976	n.a
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	196.614	181.068	8,59%
Provisão para desmantelamento	23.235	-	n.a
Outras contas a pagar	129.202	91.111	41,81%
Total dos passivos não circulantes	1.561.836	2.225.719	-29,83%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	4.139.098	3.349.936	23,56%
(-) Custos na emissão de ações	(41.757)	(41.757)	n.a
Reservas de capital	1	1	n.a
Prejuízos acumulados	(3.186.380)	(3.963.500)	-19,61%
Total do patrimônio líquido	910.962	(655.320)	n.a
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO	2.814.419	2.280.703	23,40%

PASSIVO

Circulante

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo do passivo circulante era de R\$341,6 milhões, representando uma redução de 51,9% em comparação com 31 de dezembro de 2021, quando o saldo era de R\$710,3 milhões. A redução ocorreu principalmente em razão dos pagamentos e conversão de crédito junto a terceiros realizados no âmbito dos planos de recuperação judicial.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Não circulante

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da conta de passivo não circulante era de R\$1,6 milhões, redução de 29,8% em comparação com 31 de dezembro de 2021. A redução ocorreu principalmente em razão dos pagamentos e conversão de crédito junto a terceiros realizados no âmbito dos planos de recuperação judicial.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou patrimônio líquido de R\$910 milhões, um aumento comparado ao resultado de 2021 impactado principalmente pelo aumento de capital e lucro líquido do exercício.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 Comentários dos diretores sobre:

As informações incluídas neste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às Demonstrações Financeiras consolidadas da Companhia.

a) resultado das operações da Companhia, em especial:

Para uma discussão detalhada das principais variações percebidas nos resultados da Companhia, vide item 2.1(h) deste Formulário de Referência.

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e

A receita operacional da Companhia refere-se basicamente a geração e comercialização de energia elétrica.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a receita operacional líquida foi de R\$ 206,4 milhões um aumento de 120% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, onde a receita operacional líquida foi de R\$93,8 milhões.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

No ano de 2022 dois segmentos da Companhia apresentam receita operacional, a saber geração de energia eólica e comercialização de energia. O aumento apresentado no exercício de 2022 ocorreu principalmente em função da entrada em operação comercial dos parques eólicos do Alto Sertão III. Assim, o resultado dos anos de 2022, 2021 foram, respectivamente, R\$ 206,4 milhões, R\$93,8 milhões.

A linha de custo mais relevante no resultado operacional de 2022 e 2021, refere-se ao custo com compra de energia. No ano de 2022, os custos gerenciáveis somaram R\$93,2 milhões, sendo que a compra de energia totalizou R\$59,8 milhões comparado ao valor de R\$79,9 milhões em 2021. Excluindo os custos com compra de energia para revenda, os custos gerenciáveis totalizaram R\$33,4 milhões no ano, ou seja, aumento de 317% em comparação ao ano de 2021.

Ademais, em 31 de dezembro de 2022 a Companhia: (i) reverteu da provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado relacionado ao Alto Sertão III, no montante de R\$819,8 milhões, (ii) reconheceu ganho na alienação de ativos, no montante de R\$233,8 milhões, (iii) apresentou resultado financeiro negativo (despesa financeira) consolidado, no montante de R\$214,6 milhões que está impactado principalmente pelo reconhecimento de juros relacionados aos empréstimos e financiamentos, operações com partes relacionadas e fornecedores, (iv) reconheceu multa pelo cancelamento da TUST – Fase B, no montante de R\$21,3 milhões, (v) multa sobre ressarcimento dos contratos de venda de energia (LER 2013 e LER 2014) no montante de R\$7,8 milhões, (vi) penalidades aplicadas por insuficiência de lastro dos parques do LER 2013 e LER 2014, no montante de R\$4,5 milhões e (vi) ganho nas operações realizadas no âmbito dos contratos de compra e venda de energia elétrica da controlada Renova Comercializadora, em função principalmente da reversão da provisão para contrato oneroso, no montante R\$55,8 milhões.

b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A energia elétrica gerada e comercializada pela Companhia, que é a sua única fonte de receita operacional atualmente, tem seu preço fixado nos respectivos contratos de compra e venda de energia, de longo prazo.

2.2 Resultados operacional e financeiro

O preço da energia elétrica proveniente dos parques eólicos contratados no mercado regulado é corrigido anualmente pelo IPCA.

c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

A situação financeira da Companhia e o resultado das suas operações são afetados pela inflação, uma vez que as receitas decorrentes de contratos de comercialização de energia elétrica são indexadas a índices de inflação (IGPM e IPCA) e os custos operacionais tendem a seguir tais índices.

Além disso, aumentos nas taxas de inflação afetam o mercado de comercialização de energia elétrica, na medida em que podem reduzir a atividade econômica, o consumo e o investimento. Os principais fatores e condições que afetam a receita e os resultados operacionais são analisados a seguir:

Inflação

A situação financeira da Companhia e o resultado das operações são afetados pela inflação, uma vez que as receitas decorrentes de contratos de comercialização de energia elétrica são indexadas a índices de inflação (IGPM e IPCA) e os custos operacionais tendem a seguir tais índices. A maioria dos custos e despesas da Companhia é em Reais e está atrelada aos índices de medição da inflação, tais como o IGPM, o INPC e o IPCA, ou sofre reajuste de acordo com a flutuação medida em índices cambiais.

Taxa de Juros

O resultado das operações também está exposto às variações das taxas de juros. A Companhia contrata empréstimos e financiamentos principalmente em Reais, os quais são atualizados com base no CDI. Além disso, as taxas de juros praticadas em operações de crédito ao consumidor no mercado financeiro brasileiro afetam indiretamente a Companhia, na medida em que reduções podem levar ao aumento do consumo privado e ao aumento do consumo de energia. Por outro lado, aumentos nas taxas de juros podem levar à diminuição do consumo de energia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o resultado financeiro líquido da Companhia foi negativado em R\$ 214,6 milhões, e em 2021, o resultado foi negativado em R\$277,5 milhões.

Taxa de Câmbio

A Companhia não está exposta à variação da taxa de câmbio e, portanto, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, não houve impacto relevante nos resultados operacionais e financeiros causados por variações em taxas de câmbio.

Tributação

A Companhia está sujeita ao recolhimento do IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e ICMS.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por empresa considerando a opção do regime de tributação adotada.

2.2 Resultados operacional e financeiro

As controladas indiretas que integram o Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A e as controladas Itapuã VII e SF 120 optaram pelo regime do lucro presumido. A controladora e demais companhias são optantes do regime do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$20 mil por mês incorrido no ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido são recolhidos trimestralmente sobre a receita bruta, considerando o percentual de presunção, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente (base de estimativa de 8% e 12% sobre as vendas para imposto de renda e contribuição social, respectivamente) e as receitas financeiras.

Para apuração do PIS e da COFINS sobre as receitas, as companhias do grupo optantes pelo regime de Lucro Presumido ficam sujeitas ao regime de apuração cumulativo sob alíquotas de 0,65% (PIS) e 3% (COFINS) aplicáveis sobre o faturamento. Já as empresas optantes pelo Lucro Real ficam sujeitas ao regime não-cumulativo sob alíquotas de 1,65% (PIS) e 7% (COFINS) sobre o faturamento e para receitas financeiras aplica-se as alíquotas de 0,65%(PIS) e 4% (COFINS).

O ICMS incide sobre vendas de energia realizadas pelas companhias do grupo, quando realizadas para clientes finais, em alíquotas que variam nos diferentes Estados da federação.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. Comentários dos diretores sobre:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia e suas controladas considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às IFRS e aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo *Internacional Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), respectivamente, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2022 ou após esta data.

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis que afetem significativamente as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve ressalvas ou abstenção de opinião no relatório dos auditores independentes relativos às demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

O relatório dos auditores independentes emitido pela BDO relativo às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 contém parágrafo de ênfase transcrito abaixo:

Plano de Recuperação Judicial (PRJ)

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.3, às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Renova Energia S.A. – Em Recuperação Judicial e determinadas controladas protocolaram, em 16 de outubro de 2019, Pedido de Recuperação Judicial, tendo ele sido deferido pelo Juízo da Recuperação Judicial da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, nessa mesma data. Adicionalmente, em 18 de dezembro de 2020, a Renova Energia S.A. – Em Recuperação Judicial e determinadas controladas protocolaram os novos planos de recuperação judicial, os quais foram aprovados Assembleia Geral de Credores e homologados pelo Juízo da Recuperação Judicial nessa mesma data, com decisão publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, bem como no seu melhor entendimento, a Administração reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial, na data da homologação do plano.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram executadas as seguintes ações previstas nos planos: i) conclusão das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A; ii) conclusão da alienação da UPI Enerbras (Nota Explicativa nº 1.2.1); iii) quitação de empréstimo junto ao BTG; iv) pagamento de credores concursais e extraconcursais e consequente redução do endividamento; v) conversão de créditos em ações. A Companhia e suas controladas vêm atendendo ao previsto nos Planos, sendo os eventuais recursos e questionamentos defendidos com êxito pela Administração. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. Comentários dos diretores sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Em 16 de dezembro de 2022 a Companhia comunicou ao mercado que cumpriu, em 06 de dezembro de 2022, o Estágio 4 da implantação do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A, com a entrada em operação comercial de 424,5 MWs, conforme previsto nos planos de Recuperação Judicial do Grupo Renova Energia. Os prazos dos Estágios 1, 2 e 3 também já haviam sido cumpridos pelo Grupo Renova Energia, em linha com o determinado no Plano de Recuperação, respectivamente em 10 de fevereiro, 06 de agosto e 05 de setembro de 2022.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

No exercício de 2022, a Companhia alienou as seguintes participações acionária:

UPI Enerbrás

Em 06 de junho de 2022 a Companhia concluiu a venda da Unidade Produtiva Isolada (“UPI”) Enerbrás, nos termos previstos no Edital da referida UPI e no Plano de Recuperação Judicial do Grupo Renova. Pela transação, a Companhia transferiu a totalidade das ações ordinárias e preferenciais, escriturais e sem valor nominal de emissão da Enerbrás e indiretamente da ESPRA para a Monte Pascoal Holding S.A., uma sociedade investida da V2I Energia S.A., que possui como gestora a Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda (“Vinci”), pelo valor de R\$ 265,8 milhões.

Em 11 de julho de 2022 a Companhia recebeu o montante de R\$29,6 milhões referente a ajuste de preço pós fechamento e Parcela Diferida corrigida e em 07 de dezembro de 2022 foi recebido o montante de R\$8,5 milhões referente a Parcela Garantia corrigida.

Descrição	Valor (R\$ mil)
Valor da venda	244.536
Valor reserva corrigido	38.104
Total da venda	282.640
Custo do investimento	(125.950)
Ganho antes dos outros custos e provisões	156.690
Outros custos na venda ^(a)	(5.617)
Ganho na alienação	151.073

(a) Valor da venda ajustado corresponde ao valor da venda menos a parcela retida para eventuais ajustes de preço.

(b) Corresponde à gastos com os assessores financeiros e jurídicos.

Conforme determinado no plano de recuperação judicial, os valores obtidos com a transação foram destinados a (i) liquidação pela Companhia da dívida extraconcursal com o Banco BTG Pactual no valor de R\$ 228,1 milhões; (ii) Credores com Garantia Real; (iii) Credores Quirografários e (iv) despesas operacionais da Companhia e suas subsidiárias.

UPI Cordilheira dos Ventos

Conforme divulgado em Fato Relevante, a Companhia formalizou, em 27 de janeiro de 2022, a aceitação da proposta apresentada pela AES GF1 HOLDING S.A. (“AES GF1”), mediante a celebração de um contrato de compra e venda, para a alienação de determinados ativos e direitos do Complexo

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Cordilheira dos Ventos, constituído dos projetos Facheiro II, Facheiro III e Labocó, localizados no Estado do Rio Grande do Norte, com capacidade de desenvolvimento eólico de 305MW.

Em 15 de março de 2022, o Juiz da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Fórum Central da Comarca de São Paulo homologou o processo competitivo da UPI Cordilheira dos Ventos, declarando como vencedora a AES GF1, pelo valor de R\$ 42,0 milhões, sujeita ao cumprimento de condições precedentes usuais de mercado para a sua conclusão. A Companhia fará jus ainda a um *earn out*, caso a AES venha a implantar uma capacidade superior a 305MW nas áreas compreendidas no Complexo.

Em 26 de julho de 2022 a Companhia concluiu a venda da referida UPI transferindo a totalidade das cotas sociais de emissão da controlada Cordilheira dos Ventos Centrais Eólicas LTDA à AES GF1, pelo valor de R\$ 42,0 milhões. Conforme determinado no plano de recuperação judicial, os valores obtidos com a transação foram destinados a (i) Credores com Garantia Real; (ii) Credores Quirografários e (iii) despesas operacionais da Companhia e suas subsidiárias.

Descrição	Valor (R\$ mil)
Valor da venda	42.000
Custo do investimento	(20.928)
Ganho antes dos outros custos e provisões	21.072
Outros custos na venda ^(a)	(1.364)
Ganho na alienação	19.708

(a) Corresponde à gastos com os assessores financeiros e jurídicos.

c. eventos ou operações não usuais

Durante o exercício de 2022 a Companhia capitalizou créditos de terceiros e alienou ativos conforme previsto nos planos de recuperação judicial do Grupo Renova.

2.5 Medições não contábeis

2.5. Indicações e comentários dos diretores sobre políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. Os principais julgamentos, estimativas e premissas utilizados para a elaboração dessa demonstração financeira estão listados abaixo:

a) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa ("UGC") é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

b) Provisão para perdas judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos tributários, trabalhistas e cíveis que são classificados de acordo com o risco de perda: provável, possível e remoto. A análise quanto a probabilidade de perda é realizada pela Administração com auxílio dos assessores legais externos e devidamente corroborada pelo departamento jurídico. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância jurídica.

As provisões para demandas judiciais são constituídas para todos os processos cuja probabilidade de perda seja provável, dessa forma a Companhia constituiu provisões suficientes para cobrir eventuais perdas com processos judiciais e administrativos.

c) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para gestão destes instrumentos financeiros.

2.5 Medições não contábeis

Quando não é possível obtê-los em mercados ativos, o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados nas demonstrações financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo (IFRS 13), que determina certas técnicas de avaliação. As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros.

d) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado

A Companhia utiliza as taxas definidas pela ANEEL para depreciação dos itens do ativo imobilizado por julgar que elas refletem a vida útil desses bens. Entretanto, a Companhia revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado para avaliar sua razoabilidade.

e) Contrato oneroso

Se a Companhia ou suas controladas possuem um contrato que é oneroso, a obrigação presente do contrato é reconhecida e mensurada como uma provisão. No entanto, antes que uma provisão separada para um contrato oneroso seja estabelecida, a Companhia e suas controladas reconhecem qualquer perda por redução ao valor recuperável que tenha ocorrido em ativos dedicados a este contrato.

Um contrato é considerado oneroso quando os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações desse contrato excedem os benefícios econômicos que se espera sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. Os custos inevitáveis do contrato refletem o menor custo líquido de sair do contrato, e este é determinado com base: (a) no custo de cumprir o contrato; ou (b) no custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento do contrato, dos dois, o menor. O custo para cumprir um contrato compreende os custos diretamente relacionados ao contrato (por exemplo, os custos incrementais e uma alocação de outros custos diretamente associados às atividades do contrato).

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6. Eventos subsequentes as DFs

a) Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Homologação aumento de capital

Em 02 de fevereiro de 2023, o Conselho de Administração aprovou a homologação parcial do aumento de capital social da Companhia, por subscrição privada de ações, dentro do limite do capital autorizado, aprovado em reunião de 29 de novembro de 2022, para capitalização de créditos detidos por credores da Companhia, de forma a efetivar o “6º Processo de Aumento de Capital e Conversão”, nos termos dos planos de recuperação judicial.

O aumento de capital da Companhia foi homologado com o valor de R\$ 31,3 milhões, representado por 5.336.210 novas ações nominativas e sem valor nominal, sendo 2.668.102 ações ordinárias e 2.668.108 ações preferenciais. Consequentemente, o capital social da Companhia passa a ser de R\$ 4,2 bilhões, dividido em 249.483.956 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 124.741.981 ações ordinárias e 124.741.975 ações preferenciais. Esta capitalização representou uma diminuição do endividamento do Grupo Renova em R\$ 31,2 milhões.

Suspensão da liminar Contrato Light

Em 16 de março de 2023, a Companhia informou ao mercado que, por meio da decisão publicada no Diário de Justiça Eletrônico, na presente data, o Superior Tribunal de Justiça em sede de Conflito de Competência nº 186210 - SP (2022/0050986-9) revogou a medida liminar que visava suspender a eficácia da sentença do procedimento arbitral promovido pela Lightcom Comercializadora de Energia S.A. em face da controlada Renova Comercializadora, perante a Câmara FGV de Mediação e Arbitragem, deixando de conhecer o conflito de competência, mantendo-se, por ora, a sentença arbitral que rescindiu o contrato supracitado. A Companhia está adotando todas as medidas pertinentes para mitigar os impactos da referida decisão.

Decisão do Supremo Tribunal Federal (“STF”) sobre coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o STF julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal concluiu, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de maneira definitiva “coisa julgada” a favor dos contribuintes perdem seus efeitos se, depois, o STF tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade se, e quando, o STF entender em sentido contrário.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

2.6 Eventos subsequentes as DFs

e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes concluiu que a decisão não resulta em impactos em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

2.7 Destinação de resultados

2.7. Destinação de resultados

a) regras sobre retenção de lucros

O lucro por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias ("ON") e preferenciais ("PN") da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria.

O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado, excluídas as ações em tesouraria.

b) regras sobre distribuição de dividendos

Não há política de distribuição de dividendos vigente na Companhia.

c) periodicidade das distribuições de dividendos

Não há política de distribuição de dividendos vigente na Companhia.

d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não há política de distribuição de dividendos vigente na Companhia.

e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Não há política de destinação de resultados formalmente aprovada na Companhia.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8. Descrição dos diretores sobre itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;
- iv. contratos de construção não terminada;
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamento;

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia não possui, direta ou indiretamente, ativos ou passivos que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*).

A Companhia não mantém qualquer operação, contrato, obrigação ou outros tipos de compromissos em sociedades cujas demonstrações financeiras não sejam consolidadas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, nos resultados ou em sua condição patrimonial ou financeira, receitas ou despesas, liquidez, investimentos, caixa ou quaisquer outras não registradas nas demonstrações financeiras.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

Não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

b) natureza e o propósito da operação;

Não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

2.10 Planos de negócios

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

Os investimentos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram destinados, principalmente, para a construção dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A, que atendem aos mercados livre e regulado.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia contabilizou R\$ 237,0 milhões em investimentos no fluxo de caixa.

ii) fontes de financiamento dos investimentos;

Em linha com o Plano de Recuperação Judicial e para suportar as despesas de manutenção das suas atividades, a Renova alienou ativos mencionados no item 2.4.b.

iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Durante o exercício de 2022 a Companhia alienou: a) 100% ações representativas do capital social da controlada Enerbrás (“UPI Enerbrás”), e b) alienação de determinados ativos do Complexo Cordilheira dos Ventos, constituído pelos projetos Facheiro II, Facheiro III e Labocó (“UPI Cordilheira dos Ventos”).

b. desde que já divulgada, a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não houve aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que influencie materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c. novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não houve desenvolvimento em novos produtos e serviços nas linhas de negócios da Companhia.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões ASG

A Companhia destaca que atua com responsabilidade ambiental em todos os seus empreendimentos e que vem buscando iniciativas e soluções com foco na redução constante dos impactos gerados nas localidades onde atua. Para isso, o Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (“PRAD”) implantado e executado pela Renova Energia visa uma melhor regeneração de características naturais e a reintegração da paisagem local de áreas degradadas nos canteiros de obras e adjacências dos Parques Eólicos. A recuperação das áreas torna-se necessária em função dos impactos decorrentes de atividades como terraplanagens para a instalação do canteiro de obras, cortes e aterros para implantação das vias de acessos, escavações em geral, abertura de jazidas de terra, formação de áreas

2.10 Planos de negócios

de bota-fora e instalação ou aceleração de processos erosivos no local da obra, entre outras atividades relacionadas à implantação dos aerogeradores e subestações.

Para contribuir com a disseminação da Integridade e Sustentabilidade da Companhia destacamos uma das ações corporativas relacionadas às práticas ASG atualmente em nosso pipeline de iniciativas, as Relações Comunitárias. A Companhia mantém um diálogo transparente e permanente com as comunidades localizadas nos arredores dos seus empreendimentos, baseados em agenda comum positiva, de longo prazo, voltada para o desenvolvimento local sustentável, respeitando a liberdade de expressão e a manifestação pacífica, de acordo com a lei e nos limites do Código de Conduta e Política Corporativa Anticorrupção.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11. Comentários dos diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3.1. Projeções divulgadas e premissas

a. Objeto da projeção

Conforme divulgado em Fato Relevante dia 28/03/2024, a Companhia informa aos acionistas e ao mercado em geral, que optou por suspender a publicação das projeções financeiras (*Guidance*).

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM nº 80, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a companhia não as tenha divulgado. Desta forma, a Companhia optou por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas às suas atividades.

b. Período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções nos termos do parágrafo acima.

c. Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções nos termos do parágrafo acima.

d. Valores dos indicadores que são objeto da previsão

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções nos termos do parágrafo acima.

3.2 Acompanhamento das projeções

3.2 Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

Conforme divulgado em Fato Relevante dia 28/03/2024, a Companhia informa aos acionistas e ao mercado em geral, que optou por suspender a publicação das projeções financeiras (*Guidance*).

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM nº 80, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a companhia não as tenha divulgado. Desta forma, a Companhia optou por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas às suas atividades.

b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

A Companhia projetou que a receita operacional líquida do Parque Alto Sertão III, após sua entrada em plena operação comercial (ocorrida no 2º semestre de 2022), alcançaria R\$ 250 milhões ao ano.

No acumulado do ano de 2023, a receita líquida foi de R\$ 227,8 milhões, acréscimo de 10,4% versus o mesmo período de 2022. Os principais fatores foram: (i) manutenções no Complexo e (ii) baixo recurso eólico, principalmente no quarto trimestre de 2023. Adicionalmente, os eventos de restrição de geração impactaram em 11% na geração de energia dos parques. No ano, a Cia foi impactada em 4% o que representa aproximadamente 43 GWh.

c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

A Companhia optou pela não divulgação de projeções nos termos do parágrafo acima.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4.1 – Descrever os fatores de risco com efetivo potencial de influenciar a decisão de investimento:

a. com relação à Companhia

A Companhia e suas controladas estão em processo de recuperação judicial.

Em 16 de outubro de 2019 a Companhia e determinadas controladas protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo nº. 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data.

Em 18 de dezembro de 2020, a Companhia e determinadas controladas protocolaram novos planos de recuperação judicial, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III – Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES e um segundo plano contemplando a Companhia e as demais Sociedades em recuperação judicial do Grupo Renova, os quais foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores realizadas nessa mesma data.

Os referidos planos foram homologados pelo Juízo da Recuperação judicial em 18 de dezembro de 2020, tendo a decisão sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. De acordo com o entendimento da Administração, suportado inclusive pelos seus assessores jurídicos que acompanham o tema, a Companhia reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial no exercício de 2020 considerando a data da aprovação pela Assembleia Geral de Credores e homologação pelo Juízo.

Com o objetivo de recuperar a saúde financeira da Companhia e das controladas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram executadas as seguintes ações previstas nos planos:

- i) conclusão das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A, em dezembro de 2022, com todos os parques em operação comercial – 424,5MW;
- ii) aumento do capital da companhia com conversão de crédito por partes relacionadas;
- iii) acordo junto a investidores para finalização das obras do Parque Solar Caetité – 4,8MW;
- iv) conclusão da venda da UPI Enerbrás;
- v) empenho da Companhia em buscar compradores para os projetos em desenvolvimento.

Os passivos do Grupo Renova negociados no âmbito da recuperação judicial foram segregados em quatro classes. O quadro abaixo demonstra a posição atualizada dos credores em 31 de dezembro de 2022.

(Os valores a seguir são expressos em milhares de reais).

Classes	Saldo em 31/12/2021	Créditos habilitados	Pagamentos realizados	Crédito convertido em ação	Juros/ Encargos	Saldo em 31/12/2022
Classe I - credores trabalhistas	19.817	2.309	(20.726)	-	20	1.420
Classe II - credores com garantia real	933.336	-	(84.757)	-	110.565	959.144
Classe III - credores quirografários	500.386	592.689	(16.240)	(789.072)	22.877	310.640
Classe IV - credores microempresas e empresas de pequeno porte	3.562	(114)	(3.017)	-	313	744
Extraconcursal	-	28.309	-	-	-	28.309
Total	1.457.101	623.193	(124.740)	(789.072)	133.775	1.300.257

A Classe I contempla os credores trabalhistas cujos pagamentos ocorrerão da seguinte forma:

- a) Créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial até o limite de 5 salários-mínimos com prazo de

4.1 Descrição dos fatores de risco

pagamento de 30 dias após a homologação do plano (pagamentos efetivados).

- b) Valor adicional de até R\$10 mil para cada credor trabalhista limitado ao valor do respectivo crédito em até 60 dias da data de homologação do plano (pagamentos efetivados).
- c) O pagamento do saldo remanescente será realizado por meio de uma das duas opções abaixo:
 - i) Opção A: pagamento de 100% do valor do saldo remanescente em até 12 meses reajustado por taxa equivalente a 0,5% ao ano acrescida da variação da TR.
 - ii) Opção B: pagamento de 100% do valor do saldo remanescente em até 18 meses após um período de carência de 6 meses da data de homologação, reajustado pelo equivalente a 120% da variação do CDI.
 - iii) Os credores trabalhistas terão 120 dias da data da publicação do plano para escolha da forma de pagamento, caso contrário, serão automaticamente enquadrados na opção A.

A Classe II contempla o credor com garantia real. Nessa classe os credores serão remunerados pelo equivalente a 100% do CDI a partir da data do pedido de recuperação judicial. Durante período de carência, primeiros 24 meses a contar da data da homologação do plano, serão realizados pagamentos semestrais de R\$100 mil a ser distribuído de forma pro rata entre os credores dessa classe. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. O principal será pago em 18 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal e as demais a cada seis meses de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral	Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 3	2,5%	2,5%	Ano 8	5,0%	5,0%
Ano 4	2,5%	2,5%	Ano 9	5,0%	5,0%
Ano 5	2,5%	2,5%	Ano 10	5,0%	16,0%
Ano 6	2,5%	2,5%	Ano 11	16,0%	18,0%
Ano 7	2,5%	2,5%			

A Classe III é composta pelos credores quirografários que serão pagos da seguinte forma:

- a) Pagamentos iniciais no montante de até R\$ 2 mil será pago a cada credor quirografário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$ 1 mil em até 90 dias e mais R\$ 1 mil em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros (pagamentos efetivados).
- b) O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da TR, a partir da data do pedido de recuperação judicial.
- c) Durante os primeiros 24 meses, serão realizados pagamentos semestrais de R\$ 100 mil a ser distribuído de forma pro rata entre os credores quirografários na proporção dos seus respectivos créditos, iniciando-se a partir de 6 meses da data da publicação da homologação. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. Após esse período, o saldo de juros passará a ser pago em parcelas semestrais, juntamente com as parcelas de principal.
- d) O principal será pago em 24 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada 6 (seis) meses, de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

4.1 Descrição dos fatores de risco

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral	Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 3	2,5%	2,5%	Ano 9	2,5%	5,0%
Ano 4	2,5%	2,5%	Ano 10	5,0%	5,0%
Ano 5	2,5%	2,5%	Ano 11	5,0%	5,0%
Ano 6	2,5%	2,5%	Ano 12	5,0%	5,0%
Ano 7	2,5%	2,5%	Ano 13	5,0%	5,0%
Ano 8	2,5%	2,5%	Ano 14	10,0%	12,5%

Os credores essenciais fundiários serão pagos da seguinte forma:

- Pagamentos iniciais no montante de até R\$ 2 mil será pago a cada credor essencial fundiário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$ 1 mil em até 90 dias e mais R\$ 1 mil em até 180 dias a contar da data da publicação da homologação sem a incidência de correção monetária e juros (pagamentos efetivados).
- O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da TR, a partir da data da publicação da homologação do pedido de recuperação judicial.
- Os juros sobre o saldo devedor, capitalizados anualmente, serão pagos em parcelas trimestrais após o fim do período de carência de juros de três meses a contar da data de publicação.
- O principal será pago em 12 (doze) parcelas trimestrais, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada três meses.

Os credores seguradoras parceiras receberão o pagamento integral dos seus créditos concursais, conforme indicado na lista de credores, em moeda corrente nacional creditada na conta bancária de sua titularidade informada nos autos da recuperação judicial, em até 3 anos da data de renovação da respectiva apólice de seguro ou assinatura de nova apólice de seguro.

A Classe IV é composta por credores microempresas e empresas de pequeno porte que receberam o pagamento inicial no montante de até R\$ 20 mil por credor, em parcela única e limitado ao seu crédito, em até 90 dias a contar da data da publicação da homologação (pagamentos efetivados). O saldo remanescente será pago em até 12 meses com a correção de 100% do CDI.

A íntegra dos Planos de Recuperação Judicial aprovados, a ata da Assembleia Geral de Credores, bem como todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial da Companhia estão disponíveis no website da CVM (www.cvm.gov.br) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>). As informações acima resumidas devem ser lidas em conjunto com os Planos de recuperação judicial propriamente dito.

Os parques eólicos em implantação estão sujeitos a riscos financeiros devido ao atraso do início de geração de energia.

Dentre os riscos em relação aos parques eólicos em implantação, a Companhia está exposta aos riscos financeiros associados ao atraso do início de geração de energia, que podem resultar numa diferença entre a energia a ser gerada e a energia contratada por suas controladas, cujos eventuais desvios serão por elas assumidos. Tal diferença poderá decorrer de uma série de fatores, notadamente: (i) entrada em operação comercial dos parques eólicos em implantação em datas posteriores às previstas nos Contratos de Energia; ou (ii) a impossibilidade de transmissão da energia gerada, inclusive decorrente do atraso, por terceiros, da entrega das respectivas linhas de transmissão, quando as regras dos Leilões não assegurarem proteção da receita prevista nos Contratos de Energia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Caso ocorra atraso no início da operação comercial dos parques eólicos comercializados nos leilões de energia nova, ou conforme edital de cada leilão, ou a impossibilidade de transmissão da energia gerada, inclusive decorrente do atraso, por terceiros, da entrega das respectivas linhas de transmissão, a Companhia e/ou suas controladas serão obrigadas a repor a energia aos compradores dos Contratos de Compra de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR") por meio de garantia física (mediante a entrega do montante, em MW, correspondente à quantidade máxima de energia relativa à usina, que deverá ser repostada aos compradores) de usinas de sua titularidade e/ou de titularidade de suas controladas, ou de contratos bilaterais de compra de energia, o que poderá causar um efeito adverso relevante para a Companhia.

No caso de descumprimento do cronograma, a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") poderá aplicar penalidades e, em caso extremo, poderão gerar a rescisão dos Contratos de Energia ou ainda revogar a autorização outorgada. Até a entrada em operação comercial, o descumprimento da obrigação de entrega de energia está sendo tratado como ressarcimento que ocorre anualmente ou quadrienalmente.

A Companhia e/ou suas controladas também poderão ter que ressarcir os compradores de energia caso a geração fique abaixo dos limites definidos nos Contratos de Energia, o que poderá gerar um efeito adverso relevante nos resultados da Companhia.

A geração anual abaixo de 90% da energia contratada obriga a Companhia a ressarcir os compradores ao máximo preço do respectivo contrato, acrescido do Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD") médio do ano estabelecido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Caso a geração quadrienal fique entre 90% e 100% do saldo da energia contratada, a Companhia deverá ressarcir o déficit ao máximo do valor do PLD para quatro anos, acrescido do preço vigente.

Os parques eólicos e as PCHs em operação podem gerar menos energia do que o esperado.

Dentre as significativas incertezas e riscos em relação aos parques eólicos e PCHs em operação, a Companhia está exposta aos riscos financeiros associados à diferença entre a energia a ser gerada e a energia contratada por suas controladas, cujos eventuais desvios serão por elas assumidos. Tal diferença poderá decorrer de uma série de fatores, notadamente: (i) ocorrência de ventos ou chuvas em intensidade diversa daquela considerada em estudos realizados na fase de projeto; ou (ii) indisponibilidade de aerogeradores ou equipamentos de geração hídrica em nível superior aos índices de desempenho de referência ou considerados nos respectivos planos de negócios.

Nas situações em que o regime pluviométrico não for suficiente para as PCHs gerarem a quantidade de energia comercializada, seus déficits de geração poderão ser compensados por outras hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"), sendo que o custo operacional das usinas superavitárias deverá ser recomposto pelas usinas deficitárias. No caso da geração total das usinas participantes do MRE for menor que sua garantia física total, o custo de recomposição de lastro de energia para atender a garantia física total será dividido entre as usinas.

Adicionalmente, se a disponibilidade média efetiva dos aerogeradores, equipamentos de geração hídrica, solar e respectivos sistemas de transmissão associados for menor do que a estimada pela Companhia para elaborar seu plano de negócio e tomar decisões de investimentos, haverá impacto adverso sobre os resultados da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Podemos não ser capazes de realizar a construção, implantação, operação de projetos a preços e em condições previstos inicialmente em nossa estratégia de negócios, o que pode ter um efeito adverso sobre o nosso crescimento e sobre os nossos resultados.

O crescimento da nossa receita depende significativamente da nossa capacidade de alocar capital eficientemente e de desenvolver e explorar os empreendimentos, ou seja, prospecção, construção, implementação, aquisição e operação, bem como de adquirir e renovar nossas autorizações de forma a fornecer um retorno de capital eficaz para nossos acionistas.

Na fase de construção e implementação, poderemos não ser capazes de concluir o projeto de determinados empreendimento dentro do cronograma ou do orçamento inicialmente estimado devido a uma série de fatores, incluindo, mas não se limitando a: (i) fenômenos naturais, condições ambientais e condições geológicas adversas; (ii) incapacidade e demora na obtenção da posse, aquisição ou arrendamentos das terras necessárias à implantação dos projetos e em cumprimento com as leis imobiliárias brasileiras, bem como manutenção de nosso direito de passagem nos imóveis; (iii) atrasos na obtenção de todas as licenças, autorizações e aprovações por parte dos órgãos reguladores, incluindo as licenças ambientais, cujas condicionantes podem impactar nossos projetos elevando significativamente os prazos e valores inicialmente estimados para a instalação de um empreendimento; (iv) falhas nos serviços necessários, incluindo imprevistos de engenharia que podem levar a construções fora dos padrões aceitáveis, levando a riscos de acidentes e impondo custos adicionais para adequação das construções; (v) disputas com empreiteiros e subempreiteiros, bem como atrasos na aquisição de equipamentos e incapacidade de desenvolver infraestrutura no local; (vi) dificuldades na integração de novos administradores e colaboradores em nossa organização, bem como na obtenção de mão de obra qualificada em tempo hábil e de modo eficaz; (vii) disputas trabalhistas; (viii) mudanças nas condições de mercado; (ix) atrasos na obtenção de capital de giro adequado ou de outra modalidade de financiamento para completar construções e para iniciar operações de projetos; (x) necessidade de atualizar sistemas de contabilidade, informações administrativas e recursos humanos; (xi) outros problemas e circunstâncias que podem resultar no aumento dos investimentos para construção e implementação dos projetos.

Já a operação das nossas instalações envolve diversos riscos, incluindo os seguintes: (i) desempenho da turbina abaixo dos níveis de saída ou eficiência esperados ou dos contratados; (ii) desligamentos ou a obstrução da turbina devido ao desgaste, design ou defeito de fábrica ou avaria ou falha do equipamento, falta de peças de substituição, equipamento ou reposição ou sobrecargas das redes externas de transmissão e distribuição de eletricidade; (iii) defeitos de design ou de fabricação das turbinas; (iv) incapacidade de operar as turbinas de acordo com as especificações do projeto; (v) aumentos dos custos das operações, incluindo os custos relativos a litígios trabalhistas que afetam nossas usinas diretamente ou nossas partes do contrato, os custos relativos à operação e manutenção de equipamentos, seguros e tributos imobiliários; (vi) risco de implementação; (vii) riscos de danos ao meio ambiente, que podem ensejar ações judiciais por parte de órgãos fiscalizadores, entidades de proteção ambiental e do Ministério Público, requerendo pagamento de compensação por danos eventualmente causados ou, ainda, a paralisação das atividades e desativação de um determinado empreendimento; (viii) desastres naturais, tais como incêndios, terremotos, explosões, inundações ou outros eventos de força maior, atos terroristas ou outras ocorrências semelhantes que poderiam resultar em danos pessoais, perda de vida, perigo ambiental ou lesões graves ou destruição de uma usina ou suspensão das suas operações; (ix) erros de operação; (x) não obtenção das autorizações necessárias, inclusive ambientais, ou impossibilidade de atendimento às condicionantes; (xi) incapacidade de operar dentro das limitações que possam ser impostas por autoridades governamentais para o uso das propriedades, ambientais ou outros requisitos regulamentares; (xii) conflitos com os proprietários do sítio ou proprietários de terras adjacentes, inclusive queixas de ruído ou incômodo; (xiii) necessidade de uso pelo governo, decretação de bem de utilidade pública ou eventos similares; (xiv) dificuldades de desenvolvimento e crescimento; (xv) dificuldades para obter imóveis para a instalação de nossos projetos; e (vi) dificuldades no desenvolvimento de projetos competitivos e de qualidade.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Adicionalmente, poderemos não ser capazes de operar nossas usinas conforme esperado e, portanto, podemos não vir a gerar a energia esperada em nossas usinas em função de diversos fatores tais como: (i) alterações na regulamentação ambiental, exigindo novas adequações nos projetos e consequentes gastos de capital e aumento de custos operacionais; (ii) diferença entre o preço de venda da energia a ser gerada por nossas usinas e o preço da energia contratada por meio de Contratos de Energia de Reserva devido a alterações do volume hídrico, da intensidade dos ventos ou da quantidade de biomassa disponível que poderão divergir daqueles considerados em estudos realizados na fase de projeto; entrada em operação comercial das usinas em data posterior à estimada; e (iii) indisponibilidade de geradores em nível superior aos índices de desempenho de referência. Ademais, após o início da operação de nossas usinas, poderemos ser obrigados a realizar investimentos adicionais em estrutura e equipamentos não previstos nos nossos orçamentos, principalmente em função do desgaste de nossos ativos, sejam eles recém adquiridos ou que estejam em atividade há diversos anos.

A ocorrência de qualquer um dos eventos anteriores poderá resultar na perda das nossas licenças e autorizações, na impossibilidade de realização ou manutenção de projetos pela Companhia, na redução significativa ou eliminação das receitas decorrentes da operação de nossas usinas, no aumento significativo dos custos de exploração, na necessidade de maiores gastos, na queda da produção de eletricidade, em danos pessoais ou morte do operador ou de outros, além de danos para um comprador de energia e, por conseguinte, poderia ter um efeito adverso em nossos negócios, na nossa situação financeira ou no resultado das nossas operações.

O nível de endividamento e a estrutura de financiamento da Companhia e de suas controladas poderão afetá-la adversamente.

Para a construção de novos empreendimentos de geração de energia é necessário alto volume de investimento, o que poderá levar a Companhia e/ou suas controladas a um alto nível de endividamento. Além disso, os retornos obtidos com a implementação de um projeto dependem, dentre outros fatores, do volume de endividamento passível de contratação no âmbito desse projeto e os custos efetivos dos respectivos financiamentos. Assim, variações adversas significativas nos indexadores dos financiamentos futuros da Companhia e de suas controladas, inclusive em decorrência de aumento de inflação ou taxa de juros, poderão causar um aumento de despesas com encargos de dívida e poderão reduzir o lucro líquido da Companhia, o que, consequentemente, poderá fazer com que os valores disponíveis para distribuição aos seus acionistas na forma de dividendos e/ou outros proventos sejam reduzidos e que o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão sejam adversamente afetados.

Além disso, a estrutura de financiamento dos projetos que a Companhia e/ou suas controladas desenvolvem inclui, usualmente, a criação de ônus sobre: (i) recebíveis do projeto; (ii) das ações de sociedades controladas de propósito específico que desenvolvem o respectivo projeto; e (iii) dos imóveis onde eles se localizam, dentre outras garantias. Em caso de inadimplemento de obrigações financeiras, tais garantias poderão ser executadas, o que pode causar um efeito adverso relevante para a Companhia, seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

Por fim, alguns dos contratos de financiamento podem incluir restrições aplicáveis à Companhia e/ou às suas controladas quanto ao pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio, o que pode comprometer a habilidade da Companhia de fazer distribuições para seus acionistas.

O crescimento dos negócios e operações da Companhia pode ser adversamente afetado no caso de não obtenção de novos contratos de compra e venda de energia, tanto no Ambiente de Contratação Regulada ("ACR") quanto no Ambiente de Contratação Livre ("ACL").

4.1 Descrição dos fatores de risco

O plano de negócios da Companhia tem como um dos meios de crescimento a participação em leilões de contratação de energia no ACR. Se o Governo Federal não realizar novos leilões ou se, por qualquer motivo, a Companhia e/ou suas controladas não forem vencedoras desses leilões, a estratégia de crescimento da Companhia poderá ser negativamente impactada, o que poderá, consequentemente, afetar de forma significativa e adversa seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão. Adicionalmente, caso Companhia e/ou suas controladas não obtenham novos contratos no ACL, o crescimento da Companhia também poderá ser negativamente impactado.

A estratégia de negócios da Companhia poderá ser afetada de modo adverso por vários fatores.

A capacidade da Companhia de crescer e de apresentar resultados atrativos está condicionada ao desempenho dos empreendimentos em operação e à maturação do portfólio de energia renovável. Além disso, os resultados futuros da Companhia estão sujeitos a incertezas, contingências e riscos no âmbito econômico, concorrencial, regulatório e operacional. Essas incertezas decorrem, dentre outros fatores, do caráter cíclico de preços de: (i) insumos típicos da atividade de construção civil, para a construção de centrais geradoras de energia eólica, Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCHs") e solar; (ii) bens de capital necessários para tais projetos; e (iii) outras fontes de energia, incluindo petróleo e gás. Assim, a Companhia pode enfrentar fatores e circunstâncias imprevisíveis que gerem um efeito adverso relevante para a Companhia.

As operações e projetos de investimento da Companhia podem apresentar prejuízos ou fluxos de caixa negativos por um período indeterminado.

A Companhia e suas controladas podem incorrer em expressivos investimentos de capital e, consequentemente, em expressivos desembolsos ao longo de vários anos em razão das atividades planejadas. Dessa forma, a Companhia e/ou suas controladas podem não alcançar a rentabilidade prevista nos planos de negócios ou fluxo de caixa positivo, o que pode impedir a Companhia e suas controladas de pagar dividendos ou saldar suas demais obrigações tempestivamente, o que poderá causar um efeito adverso relevante para a Companhia.

A implantação da estratégia de negócios da Companhia, bem como seu crescimento futuro, exigirá capital adicional, que talvez não esteja disponível ou, caso esteja, poderá não estar disponível em condições favoráveis.

A implantação da estratégia de negócios da Companhia, bem como seu crescimento futuro, exige quantidade significativa de investimento em capital fixo, que poderá ser superior à capacidade atual de geração de caixa da Companhia. Assim, poderá ser necessário que a Companhia busque fontes adicionais de capital, quer mediante a emissão de títulos de dívida ou tomada de empréstimos, quer mediante a emissão de ações ou Certificados de Depósitos de Ações ("Units"). A capacidade futura da Companhia de captação de caixa dependerá, dentre outros fatores, de sua rentabilidade futura, bem como da conjuntura política e econômica brasileira e mundial, que são afetadas por fatores fora do controle da Companhia. É possível que capital adicional não esteja disponível ou, caso esteja, poderá não estar disponível em condições favoráveis para a Companhia. Se a Companhia financiar suas atividades por meio de empréstimos, é provável que valores mobiliários ou linhas de crédito sejam regidos por instrumentos contendo obrigações que restrinjam sua flexibilidade operacional. Ademais, caso a Companhia incorra em endividamento adicional, os riscos associados à sua alavancagem financeira, tais como a possibilidade de a Companhia não conseguir gerar caixa suficiente para pagar o principal, juros e outros encargos relativos à dívida, poderão aumentar. A ocorrência de qualquer dos eventos indicados acima poderá causar um efeito adverso relevante para a Companhia, seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia e/ou suas controladas poderão ser responsáveis por perdas e danos causados a terceiros, inclusive danos ambientais, sendo que os seguros contratados podem ser insuficientes para cobri-los.

A Companhia e/ou suas controladas poderão ser responsabilizadas por perdas e danos causados a terceiros. A Companhia não pode garantir que as apólices de seguro contratadas serão suficientes em todas as circunstâncias ou contra todos os riscos. A ocorrência de um sinistro significativo não segurado ou indenizável, parcial ou integralmente, ou a não observância por subcontratados em cumprir obrigações indenizatórias assumidas perante a Companhia e/ou suas controladas, ou ainda, em contratar seguros, pode ter um efeito adverso relevante para a Companhia. Além disso, a Companhia não pode assegurar a manutenção de apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis no futuro.

Ademais, as atividades do setor de energia podem causar significativos impactos e danos ao meio ambiente. A legislação federal impõe responsabilidade objetiva àquele que, direta ou indiretamente, causar degradação ambiental gerando, portanto, o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados independentemente de dolo ou culpa da Companhia. O pagamento de indenizações ambientais substanciais ou despesas relevantes incorridas para custear a recuperação do meio ambiente poderá causar um efeito adverso relevante sobre a Companhia, seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

A Companhia e/ou suas controladas poderão não ser capazes de comercializar toda a energia dos projetos.

As vendas de energia elétrica para os projetos que ainda não estão contratados, estão sujeitos à existência de demanda suficiente do mercado consumidor. Ainda, para os contratos já existentes a Companhia possui autorização de 30 anos e contratos de duração máxima de 20 anos. Caso haja uma retração na demanda, a Companhia poderá não ser capaz de comercializar energia durante o restante do período da autorização.

Adicionalmente, um eventual aumento da demanda poderá ser atendido por outros projetos de geração de energia elétrica, tais como projetos de geração térmica, grandes hidrelétricas, dentre outros, que possuam preços de venda de energia mais competitivos que aqueles que a Companhia e/ou suas controladas podem oferecer.

Caso a Companhia e/ou suas controladas não sejam capazes de comercializar a totalidade da energia dos projetos de geração de energia, o crescimento da Companhia poderá ser negativamente impactado, bem como seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

A Companhia e/ou suas controladas não são proprietárias dos imóveis nos quais serão instalados seus parques eólicos, inclusive aqueles que estão em implantação.

A Companhia e/ou suas controladas não são proprietárias dos imóveis nos quais são instalados seus parques eólicos, e por isso, firma contratos de arrendamento com diversos detentores desses imóveis. Assim, a posse de qualquer dos imóveis arrendados pela Companhia e/ou suas controladas pode ser questionada, o que pode causar um efeito adverso relevante para a Companhia, seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

Os contratos financeiros da Companhia e de suas controladas possuem garantias fiduciárias, reais e fidejussórias, bem como obrigações e restrições específicas, dentre as quais a obrigação de manutenção de índices financeiros, sendo que qualquer inobservância dessas obrigações pode comprometer os resultados e a condição financeira da Companhia, bem como a excussão dos bens dados em garantias fiduciárias.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Os contratos financeiros firmados pela Companhia e por suas controladas preveem o cumprimento de diversas obrigações, tais como necessidade de autorização prévia para alteração do controle e oneração de ativos. Não há como garantir que a Companhia e suas controladas atingirão todos os índices contratados no futuro. Qualquer descumprimento aos termos dos contratos financeiros poderá resultar na decisão dos credores em declarar o vencimento antecipado do saldo devedor da respectiva dívida, bem como o vencimento antecipado de dívidas de outros contratos financeiros e, conseqüentemente, executar as garantias concedidas. Os ativos e fluxos de caixa da Companhia e de suas controladas podem não ser suficientes para pagar integralmente o saldo devedor dos contratos de financiamento, tanto na hipótese de vencimento normal quanto de vencimento antecipado decorrente de inadimplemento. Caso as garantias sejam executadas em virtude do vencimento antecipado de dívidas, os resultados e a condição financeira da Companhia podem ser comprometidos, o que pode impactar adversamente seus resultados. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas não podem assegurar que serão capazes de cumprir com os compromissos financeiros e outras obrigações impostas pelos contratos financeiros no futuro.

O crescimento da Companhia depende de sua capacidade de atrair e manter pessoal técnico e administrativo altamente qualificado.

A Companhia depende dos serviços de pessoal técnico para a execução de sua atividade de desenvolvimento de projetos, na prospecção, implantação e comercialização de energia. Se a Companhia perder os principais integrantes desse quadro de pessoal (ou se precisar ampliá-lo em decorrência de novos projetos ou da expansão de projetos existentes) deverá atrair e treinar pessoal adicional para sua área técnica, que pode não estar disponível no momento em que se tornar necessário ou, se disponível, poderá representar um custo elevado adicional para a Companhia. A demanda por pessoal técnico tem aumentado nos últimos anos e a Companhia concorre no mercado por este tipo de mão de obra. Caso a Companhia não consiga atrair e manter o pessoal essencial de que precisa para a manutenção, desenvolvimento e expansão de suas operações, poderá ser incapaz de administrar seus negócios de modo eficiente, o que pode causar efeito adverso relevante para a Companhia, seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem causar efeitos adversos para a Companhia.

A Companhia e suas controladas são rés em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, tributária, regulatória, ambiental e trabalhista. Ademais, a Companhia e suas controladas poderão ser no futuro, rés em novos processos judiciais e administrativos (perante autoridades regulatórias, ambientais, concorrenciais, tributárias, policiais, dentre outras).

A Companhia e suas controladas não podem garantir que os resultados desses processos serão favoráveis a elas, ou ainda, que será mantido provisionamento, parcial ou total, suficiente para todos os passivos eventualmente decorrentes destes processos. Decisões contrárias aos interesses da Companhia e/ou de suas controladas que impeçam a realização de seus negócios, como inicialmente planejados, ou que eventualmente alcancem valores substanciais e não tenham provisionamento adequado podem causar um efeito adverso nos negócios e na situação financeira da Companhia.

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

A Companhia teve notícia recente de que um dos inquéritos da Operação denominada “E o Vento Levou”, que se encontrava no Ministério Público Federal, foi encaminhado e acolhido pela Justiça Federal de São Paulo, sendo revertido em ação penal. Vale ressaltar que a Companhia não figura como Ré na ação penal

4.1 Descrição dos fatores de risco

em tela, a qual deve seguir seu curso regular, e tal inquérito diz respeito a situações e pessoas físicas totalmente desvinculadas da atual administração da Renova Energia e muito anteriores à implementação da Diretoria de Riscos e Conformidade.

Neste contexto, e como informado nas divulgações de resultados anteriores, foram contratadas à época investigações internas contando com apoio externo independente de consultoria especializada multinacional e renomado escritório de advocacia (“Investigadores Independentes”), juntamente com o Comitê de Monitoramento constituído pelo Conselho de Administração, as quais concluíram que a condução e efetivação de determinados contratos foram celebrados sem observar os controles internos da Cia. No entanto, o resultado final de tais investigações acabou por não identificar provas concretas de atos de corrupção ou desvios supostamente praticados pela Companhia, conforme anteriormente divulgado em fato relevante datado de 20 de fevereiro de 2020. Todos os fatos aqui relatados não produzem nenhuma interferência e não tem relação com as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Finalmente, vale reforçar que a Companhia continua acompanhando desdobramentos das investigações e segue à disposição das autoridades para colaborar com as investigações ainda em curso.

Atualmente, a Companhia permanece investindo no aprimoramento de seu programa de integridade, bem como prima pela proteção de seu patrimônio e de sua imagem.

Impactos da pandemia do COVID-19 nos negócios da Companhia

A pandemia do COVID-19 impactou negativamente os diversos setores da economia, e consequentemente, a demanda por energia no Brasil, e representou um obstáculo à retomada mais forte da atividade econômica.

A Companhia, cercada de todos os cuidados necessários retomou a construção dos seus parques eólicos que geram energia para atender ao mercado livre e regulado, estando eles em operação comercial desde dezembro de 2022.

Para fins de elaboração das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a administração da Companhia revisou suas atividades, de forma a identificar os possíveis impactos do COVID-19. Foram analisados temas como: i) variação de indicadores macroeconômicos, e ii) redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

A Companhia não tem expectativa de impactos da COVID-19 no processo de recuperação judicial, em especial na alienação de ativos e conclusão dos parques eólicos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e até a data da emissão dessas demonstrações financeiras não foram observados efeitos relevantes decorrentes do COVID-19 nas operações da Companhia e suas controladas.

De forma geral, a Companhia implementou uma série de medidas de precaução para que seus colaboradores, clientes, fornecedores e demais públicos não se exponham a situações de risco, tais como: criação de protocolos de prevenção, restrição de viagem nacionais e internacionais, utilização de meios de comunicação remota, etc.

Para mais informações sobre os processos relevantes nos quais a Companhia e suas controladas são partes, vide itens 4.4 a 4.7 deste Formulário de Referência.

4.1 Descrição dos fatores de risco

b. com relação aos seus acionistas, em especial os acionistas controladores.

Os interesses dos acionistas controladores da Companhia podem ser conflitantes com os interesses dos seus investidores.

Os acionistas controladores da Companhia têm poderes para, entre outras matérias, eleger a maioria dos membros do seu Conselho de Administração e, exceto por situações específicas previstas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), e observada a disciplina do conflito de interesses no exercício do direito de voto, podem influenciar o resultado de qualquer deliberação que exija aprovação de acionistas, inclusive as operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações, parcerias e pagamento de dividendos, observadas as exigências de pagamento do dividendo obrigatório, impostas pela Lei das Sociedades por Ações. Os acionistas controladores da Companhia poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações, parcerias, buscar financiamentos ou realizar operações similares que podem entrar em conflito com os interesses dos investidores e, mesmo em tais casos, o interesse dos acionistas controladores poderá prevalecer.

As ações preferenciais de emissão da Companhia não virão a ter direito de voto caso não sejam pagos dividendos

Conforme previsto no § 1º do artigo 111 da Lei das Sociedades por Ações, ações preferenciais sem direito a voto e com direito a dividendo prioritário fixo ou mínimo, adquirem o exercício a este direito se a companhia emissora, pelo prazo máximo de três exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos fixos ou mínimos a que tais ações tenham direito.

De acordo com o estatuto social da Companhia, os dividendos atribuídos às ações preferenciais de sua emissão não são dividendos prioritários fixos ou mínimos, o que as exclui da possibilidade de voto em caso de não pagamento de dividendos. Neste sentido, o estatuto social da Companhia exclui expressamente o direito de voto das ações preferenciais (ressalvadas determinadas matérias específicas), mesmo no caso de não pagamento de dividendos. Assim, as ações preferenciais de emissão da Companhia não virão a ter direito de voto em caso de não pagamento de dividendos.

A Companhia pode vir a precisar de capital adicional no futuro, através da emissão de ações ou Units, o que poderá resultar em uma diminuição no valor de suas Units e na diluição da participação do investidor no seu capital social.

A Companhia pode vir a necessitar de recursos adicionais no futuro, e esta necessidade poderá ser atendida mediante operações de emissão pública ou privada de ações, Units ou valores mobiliários conversíveis em ações. Qualquer captação de recursos através da distribuição pública de ações, Units ou valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia pode ser realizada com a exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia, o que pode afetar o valor de mercado das ações e Units de emissão da Companhia e resultar na diluição da participação do investidor no seu capital social.

Os detentores das ações de emissão da Companhia (inclusive representadas por Units) poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio ou receber dividendos inferiores ao mínimo obrigatório.

De acordo com seu estatuto social, a Companhia deve pagar a seus acionistas, no mínimo, 25% de seu lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sob forma de dividendos ou juros sobre capital próprio. Em determinadas circunstâncias, contudo, a Companhia poderá não ser capaz de distribuir dividendos ou distribuí-los em valor inferior ao do dividendo mínimo obrigatório.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Dentre elas:

- caso o lucro líquido seja utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos da Lei das Sociedades por Ações;
- caso o Conselho de Administração da Companhia informe à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição é incompatível com a situação financeira da Companhia, suspendendo a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social;
- caso o fluxo de caixa e os lucros de suas controladas, bem como a distribuição desses lucros para a Companhia sob a forma de dividendos, inclusive dividendos sob a forma de juros sobre o capital próprio, não ocorra, fazendo com que o dividendo obrigatório ultrapasse a parcela realizada do lucro líquido do exercício; e/ou
- a existência atual ou futura de restrições em contratos de financiamento à distribuição de dividendos.

Dessa forma, detentores de ações ou Units de emissão da Companhia poderão não receber dividendos ou juros sobre capital próprio em tais circunstâncias ou receber dividendos inferiores ao mínimo obrigatório.

c. com relação às suas controladas e coligadas

Os riscos relacionados às controladas da Companhia são substancialmente os mesmos relacionados às atividades da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não tinha qualquer coligada. Seguem abaixo alguns fatores de risco adicionais:

A Companhia é uma sociedade holding e depende dos resultados de suas controladas, que podem não ser distribuídos.

A capacidade da Companhia de distribuir dividendos aos seus acionistas dependerá do fluxo de caixa e dos lucros de suas controladas, bem como da distribuição desses lucros sob a forma de dividendos. Não é possível assegurar que quaisquer desses recursos serão disponibilizados ou de que serão suficientes para o pagamento das obrigações da Companhia e para a distribuição de dividendos aos seus acionistas.

Participações em sociedades de propósito específico (“SPEs”) poderão resultar em riscos de natureza fiscal.

Os investimentos em SPEs incluem, dentre outros, o risco de as SPEs terem seu regime de tributação pelo lucro presumido questionado pelas autoridades fiscais. Eventual autuação fiscal nesse sentido poderá impactar significativamente os resultados da Companhia.

A Companhia poderá estar sujeita à necessidade de incorrer em custos e endividamento adicional, ou emissão de novas ações em razão de operações de aquisição.

A aquisição de empresas em razão de operações de aquisição poderá exigir que a Companhia aumente o seu nível de endividamento ou acesse os mercados financeiros e de capitais para atender eventuais necessidades de fluxo de caixa, o que poderá afetar de maneira adversa a condição financeira e o resultado operacional da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

d. *com relação a seus administradores*

As regras de governança da companhia devem zelar pela separação e definição clara de funções, papéis e responsabilidades associados aos mandatos de todos os agentes de governança. Devem ainda ser definidas as alçadas de decisão de cada instância, com o objetivo de minimizar possíveis focos de conflitos de interesses.

A Lei das Sociedades por Ações (artigo 115), o estatuto social (artigo 26), o acordo de acionistas do Bloco de Controle (cláusula 11.2) e o Código de Ética e Conduta (item 5) estabelecem as regras aplicáveis em caso de situação de conflito de interesses por parte dos membros do conselho de administração da Companhia, inclusive determinando a abstenção do exercício do direito de voto em determinadas circunstâncias, sem prejuízo dos deveres fiduciários decorrentes da posição ocupada. Nas assembleias gerais, aplica-se a regra constante do artigo 115, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, que veda o exercício do direito de voto em situações de conflito de interesses ou benefício particular dos acionistas.

A Companhia tem um Código de Ética e Conduta, aprovado pelo Conselho de Administração, aplicável a todos os seus administradores, empregados, estagiários, prestadores de serviços, fornecedores e procuradores, o qual endereça todos os temas mencionados no princípio em tela.

O código de conduta, elaborado pela diretoria, com apoio do comitê de conduta, e aprovado pelo conselho de administração, deve: (i) disciplinar as relações internas e externas da companhia, expressando o comprometimento esperado da companhia, de seus conselheiros, diretores, acionistas, colaboradores, fornecedores e partes interessadas com a adoção de padrões adequados de conduta; (ii) administrar conflitos de interesses e prever a abstenção do membro do conselho de administração, do comitê de auditoria ou do comitê de conduta, se houver, que, conforme o caso, estiver conflitado; (iii) definir, com clareza, o escopo e a abrangência das ações destinadas a apurar a ocorrência de situações compreendidas como realizadas com o uso de informação privilegiada (por exemplo, utilização da informação privilegiada para finalidades comerciais ou para obtenção de vantagens na negociação de valores mobiliários); (iv) estabelecer que os princípios éticos fundamentem a negociação de contratos, acordos, propostas de alteração do estatuto social, bem como as políticas que orientam toda a companhia, e estabelecer um valor máximo dos bens ou serviços de terceiros que administradores e colaboradores possam aceitar de forma gratuita ou favorecida.

A companhia deve ter um comitê de conduta, dotado de independência e autonomia e vinculado diretamente ao conselho de administração, encarregado de implementação, disseminação, treinamento, revisão e atualização do código de conduta e do canal de denúncias, bem como da condução de apurações e propositura de medidas corretivas relativas às infrações ao código de conduta.

O Comitê de Auditoria da Renova (CAUDIT) é responsável por acompanhar e investigar as denúncias que são realizadas ao Canal Transparência envolvendo desvios de conduta. Após apuração das denúncias o Comitê de Ética se reúne para definição das consequências e medidas disciplinares que serão aplicadas ao caso concreto de acordo com o Procedimento de Consequências e Medidas Disciplinares, podendo inclusive orientar a realização de treinamentos específicos visando ampliar a conscientização do programa de Compliance da Renova Energia.

e. *com relação a seus fornecedores*

A Companhia e/ou suas controladas utilizam prestadores de serviços terceirizados para a construção, operação e manutenção de suas centrais geradoras de energia elétrica. Caso estes serviços não sejam adequadamente executados, os resultados da Companhia poderão ser afetados adversamente.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia e/ou suas controladas celebram contratos de prestação de serviços de construção e contratos de prestação de serviços de operação e manutenção de suas centrais geradoras de energia elétrica com prestadores de serviço que acredita terem elevada reputação e capacidade técnica no setor elétrico. A incapacidade ou indisposição desses terceiros em prestar os serviços contratados com a qualidade prevista em contrato, poderá: (i) provocar inadimplemento em obrigações regulatórias da Companhia e/ou de suas controladas, (ii) colocar em risco a preservação de suas centrais geradoras, (iii) reduzir temporariamente a disponibilidade/capacidade de geração de energia elétrica de suas centrais aerogeradoras e hidrogeradoras, sujeitando a Companhia e suas controladas a uma redução em suas receitas de vendas e ao pagamento de multas e penalidades previstas em seus contratos de longo prazo de compra e venda de energia elétrica. Ademais, a rescisão desses contratos de construção ou operação e manutenção, ou a incapacidade da Companhia e/ou suas controladas de renová-los ou de negociar novos contratos com outros prestadores de serviço igualmente qualificados, tempestivamente e com preços similares, poderá causar um efeito adverso relevante para a Companhia, seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

Decisões judiciais contrárias à terceirização de alguma atividade da Companhia e/ou de suas controladas atualmente desempenhadas por prestadores de serviços poderão causar efeito adverso para a Companhia.

A Companhia e/ou suas controladas podem vir a ser consideradas subsidiariamente responsáveis por obrigações trabalhistas e previdenciárias não devidamente quitadas por seus prestadores de serviços terceirizados. Ademais, caso os seus prestadores de serviço causem algum dano ambiental, a Companhia e/ou suas controladas podem também solidariamente responsabilizadas por sua reparação na esfera civil. Por fim, a Companhia não pode garantir que os empregados dos prestadores de serviços terceirizados não tentarão obter em juízo o reconhecimento de vínculo empregatício com a Companhia e/ou suas controladas. A ocorrência de qualquer dos eventos indicados acima poderá causar um efeito adverso relevante sobre a Companhia, seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

A implantação dos projetos da Companhia e de suas controladas depende de produtos e serviços altamente especializados, e a Companhia e/ou suas controladas podem não conseguir substituí-los prontamente.

A implantação dos projetos da Companhia e de suas controladas depende, em grande parte, do fornecimento de produtos e serviços que são contratados junto a terceiros altamente especializados, tais como fornecimento de turbinas e equipamentos elétricos relacionados aos empreendimentos de geração de energia elétrica. Impactos adversos sofridos pelos fornecedores podem afetar de forma determinante a qualidade ou tempo de entrega dos produtos ou serviços contratados e, conseqüentemente, podem levar a um impacto no resultado dos projetos, tanto pela possibilidade de suspensão ou interrupção dos fornecimentos, como pela dificuldade em contratar novos fornecedores. A ocorrência de qualquer dos eventos indicados acima poderá causar um efeito adverso relevante sobre a Companhia, seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

f. com relação a seus clientes

A atual receita operacional da Companhia depende dos contratos de compra e venda de energia celebrados

No Mercado Regulado, a receita operacional da Companhia depende dos contratos celebrados com a CCEE

4.1 Descrição dos fatores de risco

no âmbito do LER realizados em 2013 e 2014. Caso: (i) a CCEE deixem de cumprir com suas obrigações de pagamento; ou (ii) tais contratos sejam rescindidos em hipóteses que não ensejem reparação dos valores devidos à Companhia e/ou suas controladas, e a Companhia e/ou suas controladas não sejam capazes de vender tal energia a terceiros, a receita operacional da Companhia será afetada, o que pode comprometer sua capacidade de adimplir suas atuais obrigações financeiras.

No Mercado Livre, a Companhia e/ou suas controladas celebraram contratos com compradores da energia gerada pelos parques eólicos. Caso (i) algum cliente descumpra termos do respectivo contrato; ou (ii) algum cliente se torne inadimplente e a Companhia e/ou suas controladas não sejam capazes de vender tal energia a terceiros, a receita operacional da Companhia será afetada, o que pode impactar adversamente sua capacidade de adimplir suas atuais obrigações financeiras.

A ocorrência de qualquer dos eventos indicados acima poderá causar um efeito adverso relevante sobre a Companhia, seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

g. com relação aos setores de atuação

Dificuldades em obter licenciamento ambiental podem sujeitar a Companhia e suas controladas a um aumento significativo de custos que podem afetar adversamente o resultado da Companhia.

Para o desenvolvimento e operação dos projetos de geração de energia da Companhia e de suas controladas, é necessária a obtenção de licenças ambientais como: (i) Licença Prévia, que atesta a viabilidade ambiental de um determinado empreendimento; (ii) Licença de Instalação, que autoriza a execução das obras; e (iii) Licença de Operação, que garante a geração de energia por meio da operação da usina. Como esse processo depende da gestão de terceiros e da aprovação dos órgãos ambientais, situações não conformes podem comprometer o processo de licenciamento ambiental dos projetos, acarretando atraso na obtenção das licenças, o que poderá comprometer o cronograma de implantação e operação dos projetos e, consequentemente, gerar prejuízos decorrentes de alterações no fluxo de caixa. Ademais, há casos nos quais, a qualquer momento do processo de licenciamento, podem ser estabelecidas exigências que inviabilizem economicamente os projetos.

Adicionalmente, as licenças e autorizações emitidas podem expirar e não serem renovadas, comprometendo o prazo de implantação e exploração dos projetos. Tempestivamente, mesmo de posse de uma licença, pode haver questionamentos judiciais em relação ao processo de licenciamento ambiental que interrompam temporária ou definitivamente a implantação do empreendimento, causando atrasos ou mesmo interrupções dos projetos de investimento da Companhia e/ou de suas controladas, e portanto, poderiam comprometer os resultados da Companhia.

A Companhia e/ou suas controladas poderão incorrer em custos significativos para cumprir com eventuais alterações na regulação ambiental.

A Companhia e suas controladas procuram cumprir integralmente com todas as disposições de leis e regulamentos atualmente aplicáveis às suas atividades, bem como observar os termos de todas as licenças ambientais necessárias para o desenvolvimento de suas atividades. No entanto, qualquer incapacidade de cumprir com qualquer dessas disposições poderá sujeitá-las à imposição de penalidades, desde advertências até sanções relevantes, tais como o pagamento de indenizações em valores significativos, revogação de licenças ambientais ou suspensão da atividade operacional de usinas geradoras. Além disso, o Governo Federal e os governos dos estados onde a Companhia e suas controladas atuam poderão, no futuro, adotar regras mais estritas aplicáveis às suas atividades. Por exemplo, essas regras poderão, no limite, exigir investimentos adicionais na mitigação do impacto ambiental decorrente de suas atividades,

4.1 Descrição dos fatores de risco

bem como, na recomposição de elementos dos meios bióticos e/ou geológicos das regiões onde elas atuam, levando-as a incorrer em custos significativos para cumprir com tais regras. A ocorrência de qualquer dos eventos indicados acima poderá causar um efeito adverso relevante para a Companhia, seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

A estratégia de crescimento da Companhia poderá ser prejudicada pela crescente concorrência no setor de energia elétrica brasileiro.

A estratégia de crescimento da Companhia envolve a expansão de seus negócios em novos empreendimentos de geração, submetidos ao processo de autorização outorgada pela ANEEL. Esta atividade poderá ser prejudicada pela crescente concorrência na realização de estudos e solicitação de autorização para execução de projetos de geração de energia por fontes renováveis. Além disso, não é possível assegurar que a Companhia terá sucesso em aproveitar quaisquer dessas oportunidades de crescimento, uma vez que ela enfrenta uma crescente concorrência na indústria de geração de energia elétrica por parte de empresas estatais e privadas. Considerando que a obtenção desses novos negócios depende de fatores alheios ao controle da Companhia, é impossível assegurar o sucesso em todas as oportunidades de crescimento que a Companhia procurará explorar neste segmento. A eventual incapacidade da Companhia de implantar sua estratégia de crescimento poderá causar um efeito adverso sobre a Companhia, seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

Considerando o longo período entre o desenvolvimento/contratação no leilão e a entrada em operação de um projeto, a Companhia e/ou suas controladas podem enfrentar mudanças do cenário econômico, aumento nas taxas de juros, variações cambiais e instabilidade política, o que pode afetar a capacidade de concluir os projetos com sucesso.

A implantação de um projeto de geração de energia, desde seu desenvolvimento/contratação no leilão até sua operação, pode levar vários anos. Durante esse período, pode haver incertezas econômicas consideráveis, como desaquecimento econômico, aumento nas taxas de juros, variações cambiais e instabilidade política, que podem resultar em efeitos adversos nos custos de construção, na disponibilidade de mão de obra e materiais e de financiamentos, bem como em outros fatores que afetam a Companhia e/ou suas controladas, bem como o setor de energia como um todo.

Gastos significativos associados aos investimentos, em geral, não poderão ser reduzidos caso mudanças na economia causem uma redução nas receitas provenientes das atividades desenvolvidas pela Companhia e por suas controladas. A demanda por novas usinas de geração de energia depende de expectativas de longo prazo em termos de crescimento econômico e crescimento do consumo de energia no País. Em particular, se a taxa de crescimento da economia diminuir ou se ocorrer recessão na economia, a viabilidade dos projetos e consequentemente a rentabilidade da Companhia pode ser adversamente afetada.

Movimentos populares, em especial os de natureza reivindicatória, poderão afetar os custos de construção de nossas usinas, bem como comprometer a sua operação normal, afetando a nossa rentabilidade.

Movimentos populares tais como o Movimento dos Atingidos por Barragens, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras e movimentos ambientalistas ou de defesa de populações indígenas, além de Organizações Não Governamentais, são ativos no País e muitas vezes posicionam-se contrariamente à construção de usinas ou organizam as populações atingidas pela construção de usinas para fazer reivindicações. A invasão e ocupação de obras de usinas ou mesmo de usinas em operação por tais movimentos sociais não é uma prática incomum e, em certas áreas, inclusive aquelas em que

4.1 Descrição dos fatores de risco

provavelmente venhamos a investir, as usinas não dispõem de proteção policial. Consequentemente, não podemos garantir que nossas usinas não ficarão sujeitas a invasões, ocupações ou solicitações por grupos do gênero, o que poderá aumentar os custos dos nossos projetos e afetar adversamente nossos resultados. Ademais, ainda que tenhamos obtido as licenças ambientais necessárias, a implantação de nossos projetos pode ser alvo de questionamento judicial, o que poderá atrasar de forma considerável o cronograma de implantação ou, ainda, inviabilizar nosso empreendimento.

De acordo com nossos contratos de venda de energia no mercado regulado, podemos ser penalizados pela nossa eventual incapacidade de fornecimento de energia.

Firmamos contratos de venda de energia estabelecendo prazos específicos para entrega de energia. Todos os nossos contratos contêm disposições que nos obrigam a entregar a energia de acordo com níveis de produção esperada de nossas usinas.

Atrasos na construção e na implantação dos parques eólicos provocam atraso no início de geração e entrega da energia contratada. No caso de atrasos nos contratos, somos obrigados a comprar energia para honrar nossos compromissos. Tal compra pode ser feita por meio de agentes qualificados que operem na Câmara de Comercialização de Energia ("CCEE"), por um preço superior ou igual ao Preço de Liquidação de Diferenças ("PLD"), que pode ser mais caro que os dos contratos de venda por nós celebrados, prejudicando o nosso resultado. Atrasos nos projetos que possuem energia contratada por meio de contratos de energia de reserva implicam em penalidades financeiras para os projetos e impactam negativamente o nosso resultado. Ademais, descumprimento do fornecimento geram penalidades impostas pela ANEEL e CCEE, tais como financeiras, ajustes de volumes, preços, ou até o término dos respectivos contratos e revogação das autorizações, o que inviabilizaria os nossos projetos e influenciaria de forma adversa os nossos resultados.

h. com relação à regulação do setor de atuação

A Companhia e suas controladas atuam em um ambiente altamente regulado, que concede ampla discricionariedade ao poder concedente.

A implantação da estratégia de crescimento e a condução das atividades da Companhia e de suas controladas podem ser afetadas de forma adversa por ações governamentais, incluindo:

- descontinuidade e/ou mudanças nos critérios de outorga de concessões e autorizações para exploração de potenciais eólicos, solares e hidrelétricos;
- descontinuidade e/ou mudanças nos critérios para concessão de licenças ambientais por parte dos governos federal ou estadual, conforme o caso;
- descontinuidade e/ou mudanças nos critérios para venda de energia elétrica nos ambientes de contratação regulado e livre, entre outras alterações de natureza regulatória; e
- alterações a outras normas aplicáveis aos seus negócios.

Adicionalmente, a Companhia não pode assegurar as ações que serão tomadas pelo Governo Federal no futuro com relação ao desenvolvimento do sistema energético brasileiro, e em que medida tais ações poderão afetá-la adversamente. Tampouco pode assegurar quais ações serão tomadas pelos Governos Estaduais dentro de sua esfera de competência nem em que medida essas ações podem direta ou indiretamente afetar adversamente os negócios da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O Poder Concedente possui discricionariedade para determinar alterações unilaterais nos termos e condições aplicáveis às autorizações para exploração de centrais hidrelétricas, termelétricas e eólicas, de modo que a Companhia e suas controladas estão sujeitas a aumentos imprevistos em seus custos ou diminuição de suas receitas projetadas e caso não tenham capacidade de cumprir com as novas condições impostas, a Companhia poderá ser penalizada.

As autorizações para exploração de centrais hidrelétricas, termelétricas, solares e eólicas são outorgadas pela União Federal. Porém, tais autorizações são outorgadas a título precário não oneroso, ou seja, as autorizações outorgadas à Companhia e/ou suas controladas podem ser revogadas a qualquer tempo pela autoridade competente quando o interesse público assim o exigir e eventuais indenizações recebidas podem não ser suficientes para cobrir investimentos realizados por elas. Igualmente, não há garantia de que essas autorizações serão renovadas, pois a decisão de sua renovação corresponde a competência discricionária do poder concedente.

Em caso de descumprimento de qualquer disposição legal ou regulamentar decorrente da exploração das usinas autorizadas, a ANEEL poderá impor penalidades que variam de acordo com a gravidade do descumprimento as quais vão desde advertências até a imposição de multas ou mesmo revogação das autorizações.

Além disso, a legislação aplicável impõe a obrigação aos agentes de geração de pagamento de determinados encargos setoriais, os quais podem ser majorados sem que a Companhia tenha controle sobre isso. A esse risco regulatório somam-se outros de natureza diversas, na medida em que, no exercício de sua competência de regulação dos serviços e instalações de energia elétrica, a ANEEL pode alterar as normas atualmente vigentes, afetando negativamente as condições da prestação dos serviços outorgados à Companhia. Estas características do ato de outorga são determinadas com algum nível de discricionariedade pelo Poder Concedente e este pode alterar unilateralmente custos de fiscalização, regras para comercialização futura da energia elétrica, aplicação de custos e encargos, bem como, despesas relacionadas a temas ambientais, entre outros.

A revogação antes do prazo final de quaisquer autorizações, bem como a imposição de multas ou quaisquer outras penalidades pela ANEEL poderão afetar adversamente os resultados da Companhia e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

A Companhia e/ou suas controladas poderão ser afetadas de maneira adversa em caso de revogação dos incentivos fiscais atualmente concedidos pelas autoridades públicas competentes.

A Companhia e/ou suas controladas são beneficiárias de incentivos fiscais concedidos pelo poder público, como a isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (“IPI”) sobre equipamentos eólicos, e a extensão de convênios do Conselho Nacional de Política Fazendária (“CONFAZ”), que confere isenção de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) para operações com equipamentos e componentes para o aproveitamento de energia eólica. Esses incentivos impactam o custo de construção dos projetos e caso o setor não possua mais referidos incentivos o custo para construção dos projetos poderá ser aumentado em mais de 10%. Adicionalmente, alguns parques da Companhia e/ou de suas controladas foram qualificados para obtenção do incentivo fiscal “Desenvolve” (Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia) que concede dois benefícios fiscais: diferimento do lançamento e pagamento do ICMS devido.

A Companhia goza de incentivos fiscais que podem ser revogados, ter sua vigência suspensa ou ser contestados judicialmente. Eventual revogação, suspensão ou questionamento pode implicar a perda do referidos incentivos, afetando adversamente os resultados da Companhia e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Novas regras para a comercialização de energia elétrica e condições de mercado poderão, no futuro, afetar os preços de venda de energia elétrica praticados pela Companhia e/ou por suas controladas.

Segundo a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, conforme alterada (“Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico”), regulamentada pelo Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004 (“Decreto nº 5.163/2004”), as geradoras podem vender eletricidade no ACR, por meio de leilões públicos conduzidos pela ANEEL, ou no ACL, por meio da livre negociação de preços. No ACR são realizados: (i) leilões para energia elétrica proveniente de novos empreendimentos (i.e., aqueles que até o início do processo público licitatório para expansão e comercialização da energia elétrica não sejam detentores de outorga ou sejam parte de empreendimento existente que venha a ser objeto de ampliação, nesse caso restrito ao acréscimo de capacidade); e (ii) leilões para energia elétrica proveniente de empreendimentos existentes. Nesse segundo caso, o Decreto nº 5.163/2004 permite às distribuidoras adquirentes de eletricidade negociada pelas geradoras no ACR reduzir o montante de energia contratada nos seguintes casos: (i) compensação pela saída de Consumidores Potencialmente Livres (aquele que, a despeito de cumprir as condições previstas no artigo 15 da Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995 – carga igual ou maior que 10.000kW, atendidos em tensão igual ou superior a 69 kW – e poderem optar por contratar seu fornecimento, no todo ou em parte, com produtor independente de energia elétrica no Mercado Livre, é atendido de forma regulada) do Mercado Regulado para o Mercado Livre; (ii) outras variações de mercado, hipótese na qual poderá haver, em cada ano, redução de até 4% do montante inicial contratado, independentemente do prazo de vigência contratual, do início do suprimento e dos montantes efetivamente reduzidos nos anos anteriores; e (iii) aumento dos montantes de energia adquiridos por meio de contratos firmados antes de 17 de março de 2004. Caso as distribuidoras que venham a ter contratos de fornecimento de energia com a Companhia e/ou suas controladas decidam reduzir o montante de energia contratada, os resultados da Companhia e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão poderão ser adversamente afetados.

Caso ocorram alterações nas regras de venda de energia elétrica, alterações de condições de mercado ou outras alterações legislativas ou na regulamentação relacionadas ao setor elétrico, a Companhia e/ou suas controladas poderão ser compelidas a vender sua capacidade excedente no mercado de curto prazo ou no ACL, onde os preços estão sujeitos a uma volatilidade significativa. Se isso ocorrer em períodos em que os preços nesses mercados estiverem em baixa, os resultados da Companhia e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão poderão ser adversamente afetados.

Novas regras ou condições para aquisição, utilização ou financiamento de equipamentos relacionados à implantação de projetos de geração de energia poderão, no futuro, afetar negativamente os negócios da Companhia.

Atualmente, os aerogeradores e outros equipamentos utilizados na implantação de parques eólicos da Companhia foram adquiridos ou são passíveis de aquisição mediante obtenção da linha de financiamento FINAME junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), o qual apresenta condições e custos favoráveis comparados a outros financiamentos disponíveis no mercado. Caso os fornecedores de tais equipamentos sejam descredenciados dessa linha de financiamento, os novos equipamentos disponíveis no mercado não atinjam os requisitos mínimos de elegibilidade para tal financiamento – como índice mínimo de nacionalização –, ou qualquer outra medida regulatória ou governamental crie requisitos adicionais para a aquisição, financiamento e/ou utilização de equipamentos de geração de energia elétrica em projetos nacionais, incluindo, mas não se limitando a, maiores índices de nacionalização ou outras medidas destinadas a fomentar a indústria nacional, os custos de implantação de novos projetos eólicos poderão ser majorados e afetar adversamente a viabilidade do projeto, os resultados da Companhia e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão. Não há como quantificar o risco envolvido, dada a impossibilidade de previsão da Companhia acerca do tamanho do impacto de potenciais mudanças nas condições de financiamento de equipamentos dentro da cadeia produtiva de projetos eólicos.

4.1 Descrição dos fatores de risco

i. com relação a países estrangeiros

A Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

j. com relação a questões sociais

Nesse sentido, a Companhia tem investido em diversos planos de ação contínuos:

- i. Aprimoramento de iniciativas voltadas à divulgação e disseminação do canal de denúncias independente para empregados, prestadores de serviços, fornecedores, parceiros e autoridades;
- ii. Projeto de implementação de metas de gestão relacionadas a Compliance em todas as diretorias;
- iii. Revisão/implementação de políticas e procedimentos principalmente relacionados a contratação de fornecedores e arrendantes, revisão dos valores de alçadas de aprovação, análise reputacional e bloqueio de fornecedores em desacordo com os valores de integridade da Companhia;
- iv. Monitoramento anual de terceiros de alto risco;
- v. Aprimoramento da estratégia de comunicação e treinamento de colaboradores em temas relacionados ao Código de Ética e Conduta, Política Corporativa Anticorrupção e LGPD;
- vi. Conscientização de fornecedores e parceiros de negócios sobre os principais pontos relacionados ao Código de Ética e Conduta e Política Corporativa Anticorrupção da Companhia, bem como do Aviso de Privacidade, reforçando os valores da Companhia com a cadeia de valor e intensificando também o destaque para o Canal Transparência para o reporte de eventuais irregularidades;
- vii. Projeto de aprimoramento da política de aplicação de consequências e medidas disciplinares para eventuais desvios de conduta praticados por colaboradores e terceiros;
- viii. Inclusão de cláusulas de integridade e privacidade de dados nos contratos firmados pela Companhia, incluindo a possibilidade de rescisão imediata em casos de desvios de conduta;
- ix. Adesão formal à Política Corporativa Anticorrupção e novo Código de Ética e Conduta por 100% dos colaboradores, membros do Conselho de Administração, além dos membros do Conselho Fiscal;
- x. Monitoramento contínuo de riscos de invasão e ataques cibernéticos nos sistemas da Companhia com conscientização de colaboradores e testes recorrentes para medir a maturidade dos controles internos para mitigar malware e ransomware, bem como estudos e esforços constantes para aprimorar a segurança da informação, preservando informações confidenciais e estratégicas, bem como conformidade com a LGPD; e
- xi. Aprimoramento contínuo dos controles internos, políticas e procedimentos da Companhia.

Tais medidas complementam as atitudes e comprometimento da Alta Administração com o fortalecimento do Programa de Integridade da Companhia, sendo importante destacar que a Diretoria de Riscos e Conformidade tem reportado periodicamente ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal a evolução dos indicadores de evolução do referido Programa e mantém o reporte das principais iniciativas de aprimoramento dos controles e ações implementadas até o momento aos auditores internos e externos, contribuindo assim para a transparência na evolução e efetividade do Programa.

4.1 Descrição dos fatores de risco

k. com relação a questões ambientais

As atividades do setor de energia podem causar significativos impactos e danos ao meio ambiente. A legislação federal impõe responsabilidade objetiva àquele que, direta ou indiretamente, causar degradação ambiental gerando, portanto, o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados independentemente de dolo ou culpa da Companhia. O pagamento de indenizações ambientais substanciais ou despesas relevantes incorridas para custear a recuperação do meio ambiente poderá causar um efeito adverso relevante sobre a Companhia, seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

A Companhia tem como valor cuidar do meio ambiente, especialmente nas localidades próximas aos seus empreendimentos. Entende ser fundamental para a sustentabilidade dos negócios atuar em consonância com a legislação ambiental vigente, bem como homologar parceiros de negócios que estejam alinhados com esses valores, mantendo sempre um diálogo transparente e permanente com as comunidades localizadas nos arredores dos seus empreendimentos, baseados em agenda comum positiva, de longo prazo, voltada para o desenvolvimento local sustentável, respeitando a liberdade de expressão e a manifestação pacífica, de acordo com a lei e nos limites do Código de Conduta e Política Corporativa Anticorrupção.

l. com relação a questões climáticas

Mudanças climáticas e o efeito estufa podem causar um efeito adverso nas atividades e mercados em que a Companhia e suas controladas desenvolvem suas atividades.

Existe um crescente consenso científico de que as emissões dos gases de efeito estufa estejam alterando a composição da atmosfera e afetando o clima global. Os riscos da mudança climática incluem um aumento da temperatura global e um aumento no nível dos oceanos bem como mudanças nas condições climáticas regionais relacionadas às alterações no regime hidrológico e dos ventos. Essas alterações, que poderão inclusive fazer com que haja menos chuvas ou menos ventos de forma consistente, podem afetar o desempenho dos empreendimentos da Companhia e de suas controladas e, por consequência, a necessidade de dispêndio adicional de recursos, tanto para eventualmente adquirir energia de terceiros a ser entregue para honrar contratos celebrados, como para manutenção das instalações, além da possibilidade de ocorrência de fenômenos meteorológicos extremos.

Esses eventos meteorológicos extremos podem causar, dentre outros fatores, relâmpago, *blade icing*, terremoto, tornado, vento extremo, tempestade severa, incêndios e outras condições meteorológicas desfavoráveis ou catástrofes naturais que podem danificar ou exigir o desligamento das turbinas ou dos equipamentos, impedindo a Companhia e suas controladas de manter suas atividades e consequentemente diminuindo as receitas e os níveis de produção de eletricidade. Assim, as mudanças climáticas podem afetar adversamente os resultados da Companhia.

Correntes de vento podem ser afetadas por uma série de fatores, tais como temperatura do ar, níveis de evaporação, urbanização e outros fatores relacionados à ação do homem. Caso as estimativas da Companhia acerca do regime de ventos não se concretizem no futuro, as usinas eólicas da Companhia e/ou de suas controladas poderão operar abaixo das projeções esperadas, potencialmente reduzindo a quantidade de energia elétrica vendida, com impacto adverso sobre os resultados da Companhia.

m. Outras questões não compreendidas nos itens anteriores

Todas as questões relevantes foram abrangidas pelos itens anteriores.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2 – Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco:

1. A Companhia e suas controladas estão em processo de recuperação judicial.

Em 16 de outubro de 2019 a Companhia e determinadas controladas protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo nº. 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data.

Em 18 de dezembro de 2020 a Companhia e determinadas controladas protocolaram novos planos de recuperação judicial, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III – Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES e um segundo plano contemplando a Companhia e as demais Sociedades em recuperação judicial do Grupo Renova, os quais foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores realizadas nessa mesma data.

Os referidos planos foram homologados pelo Juízo da Recuperação judicial em 18 de dezembro de 2020, tendo a decisão sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. De acordo com o entendimento da Administração, suportado inclusive pelos seus assessores jurídicos que acompanham o tema, a Companhia reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial no exercício de 2020 considerando a data da aprovação pela Assembleia Geral de Credores e homologação pelo Juízo.

Com o objetivo de recuperar a saúde financeira da Companhia e das controladas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram executadas as seguintes ações previstas nos planos:

- i) conclusão das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A, em dezembro de 2022, com todos os parques em operação comercial – 424,5MW;
- ii) aumento do capital da companhia com conversão de crédito por partes relacionadas;
- iii) acordo junto a investidores para finalização das obras do Parque Solar Caetité – 4,8MW;
- iv) conclusão da venda da UPI Enerbrás;
- v) empenho da Companhia em buscar compradores para os projetos em desenvolvimento.

Os passivos do Grupo Renova negociados no âmbito da recuperação judicial foram segregados em quatro classes. O quadro abaixo demonstra a posição atualizada dos credores em 31 de dezembro de 2022.

(Os valores a seguir são expressos em milhares de reais).

Classes	Saldo em 31/12/2021	Créditos habilitados	Pagamentos realizados	Crédito convertido em ação	Juros/ Encargos	Saldo em 31/12/2022
Classe I - credores trabalhistas	19.817	2.309	(20.726)	-	20	1.420
Classe II - credores com garantia real	933.336	-	(84.757)	-	110.565	959.144
Classe III - credores quirografários	500.386	592.689	(16.240)	(789.072)	22.877	310.640
Classe IV - credores microempresas e empresas de pequeno porte	3.562	(114)	(3.017)	-	313	744
Extraconcursal	-	28.309	-	-	-	28.309
Total	1.457.101	623.193	(124.740)	(789.072)	133.775	1.300.257

A Classe I contempla os credores trabalhistas cujos pagamentos ocorrerão da seguinte forma:

- a) Créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial até o limite de 5 salários-mínimos com prazo de pagamento de 30 dias após a homologação do plano (pagamentos efetivados).
- b) Valor adicional de até R\$10 mil para cada credor trabalhista limitado ao valor do respectivo crédito

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

em até 60 dias da data de homologação do plano (pagamentos efetivados).

c) O pagamento do saldo remanescente será realizado por meio de uma das duas opções abaixo:

- i) Opção A: pagamento de 100% do valor do saldo remanescente em até 12 meses reajustado por taxa equivalente a 0,5% ao ano acrescida da variação da TR.
- ii) Opção B: pagamento de 100% do valor do saldo remanescente em até 18 meses após um período de carência de 6 meses da data de homologação, reajustado pelo equivalente a 120% da variação do CDI.
- iii) Os credores trabalhistas terão 120 dias da data da publicação do plano para escolha da forma de pagamento, caso contrário, serão automaticamente enquadrados na opção A.

A Classe II contempla o credor com garantia real. Nessa classe os credores serão remunerados pelo equivalente a 100% do CDI a partir da data do pedido de recuperação judicial. Durante período de carência, primeiros 24 meses a contar da data de homologação do plano, serão realizados pagamentos semestrais de R\$100 mil a ser distribuído de forma pro rata entre os credores dessa classe. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. O principal será pago em 18 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal e as demais a cada seis meses de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral	Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 3	2,5%	2,5%	Ano 8	5,0%	5,0%
Ano 4	2,5%	2,5%	Ano 9	5,0%	5,0%
Ano 5	2,5%	2,5%	Ano 10	5,0%	16,0%
Ano 6	2,5%	2,5%	Ano 11	16,0%	18,0%
Ano 7	2,5%	2,5%			

A Classe III é composta pelos credores quirografários que serão pagos da seguinte forma:

- a) Pagamentos iniciais no montante de até R\$ 2 mil será pago a cada credor quirografário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$ 1 mil em até 90 dias e mais R\$ 1 mil em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros (pagamentos efetivados).
- b) O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da TR, a partir da data do pedido de recuperação judicial.
- c) Durante os primeiros 24 meses, serão realizados pagamentos semestrais de R\$ 100 mil a ser distribuído de forma pro rata entre os credores quirografários na proporção dos seus respectivos créditos, iniciando-se a partir de 6 meses da data da publicação da homologação. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. Após esse período, o saldo de juros passará a ser pago em parcelas semestrais, juntamente com as parcelas de principal.
- d) O principal será pago em 24 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada 6 (seis) meses, de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral	Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 3	2,5%	2,5%	Ano 9	2,5%	5,0%
Ano 4	2,5%	2,5%	Ano 10	5,0%	5,0%

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

Ano 5	2,5%	2,5%	Ano 11	5,0%	5,0%
Ano 6	2,5%	2,5%	Ano 12	5,0%	5,0%
Ano 7	2,5%	2,5%	Ano 13	5,0%	5,0%
Ano 8	2,5%	2,5%	Ano 14	10,0%	12,5%

Os credores essenciais fundiários serão pagos da seguinte forma:

- Pagamentos iniciais no montante de até R\$ 2 mil será pago a cada credor essencial fundiário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$ 1 mil em até 90 dias e mais R\$ 1 mil em até 180 dias a contar da data da publicação da homologação sem a incidência de correção monetária e juros (pagamentos efetivados).
- O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da TR, a partir da data de publicação da homologação do pedido de recuperação judicial.
- Os juros sobre o saldo devedor, capitalizados anualmente, serão pagos em parcelas trimestrais após o fim do período de carência de juros de três meses a contar da data de publicação.
- O principal será pago em 12 (doze) parcelas trimestrais, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada três meses.

Os credores seguradoras parceiras receberão o pagamento integral dos seus créditos concursais, conforme indicado na lista de credores, em moeda corrente nacional creditada na conta bancária de sua titularidade informada nos autos da recuperação judicial, em até 3 anos da data de renovação da respectiva apólice de seguro ou assinatura de nova apólice de seguro.

A Classe IV é composta por credores microempresas e empresas de pequeno porte que receberam o pagamento inicial no montante de até R\$ 20 mil por credor, em parcela única e limitado ao seu crédito, em até 90 dias a contar da data da publicação da homologação (pagamentos efetivados). O saldo remanescente será pago em até 12 meses com a correção de 100% do CDI.

A íntegra dos Planos de Recuperação Judicial aprovados, a ata da Assembleia Geral de Credores, bem como todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial da Companhia estão disponíveis no website da CVM (www.cvm.gov.br) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>). As informações acima resumidas devem ser lidas em conjunto com os Planos de recuperação judicial propriamente dito.

2. Os parques eólicos e PCHs em operação podem gerar menos energia do que o esperado.

Dentre as significativas incertezas e riscos em relação aos parques eólicos e PCHs em operação, a Companhia está exposta aos riscos financeiros associados à diferença entre a energia a ser gerada e a energia contratada por suas controladas, cujos eventuais desvios serão por elas assumidos. Tal diferença poderá decorrer de uma série de fatores, notadamente: (i) ocorrência de ventos ou chuvas em intensidade diversa daquela considerada em estudos realizados na fase de projeto; ou (ii) indisponibilidade de aerogeradores ou equipamentos de geração hídrica em nível superior aos índices de desempenho de referência ou considerados nos respectivos planos de negócios.

Nas situações em que o regime pluviométrico não for suficiente para as PCHs gerarem a quantidade de energia comercializada, seus déficits de geração poderão ser compensados por outras hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"), sendo que o custo operacional das usinas superavitárias deverá ser recomposto pelas usinas deficitárias. No caso da geração total das usinas participantes do MRE for menor que sua garantia física total, o custo de recomposição de lastro de energia

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

para atender a garantia física total será dividido entre as usinas. Adicionalmente, se a disponibilidade média efetiva dos aerogeradores, equipamentos de geração hídrica, solar e respectivos sistemas de transmissão associados for menor do que a estimada pela Companhia para elaborar seu plano de negócio e tomar decisões de investimentos, haverá impacto adverso sobre os resultados da Companhia.

3. *A Companhia e/ou suas controladas poderão ser responsáveis por perdas e danos causados a terceiros, inclusive danos ambientais, sendo que os seguros contratados podem ser insuficientes para cobri-los.*

A Companhia e/ou suas controladas poderão ser responsabilizadas por perdas e danos causados a terceiros. A Companhia não pode garantir que as apólices de seguro contratadas serão suficientes em todas as circunstâncias ou contra todos os riscos. A ocorrência de um sinistro significativo não segurado ou indenizável, parcial ou integralmente, ou a não observância por subcontratados em cumprir obrigações indenizatórias assumidas perante a Companhia e/ou suas controladas, ou ainda, em contratar seguros, pode ter um efeito adverso relevante para a Companhia. Além disso, a Companhia não pode assegurar a manutenção de apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis no futuro.

Ademais, as atividades do setor de energia podem causar significativos impactos e danos ao meio ambiente. A legislação federal impõe responsabilidade objetiva àquele que, direta ou indiretamente, causar degradação ambiental gerando, portanto, o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados independentemente de dolo ou culpa da Companhia. O pagamento de indenizações ambientais substanciais ou despesas relevantes incorridas para custear a recuperação do meio ambiente poderá causar um efeito adverso relevante sobre a Companhia, seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

4. *A Companhia e/ou suas controladas poderão não ser capazes de comercializar toda a energia dos projetos.*

As vendas de energia elétrica para os projetos que ainda não estão contratados, estão sujeitos à existência de demanda suficiente do mercado consumidor. Ainda, para os contratos já existentes a Companhia possui autorização de 30 anos e contratos de duração máxima de 20 anos. Caso haja uma retração na demanda, a Companhia poderá não ser capaz de comercializar energia durante o restante do período da autorização. Adicionalmente, um eventual aumento da demanda poderá ser atendido por outros projetos de geração de energia elétrica, tais como projetos de geração térmica, grandes hidrelétricas, dentre outros, que possuam preços de venda de energia mais competitivos que aqueles que a Companhia e/ou suas controladas podem oferecer.

Caso a Companhia e/ou suas controladas não sejam capazes de comercializar a totalidade da energia dos projetos de geração de energia, o crescimento da Companhia poderá ser negativamente impactado, bem como seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

5. *Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem causar efeitos adversos para a Companhia.*

A Companhia e suas controladas são rés em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, tributária, regulatória, ambiental e trabalhista. Ademais, a Companhia e suas controladas poderão ser no

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

futuro, rés em novos processos judiciais e administrativos (perante autoridades regulatórias, ambientais, concorrenciais, tributárias, policiais, dentre outras).

A Companhia e suas controladas não podem garantir que os resultados desses processos serão favoráveis a elas, ou ainda, que será mantido provisionamento, parcial ou total, suficiente para todos os passivos eventualmente decorrentes destes processos. Decisões contrárias aos interesses da Companhia e/ou de suas controladas que impeçam a realização de seus negócios, como inicialmente planejados, ou que eventualmente alcancem valores substanciais e não tenham provisionamento adequado podem causar um efeito adverso nos negócios e na situação financeira da Companhia.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3. Descrição dos principais riscos de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de suas atividades envolvendo principalmente a possibilidade de flutuações na inflação e mudança nas taxas de juros e dos índices de preços (Risco de Mercado), Risco de Liquidez, Risco de Crédito, Risco de Escassez de Vento e Risco da Escassez Hidrológica.

a. Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia e suas controladas, possuem como contrapartes o BNDES, Bradesco, Citibank, Itaú, ABC e dívidas com partes relacionadas. As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas possuíam risco de mercado associado ao CDI.

b. Análise de sensibilidade (Consolidado)

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas na data base de 31 de dezembro de 2022, foram adotadas as seguintes premissas:

- definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia, e que é referenciado por fonte externa independente (Cenário I);
- definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente); e
- apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia e suas controladas.

Os saldos apresentados nos quadros a seguir contemplam os valores consolidados. (Valores expressos em milhares de reais).

Risco	Operação	Cenário I - Cenário Provável	Cenário II - variação de 25%	Cenário III - variação de 50%
Baixa do CDI	Taxa efetiva em 31 de dezembro de 2022	13,65%	13,65%	13,65%
	Aplicações financeiras:	64.804	64.804	64.804
	Taxa anual estimada do CDI para 2023	12,25%	9,19%	6,13%
	Perda anual nas aplicações financeiras	<u>(919)</u>	<u>(2.930)</u>	<u>(4.941)</u>
Alta do CDI	Empréstimos:	1.047.750	1.047.750	1.047.750
	Taxa anual estimada do CDI para 2023	12,25%	15,31%	18,38%
	Perda anual nos empréstimos e partes relacionadas	<u>-</u>	<u>(17.419)</u>	<u>(49.506)</u>

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Para as aplicações financeiras o cenário provável considera as taxas futuras da SELIC, que é base para determinação da taxa CDI, conforme expectativas obtidas junto ao Banco Central do Brasil, com horizonte de um ano, 12,25%. Os cenários II e III consideram uma redução dessa taxa em 25% (9,19% a.a.) e 50% (6,13% a.a.), respectivamente. Estas projeções também são realizadas para empréstimos e outras operações que são vinculados a taxa CDI as quais foram projetadas nos cenários II e III considerando um aumento dessa taxa em 25% (15,31% a.a.) e 50% (18,38% a.a.).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises.

c. Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e suas controladas em liquidarem as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia e suas controladas em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Companhia e suas controladas somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os planos de recuperação judicial da Companhia e determinadas controladas permitiu alinhar a capacidade de pagamento das dívidas à geração de recursos. Assim a Administração entende que, com o sucesso do plano de recuperação judicial e a entrada em operação comercial do Complexo Eólico Alto Sertão III que ocorreu durante o exercício de 2022, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Companhia.

c.1. Tabela do risco de liquidez e juros

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício.

Instrumentos a taxa de juros	Consolidado (R\$ mil)				
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Classe I	1.420	-	-	-	1.420
Classe II	24.077	23.976	287.713	623.378	959.144
Classe III	7.766	7.766	77.660	217.448	310.640
Classe IV	744	-	-	-	744
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	708	708	8.492	18.401	28.309
Total	34.715	32.450	373.865	859.227	1.300.257

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

d. Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de clientes.

	Valor contábil	
	Consolidado (R\$ mil)	
	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros		
Circulante		
Contas a receber de clientes	30.367	6.231

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega a confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas preconizadas pela Administração. A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros de proteção patrimonial, pois acredita que os riscos aos quais estão ordinariamente expostos seus ativos e passivos compensam-se entre si no curso natural das suas atividades. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

e. Gestão de capital

	Consolidado (R\$ mil)	
	31/12/2022	31/12/2021
Dívida de empréstimos, financiamentos e partes relacionadas	(1.000.853)	(1.990.301)
Patrimônio líquido (negativo)	910.962	(655.320)
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	68.333	359.642
Dívida líquida + Patrimônio líquido (negativo)	(21.558)	(2.285.979)

Os planos de recuperação judicial permitiram a celebração de acordos, repactuação das taxas de juros e alongamento dos prazos para quitação da dívida.

A Administração acredita que o cumprimento dos Planos aprovados em 18 de dezembro de 2020 fornecerá condições para a recuperação econômica e operacional das empresas do Grupo Renova.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4 - Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas.

A Companhia ingressou com pedido de recuperação judicial em 16.10.2019, contudo, ainda é parte em 18 (dezoito) processos administrativos e judiciais, os quais foram avaliados pela Companhia como relevantes, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de perda, como sendo de perda provável e possível, contingenciando valores para demandas classificadas como prováveis.

A Companhia entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com tais causas.

Processo nº	1103257-54.2019.8.26.0100
a. Juízo	2ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de São Paulo
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	16.10.19
d. Partes no processo	Renova Energia S.A., Renovapar, Renova Comercializadora, Chipley Participações, Alto Sertão Participações, Diamantina Eólica Participações, CE Vaqueta, CE Abil, CE Acacia, CE Angico, CE Folha da Serra, CE Jabuticaba, CE Jacarandá do Serrado, CE Taboquinha, CE Tabua, CE São Salvador, CE Pau D'Água, CE Manineiro, CE Umbuzeiro, CE Cedro, CE Vellozia, CE Angelim, CE Facheio, CE Sabiu, CE Barbatimão, CE Juazeiro, CE Jataí, CE Imburana Macho, CE Amescla, CE Itaparica, CE Unha D'Anta, CE Macambira, CE Tamboril, CE Carrancudo, CE Ipe Amarelo, CE Cabeça de Frade, CE Canjoao, CE Conquista, CE Coxilha Alta, CE Botuquara, CE Jequitibá, CE Tingui, CE Anisio Teixeira, CE Imburana de Cabao, CE Embiruçu, CE Lençóis, CE Caliandra, CE Ico, CE Alcaçuz, CE Putumuju, CE Cansanção, Bahia Holding, CE Bela Vista XIV, Ventos de São Cristovão Energias Renováveis, Renova PCH, CE Itapuã IV, CE Itapuã V, CE Itapuã VII, CE Itapuã XV, CE Itapuã XX, Parque Eólico Iansã.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 3.007.445.134,05
f. Principais fatos	Em 16.10. 19 a Cia e suas controladas ingressaram com pedido de recuperação judicial, que foi deferido na mesma data, nomeando como administradora judicial a KPMJ Corporate Finance. Foi deferido também o <i>stay period</i> por 180 dias, encerrando-se em 08.05.20. Houve prorrogação por mais 60 dias, encerrando-se em 09.07. 20. Foram apresentadas impugnações à créditos habilitados. Em 03.07. 20 foi deferida nova prorrogação do <i>stay period</i> por mais 60 dias. Em 13.07. 20 a Cia apresentou 2 (dois) planos de recuperação judicial. Em 18.12. 20 os planos de recuperação judicial foram aprovados. Cumprimento do plano em andamento, já foram efetivados pagamentos para classes I, II, III e IV.
g. Chance de perda	Não aplicável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Não aplicável
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não aplicável
Processo nº	8000529-78.2019.8.05.0137
a. Juízo	3ª Vara Cível de Jacobina
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	29.04.19
d. Partes no processo	Dilson Bispo da Gama vs Renova Energia, Ricardo Augusto Borges da Silva; Moinhos de Vento; Maestro Holding; Cataventos Energética, Sequóia Capita; CE Umburanas e Engie Brasil.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 18.944.529,40
f. Principais fatos	Trata-se de ação de reintegração de posse, ajuizada em 29.04.19. Em 05.02.20 audiência de conciliação redesignada para o dia 02.04.20. Em 14.02.20 foram

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	expedidas cartas de citação. Em 13.03.20 houve juntada dos ARs positivos em relação às Rés para citação acerca da audiência. Em 24.09. 20 nova juntada de ARs para citação de audiência. Em 15.03.22 processo redistribuído em razão da incompetência. Em 25.04.23 processo foi redistribuído.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	A Companhia entende que o impacto financeiro na hipótese de condenação não é capaz de comprometer a capacidade financeira e seus negócios.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há

Processo nº	8000252-45.2017.8.05.0036
a. Juízo	Vara Cível de Caetité – Bahia
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	08.03.17
d. Partes no processo	Elvira Xavier da Silva vs Renova Energia
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 62.120.763, 36
f. Principais fatos	Execução de multa de contrato de arrendamento em razão de retomada da fase de estudo. Multa R\$ 20MM. Em 14.12.17 houve determinação de bloqueio de R\$ 20MM. Interpusemos agravo de instrumento, ao qual foi dado provimento, reformando a decisão. A Cia opôs embargos à execução. Em 23.10.19 a Renova juntou petição informando sobre a recuperação judicial e requerendo a suspensão do processo. Em 23.02.21, apresentada petição pela Renova, pedindo a suspensão da ação, em função da homologação do PRJ. Em 10.10.22 Renova foi intimada para informar qual o status da recuperação judicial. Em 20.10.22 requeremos a suspensão da execução dada a novação das obrigações concursais e o prosseguimento dos embargos à execução para que seja julgada a defesa.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	A Companhia entende que o impacto financeiro na hipótese de condenação não é capaz de comprometer a capacidade financeira e seus negócios.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há.

Processo nº	0801499-76.2021.8.20.5123
a. Juízo	Vara Única de Parelhas - RN
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	21.12.21
d. Partes no processo	João Valentim de Macedo vs Renova Energia
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 84.191.741,16
f. Principais fatos	Ação Monitória para pagamento das anuidades de 2017 e 2018 e multa de R\$ 40MM, pelo inadimplemento nos dois contratos de arrendamento. Em 04.03.22, foi expedido AR para a citação da Renova. Em 15.08.22 juntado AR positivo confirmando a citação da Renova. Em 02.09.22, a Renova opôs embargos monitórios. Em 16.11.22 apresentada réplica pelo autor.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	A Companhia entende que o impacto financeiro na hipótese de condenação não é capaz de comprometer a capacidade financeira e seus negócios.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há.

Processo nº	8001160-73.2015.8.05.0036
a. Juízo	Vara Cível de Caetité - Bahia
b. Instância	2ª instância

4.4 Processos não sigilosos relevantes

c. Data de instauração	23.02.15
d. Partes no processo	Manoel de Sousa Brito de Caetité - ME e Manoel Brito de Sousa vs Renova Energia
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 12.773.031,43
f. Principais fatos	Trata-se de ação de reparação de danos, sob o fundamento de que a Renova executou obras em terreno vizinho, prejudicando o terreno do Autor e o exercício de seu negócio. Ação julgada procedente, condenando a Renova ao pagamento de indenização por danos materiais no valor de R\$ 3.873.600,00 e R\$ 59.840,00 a título de danos morais. Em 11.06.17 a Companhia opôs embargos de declaração, que não foram acolhidos. A Companhia interpôs recurso de apelação, que foi provido anulando a sentença e determinando a reabertura da fase de instrução. Autos remetidos à 1ª instância. Em 04.05.20 Renova requereu a produção de prova pericial. Em 16.12.22 Renova juntou quesitos e indicou assistente técnico. Em 19.12.22 Renova juntou comprovante de pagamento de honorários periciais. Em 20.01.22 Autor apresentou quesitos e assistente técnico.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	A Companhia entende que o impacto financeiro na hipótese de condenação não é capaz de comprometer a capacidade financeira e seus negócios.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há.

Processo nº	0042106-41.2018.8.26.0100
a. Juízo	12ª Vara Cível de São Paulo
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	04.06.18
d. Partes no processo	Fundo de Liquidação Financeira- Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios Não Padronizados vs CE Embiruçu; CE Cedro; CE Putumuju; CE Imburana De Cabão; CE Ico; CE Jequitiba; CE Macambira; CE Ipê Amarelo; CE Carrancudo; CE Canjoao; Centrais Elétricas Itaparica; CE Anisio Teixeira; CE Botuquara; CE Tamboril; CE Tingui; CE Alcaçuz; CE Caliandra; CE Cabeça De Frade; CE Conquista; CE Coxilha Alta; CE Cansanção; CE Lençóis; CE Pau D'água; CE Jacarandá Do Serrado; CE Amescla; CE Vaqueta; CE Tabua; CE Jabuticaba; CE Angelim; CE Folha Da Serra; CE Angico; CE Acácia; CE Abil.; CE São Salvador; CE Manineiro; CE Juazeiro; CE Vellozia; CE Unha D'Anta; CE Umbuzeiro; CE Sabiu ; CE Barbatimao; CE Jatai; CE Imburana Macho; CE Facheio; CE Taboquinha
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 64.028.000,00
f. Principais fatos	Trata-se de cobrança dos valores reconhecidos como devidos pelas Centrais Eólicas em termo de confissão de dívida firmado em relação ao contrato de fornecimento de equipamentos e prestação de serviços de montagem. Em 04.06.18, a Santa Rita deu início ao cumprimento de sentença diante do inadimplemento do acordo pelas executadas. Em 26.03.19 foi celebrado novo acordo entre as partes no valor de R\$ 40MM, a ser pago em parcela única em 05.06.19. Em 13.05.19 Santa Rita informou nos autos a cessão do crédito ao Fundo de Liquidação Financeira. Em 27.05.19 a Renova discordou da cessão de crédito. Em 06.06.19 o Fundo apresentou resposta em relação à impugnação da cessão de crédito. Em 07.06.19 as executadas, a Santa Rita e o Fundo apresentaram petição conjunta acordando sobre o valor e condições do crédito. Em 25.07.19 foi proferida decisão indeferindo a cessão de crédito. Em 29.07.19 O fundo de liquidação financeira opôs embargos de declaração que foram rejeitados em 31.07.19. Em 12.08.19 a Renova opôs embargos de declaração informando que as partes acordaram com a cessão de crédito e requerendo a homologação do acordo. Em 14.08.19 foi interposto agravo de instrumento contra a decisão que indeferiu a cessão de crédito. Em 15.08.19 o agravo de instrumento concedeu o efeito ativo para permitir o pagamento nos termos do acordo. Em 17.10.19 a Renova informou o ajuizamento da recuperação judicial e requereu a suspensão do processo. Em 22.10.19 deram provimento ao agravo para autorizar a cessão de crédito para o Fundo de Liquidação Financeira. Em 10.08.20 foi proferida decisão que deferiu a suspensão do processo. Em 08.09.20

4.4 Processos não sigilosos relevantes

a Renova requereu acesso ao incidente de desconsideração da personalidade jurídica, o que foi deferido em 10.09.20. Em 19.02.21 Renova requereu a extinção da execução, tendo em vista o pagamento do débito nos termos do PRJ. Em 22.02.21, proferida decisão que intimou a Renova para indicar as folhas em que o FIDC se encontra listado, bem como intimou o Fundo para se manifestar. Em 05.03.21, proferida decisão que determinou a suspensão do processo até o trânsito em julgado da decisão que homologou o PRJ. Em 16.03.21, pedido de reconsideração pelo Fundo, requerendo a suspensão até o julgamento do IDPJ, ao invés do trânsito em julgado da decisão que homologou o PRJ da Renova, bem como requereu o levantamento dos valores bloqueados a seu favor. Em 18.03.21, proferida decisão determinando o fim da suspensão do feito para apreciar o pedido de reconsideração do Fundo. Em 23.03.21, foram opostos Embargos de Declaração pelo Fundo. Em 26.03.21, publicada decisão que acolheu os embargos de declaração opostos pelo Fundo, deferindo o levantamento dos valores bloqueados em favor do Fundo. Em 10.11.21 foi determinada a suspensão do processo.

g. Chance de perda	Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	A Companhia entende que o impacto financeiro na hipótese de condenação não é capaz de comprometer a capacidade financeira e seus negócios.
i. Valor provisionado, se houver provisão	R\$ 64.028.000,00

Processo nº	8000788-56.2017.8.05.0036
a. Juízo	Vara Cível de Caetité - Bahia
b. Instância	1ª Instância.
c. Data de instauração	01.06.17
d. Partes no processo	Waldemar da Silva Soriano Junior e outros. X Renova Energia
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 59.877.898,68
f. Principais fatos	Cobrança de multa R\$ 20MM por suposto descumprimento de contrato de arrendamento por parte da Renova em razão da instalação de uma cancela com cadeado. Em 04.10.17 a Renova apresentou manifestação acerca do pedido de litisconsorte ativo requerido por Pedro Silva. A Cia interpôs agravo de instrumento para liberação dos valores bloqueados, o qual foi provido reformando a decisão. Em 01.08.18 a Renova requereu o desbloqueio de valores diante do resultado do agravo no Tribunal de Justiça. Em 14.05.19 foi juntado o detalhamento do desbloqueio. Austos conclusos desde 14.05.19. Em 24.10.19 a Renova informou o ajuizamento da recuperação judicial e requereu a suspensão do processo.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	A Companhia entende que o impacto financeiro na hipótese de condenação não é capaz de comprometer a capacidade financeira e seus negócios.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há.

Processo nº	0100556-15.2018.8.20.0109
a. Juízo	Vara Cível de Acari/RN
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	05.07.18
d. Partes no processo	Jose Braz Neto vs Renova Energia S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 46.047.913,08
f. Principais fatos	Ação de rescisão contratual com cobrança de anuidades de arrendamento e multa de R\$ 20MM. Em 13.08.19 a Companhia opôs embargos à execução, recebidos com efeito suspensivo e a ação suspensa em 26.08.19. Em 03.03.20 o processo foi suspenso em razão do ajuizamento da RJ. Em 28.01.21 a Renova requereu suspensão em razão da homologação do PRJ. Em 25.03.21 exequente

4.4 Processos não sigilosos relevantes

intimado para se manifestar sobre pedido de suspensão. Em 19.04.21 autor impugnou o pedido de suspensão, informando tratar-se de crédito extraconcursal e requereu a realização de pesquisa de ativos pelo sistema sisbajud. Em 07.07.21 decisão indeferindo realização de pesquisa e determinando suspensão do processo até o julgamento dos Embargos à Execução. Em 08.03.22 informamos a decisão do Conflito de Competência que impediu qualquer ato construtivo pelo juízo da execução. Em 11.03.22, foi proferida decisão que rejeitou os nossos pedidos apresentados no dia 08.03.22 e, assim, manteve a execução suspensa.

Embargos à Execução 0800347-06.2019.8.20.5109: Em 13.08.2019 foram opostos embargos à execução. Em 24.10.19 a Renova informou o ajuizamento da recuperação judicial e requereu a suspensão da ação. Em 10.09.2019 O autor apresentou embargos de declaração em razão de suposta omissão em face da decisão que suspendeu a execução. Em 30.11.20 foi proferida decisão que acolheu os Embargos de declaração do autor, reformando a decisão inicial, no sentido de indeferir o efeito suspensivo atribuído. Em 28.01.21 foram opostos Embargos de declaração pela Renova. Em 25.03.21 foi apresentada impugnação aos Embargos de declaração pelo autor, requerendo a rejeição dos nossos efeitos infringentes, o que não é permitido; (ii) o crédito discutido é extraconcursal, por deter natureza de arrendamento mercantil; e (iii) incide cláusula penal geral em prazo de inadimplência superior a 2 anos. Em 07.07.21, foi proferida decisão que acolheu os embargos de declaração da Renova, e concedeu novamente o efeito suspensivo aos Embargos à Execução. Em 19.11.21 as partes foram intimadas para indicação de produção de provas. Em 01.12.21 a Renova informou que não há mais provas a produzir. Em 13.12.21 o autor requereu litigância de má-fé da Renova reiterando a necessidade de aplicação da multa contratual de R\$ 20MM. Em 10.08.22 prolatada sentença julgando parcialmente procedente os Embargos à Execução. Em 13.09.21 a Renova interpos apelção. Em 31.10.22 interposta apelação e contrarrazões pelo autor.

g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	A Companhia entende que o impacto financeiro na hipótese de condenação não é capaz de comprometer a capacidade financeira e seus negócios.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há

Processo nº	0100555- 30.2018.8.20.0109
a. Juízo	Vara Cível de Acari/RN
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	06.07.18
d. Partes no processo	Jose Braz Neto vs Renova Energia S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 46.190.170,30
f. Principais fatos	Ação de rescisão contratual com cobrança de anuidades de arrendamento e multa de R\$ 20MM. Em 13.08.19 a Companhia opôs embargos à execução, recebido com efeito suspensivo e a ação foi suspensa em 26.08.19. Em 03.03.20 o processo foi suspenso em razão da RJ. Em 25.03.21 exequente intimado para se manifestar sobre o nosso pedido de suspensão pela homologação do PRJ. Em 22.02.22 decisão afastando a ordem de penhora. Em 03.03.22 juntada a decisão do Conflito de Competência nos autos. Em 04.03.22 exequente requereu o julgamento dos Embargos à Execução, para que haja a habilitação do crédito devido ao credor no âmbito da Recuperação Judicial. Em 14.03.22 exequente concordou com a suspensão da execução e o prosseguimento dos embargos à execução. Em 11.03.22 foi proferida decisão que manteve a execução suspensa. Embargos à Execução 0100555-30.2018.8.20.0109: Em 13.08.19 foram opostos embargos à execução. Em 10.09.19 o autor opôs embargos de declaração em razão de suposta omissão em face da decisão que suspendeu a execução. Em 23.09.19 a renova respondeu os embargos de declaração e em 26.09.19 o autor apresentou impugnação aos embargos à execução. Em 24.10.19 a Renova informou o ajuizamento da recuperação judicial e requereu a suspensão do

4.4 Processos não sigilosos relevantes

processo. Em 25.11.20 foi realizada audiência de conciliação que restou infrutífera. Em 30.11.20 os embargos de declaração do autor foram acolhidos, reformando a decisão inicial, no sentido de indeferir o efeito suspensivo atribuído. Em 28.01.21 foram opostos embargos de declaração pela Renova. Em 19.04.21 o autor impugnou o pedido de suspensão, sob os fundamentos de que o crédito discutido é extraconcursal, por deter natureza de arrendamento mercantil e, ainda, requereu a realização de pesquisa de ativos pelo sistema sisbajud. Em 07.07.21 foi proferida decisão que acolheu os embargos de declaração da Renova, concedendo novamente o efeito suspensivo aos embargos à execução. Em 23.03.22 foi proferida decisão que determinou o prosseguimento do feito, intimando o autor para impugnação aos nossos embargos à execução. Em 10.08.22 foi prolatada sentença julgando parcialmente procedente os embargos à execução. Em 07.09.21 interposto recurso de apelação pelo autor. Em 13.09.22 interposto recurso de apelação pela Renova. Em 08.11.22 autos remetidos ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte. Emitido parecer informando da desnecessidade de intervenção do Ministério Público.

g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	A Companhia entende que o impacto financeiro na hipótese de condenação não é capaz de comprometer a capacidade financeira e seus negócios.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há

Processo nº	0000164-21.2012.8.05.0101
a. Juízo	VC Igaporã – BA
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	18.07.12
d. Partes no processo	Landulfo Fernandes Costa e Terezinha Cardoso Silva vs Renova
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 3.249.974,94
f. Principais fatos	Trata-se de ação movida por Landulfo e Terezinha visando a indenização por danos materiais e morais. Os Autores alegam que as Rés agiram de forma contrária ao que prometeram e passaram a utilizar a mesma área arrendada pelos Autores ao Parque Eólico Curva dos Ventos e, posteriormente, à Enel. Diante disso, alegam que a Enel os notificou rescindindo o contrato de arrendamento pela existência de supressão de vegetação da área. Assim, requerem a condenação das Rés ao pagamento do montante equivalente ao que seria pago pela Enel durante a vigência do contrato, qual seja, R\$ 750.00,00 e ao pagamento de danos morais a ser arbitrado pelo Juiz. Finalizada fase de instrução, aguardando julgamento desde 14.02.23.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	A Companhia entende que o impacto financeiro na hipótese de condenação não é capaz de comprometer a capacidade financeira e seus negócios.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há

Processo nº	1036112-49.2017.8.26.0100
a. Juízo	27ª VC São Paulo
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	20.04.17
d. Partes no processo	Passa Três vs Renova
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.340.349,22
f. Principais fatos	Ação Indenizatória por suposta inobserância das obrigações contratuais assumidas pela Renova e perda da chance da Autora de explorar o potencial hidrelétrico do Rio Fetal/MG, ao que requer o pagamento de indenização por lucros cessantes em valor a ser apurado em liquidação de sentença e honorários

4.4 Processos não sigilosos relevantes

sucumbenciais de 20%. Em 06.11.19 sentença julgando procedente a ação e condenando a Renova ao pagamento dos lucros cessantes a serem auferidos em fase de liquidação de sentença e honorários advocatícios de 10% sobre o valor da causa. Em 19.11.19 a Companhia opôs embargos declaratórios, que foram rejeitados. Em 30.01.20 a Companhia interpôs recurso de apelação. Em 10.05.22 acórdão dando parcial provimento ao recurso de apelação da Renova, contudo, manteve a condenação ao pagamento de indenização de 30% do lucro líquido, estimado para o período de vigência da outorga de exploração, mediante apuração em regular liquidação de sentença. As partes opuseram Embargos de Declaração, que foram rejeitados em 31.01.23. A Renova interpôs Recurso Especial em 27.02.23 e a Passa Três Recurso Especial e Extraordinário, visando a reforma da decisão. Em 13.02.23 a Passa Três distribuiu cumprimentos provisórios de sentença. Em 23.02.23 opusemos Exceções de Pré-Executividade. Em 06.03.23 decisão indeferindo os cumprimentos de sentença e consequente extinção sem resolução do mérito.

g. Chance de perda	Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	A Companhia entende que o impacto financeiro na hipótese de condenação não é capaz de comprometer a capacidade financeira e seus negócios.
i. Valor provisionado, se houver provisão	R\$ 2.340.349,22
Processo nº	1073244-72.2019.8.26.0100
a. Juízo	24ª VC São Paulo
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	30.07.19
d. Partes no processo	Sadesul vs CE Abil; CE Acácia; CE Alcacuz; CE Amescla; CE Angelim; CE Angico; CE Barbatimão; CE Caliandra; CE Canjoao; CE Carrancudo; CE Embiruçu; CE Facheio; CE Folha da Serra; CE Ico; CE Imburana de Cabão; CE Imburana Macho; CE Ipê Amarelo; CE Itaparica; CE Jabuticaba; CE Jacarandá do Serrado; CE Jatai; CE Jequitiba; CE Juazeiro; CE Macambira; CE Manineiro; CE Pau D'Água; CE Putumuju; CE Sabiu; CE Taboquinha; CE Tábua; CE Tamboril; CE Tingui; CE Umbuzeiro; CE Unha D'Anta; CE Vaqueta; CE Vellozia; CE Anisio Teixeira; CE Botuquara; CE Cabeça de Frade; CE Cansanção; CE Cedro; CE Conquista; CE Coxilha Alta; CE Lençóis e CE São Salvador.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 7.976.015,14
f. Principais fatos	Execução do contrato de prestação de serviços de fornecimento de equipamentos, prestação de serviços de instalação integrada e de execução de obras para as linhas de transmissão de energia elétrica que compõem o Complexo Eólico Alto Sertão III. Em 17.10.19 a Renova opôs embargos à execução, informou o ajuizamento da recuperação judicial, requereu a suspensão do processo e segredo de justiça. Em 19.11.19 foi indeferido o pedido de suspensão e o segredo de justiça. Em 28.01.20 decisão suspendendo a ação pela Recuperação Judicial. Em 05.05.20 a Sadesul interpôs agravo de instrumento, que reformou a decisão e determinou o andamento da ação. Em 17.05.21 os embargos à execução foram julgados improcedentes. A Companhia opôs embargos declaratórios que não foram acolhidos, assim interpos recurso de apelação. Autos remetidos ao Tribunal de Justiça em 26.07.21. Execução provisoriamente arquivada desde 28.01.21.
g. Chance de perda	Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	A Companhia entende que o impacto financeiro na hipótese de condenação não é capaz de comprometer a capacidade financeira e seus negócios.
i. Valor provisionado, se houver provisão	R\$ 7.976.015,14

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº	1071145-95.2020.8.26.0100
a. Juízo	8ª VC São Paulo
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	10.08.20
d. Partes no processo	Banco Citibank S.A. vs Renova Energia e Chipley Participações
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 391.479.660,01
f. Principais fatos	<p>Execução de Título Extrajudicial com pedido de Tutela Cautelar de Urgência de Arresto, baseada na CCB celebrada em 23.07.19, em que o Exequente pretendia a excussão da garantia fiduciária sobre parte dos dividendos que a Chipley viesse a pagar para a Renova, pelo que receber da Brasil PCH.</p> <p>Em 11.09.20 foi deferido o arresto cautelar dos dividendos, desde que passe pelo crivo prévio do Juiz da Recuperação Judicial do Grupo Renova. Em 24.09.20 as Executadas interpuseram agravo de instrumento contra o arresto cautelar, ao qual em 28.09.20 foi atribuído efeito suspensivo. Em 08.01.21 as partes requereram a suspensão da execução por 30 dias. Em 12.01.21 foi proferida decisão revogando o arresto cautelar e determinando que as partes esclareçam o pedido de suspensão. Em 07.01.21 as partes informaram que se compuseram amigavelmente e que o acordo foi homologado pelo juízo da Recuperação Judicial, requerendo suspensão do processo pelo período necessário ao cumprimento das obrigações. Em 10.02.21 foi proferida decisão suspendendo o processo por 180 dias. Em 24.02.23 a Exequente peticionou discordando sobre o pagamento do crédito e venda das UPIs Projetos em Desenvolvimento, mas requerendo a suspensão do processo por mais 180 dias.</p>
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	A Companhia entende que o impacto financeiro na hipótese de condenação não é capaz de comprometer a capacidade financeira e seus negócios.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há

Processo nº	0800017-21.2020.8.15.0321
a. Juízo	4ª VC de Patos
b. Instância	2ª instância
c. Data de instauração	20.02.20
d. Partes no processo	Luiz Henrique Cordeiro Leal vs Renova Energia
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 34.316.095,96
f. Principais fatos	<p>Ação de cobrança com pedido de rescisão contratual e multa de R\$ 20MM por atraso no pagamento por mais de 2 anos. Em 23.09.20 foi realizada audiência de conciliação que restou infrutífera. Em 14.10.20 a Renova apresentou contestação. Em 18.11.20 autor apresentou réplica. Partes se manifestaram sobre ausência de provas a produzir. Em 03.02.21 prolatada sentença que julgou parcialmente procedente a ação, determinando a rescisão contratual e condenando a Renova ao pagamento das parcelas em aberto, afastando, entretanto, a aplicação da multa de R\$ 20 MM. Em 23.02.21, foram opostos embargos declaratórios pela Renova quanto a impossibilidade de rescisão contratual. Em 11.03.21 foi apresentada impugnação pelo autor aos nossos embargos de declaração. Em 27.03.21 os embargos de declaração da Renova foram rejeitados. Renova e Autor interpuseram recursos de apelação. Em 13.12.21 autor impugnou os fatos apresentados como justificativa para não rescindir o contrato, alegando que não há nenhum dispositivo legal que verse sobre a essencialidade dos contratos e reiterou a necessidade de procedência de sua apelação, para declarar rescindido o contrato de arrendamento.</p>
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	A Companhia entende que o impacto financeiro na hipótese de condenação não é capaz de comprometer a capacidade financeira e seus negócios.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº	0844762-44.2018.8.20.5001
a. Juízo	5ª VC de Natal/RN
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	05.09.18
d. Partes no processo	Telma Galvão de Carvalho e Eduardo Jorge Guedes vs Renova Energia
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 40.647.615,32
f. Principais fatos	Ação de rescisão contratual por atraso no pagamento por mais de 2 anos, com cobrança de multa de R\$ 20MM e anuidades de 2017 e 2018. Juiz corrigiu de ofício o valor da causa, que antes era de R\$ 30.664,50. Os autores agravaram da referida decisão, mas o recurso não foi conhecido pela ausência de cabimento. Juiz indeferiu o pagamento de custas ao final do processo. Em 26.11.20 apresentada contestação pela Renova. Em 24.09.21 autores apresentaram réplica. Em 16.03.23 apresentada tréplica pela Renova.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	A Companhia entende que o impacto financeiro na hipótese de condenação não é capaz de comprometer a capacidade financeira e seus negócios.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há

Processo nº	8000566-09.2018.8.05.0245
a. Juízo	Vara Cível de Sento Sé/BA
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	21.11.19
d. Partes no processo	Oswaldo Euzébio Carneiro vs Renova Energia
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 13.140.913,06
f. Principais fatos	Ação de reintegração de posse onde o Autor alega que detinha posse e propriedade da Fazenda Boa Vista no município de Sento Sé/BA, mas em 2018, as empresas requeridas, que são responsáveis pela construção, montagem e operação do parque eólico, promoveram a invasão do referido imóvel, expulsando o autor, bem como impedem o acesso do mesmo a sua propriedade. Em 19.12.21 Renova apresentou manifestação informando que o imóvel em questão fazia parte do complexo eólico Alto Sertão II, cedido à empresa AES. Designada audiência de conciliação para 27.03.23. Em 28.03.23 certificada a ausência do Juiz da comarca, o que impossibilitou a realização da audiência.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	A Companhia entende que o impacto financeiro na hipótese de condenação não é capaz de comprometer a capacidade financeira e seus negócios.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há

Processo nº	0020016-08.2015.5.04.0003
a. Juízo	3ª VT Porto Alegre - RS
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	09.01.15
d. Partes no processo	L. G.S.N. vs Renova
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.393.448,70
f. Principais fatos	Trabalhista – Reclamante ajuizou ação com pedido indenizatório por danos morais e materiais em razão de não cumprimento de proposta de emprego feita pela empresa. Sentença totalmente improcedente. Reclamante interpôs recurso ordinário, a Companhia interpôs recurso adesivo. O recurso do Reclamante foi

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	provido, reformando a sentença e condenando a Cia ao pagamento de danos morais, materiais e honorários advocatícios. A Renova interpôs Recurso de Revista, porém o reclamante iniciou execução provisória. Em 27.03.20 foi negado seguimento ao Recurso de Revista da Companhia. Interposto Agravo de instrumento e o autor apresentou contraminuta. Aguardando julgamento. Iniciada execução provisória, apresentamos torres de medição como garantia. Em 01.02.21 processo suspenso pela Recuperação Judicial. Autos principais conclusos para voto/decisão do recurso desde 22.04.21.
g. Chance de perda	Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	A Companhia entende que o impacto financeiro na hipótese de condenação não é capaz de comprometer a capacidade financeira e seus negócios.
i. Valor provisionado, se houver provisão	R\$ 1.393.448,70

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5 - Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

Processo nº	0042106-41.2018.8.26.0100
a. Juízo	12ª Vara Cível de São Paulo
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	04.06.2018
d. Partes no processo	Fundo de Liquidação Financeira- Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios Não Padronizados vs CE Embiruçu; CE Cedro; CE Putumuju; CE Imburana De Cabão; CE Ico; CE Jequitiba; CE Macambira; CE Ipe Amarelo; CE Carrancudo; CE Canjoao; Centrais Eletricas Itaparica; CE Anisio Teixeira; CE Botuquara; CE Tamboril; CE Tingui; CE Alcaçuz; CE Calianbra; CE Cabeça De Frade; CE Conquista; CE Coxilha Alta; CE Cansanção; CE Lençóis; CE Pau D'água; CE Jacarandá Do Serrado; CE Amescla; CE Vaqueta; CE Tabua; CE Jabuticaba; CE Angelim; CE Folha Da Serra; CE Angico; CE Acácia; CE Abil.; CE São Salvador; CE Manineiro; CE Juazeiro; CE Vellozia; CE Unha D'Anta; CE Umbuzeiro; CE Sabiu ; CE Barbatimao; CE Jatai; CE Imburana Macho; CE Facheio; CE Taboquinha
e. Valor provisionado, se houver provisão	R\$ 64.028.000,00

Processo nº	1036112-49.2017.8.26.0100
a. Juízo	27ª VC São Paulo
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	20/04/2017
d. Partes no processo	Passa Três vs Renova
e. Valor provisionado, se houver provisão	R\$ 2.340.349,22

Processo nº	1073244-72.2019.8.26.0100
a. Juízo	24ª VC São Paulo
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	30/07/2019
d. Partes no processo	Sadesul vs CE Abil; CE Acácia; CE Alcacuz; CE Amescla; CE Angelim; CE Angico; CE Barbatimão; CE Calianbra; CE Canjoao; CE Carrancudo; CE Embiruçu; CE Facheio; CE Folha da Serra; CE Ico; CE Imburana de Cabão; CE Imburana Macho; CE Ipê Amarelo; CE Itaparica; CE Jabuticaba; CE Jacarandá do Serrado; CE Jatai; CE Jequitiba; CE Juazeiro; CE Macambira; CE Manineiro; CE Pau D'Água; CE Putumuju; CE Sabiu; CE Taboquinha; CE Tábuia; CE Tamboril; CE Tingui; CE Umbuzeiro; CE Unha D'Anta; CE Vaqueta; CE Vellozia; CE Anisio Teixeira; CE Botuquara; CE Cabeça de Frade; CE Cansanção; CE Cedro; CE Conquista; CE Coxilha Alta; CE Lençóis e CE São Salvador.
e. Valor provisionado, se houver provisão	R\$ 7.976.015,14

Processo nº	0020016-08.2015.5.04.0003
a. Juízo	3ª VT Porto Alegre - RS
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	09/01/2015
d. Partes no processo	L. G.S.N. vs Renova
e. Valor provisionado, se houver provisão	R\$ 1.393.448,70

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6 - Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos.

A Companhia é Autora em 01 (uma) ação que tramita em sigilo cuja perspectiva de perda é possível e Ré em 01 (um) processo administrativo com perspectiva de perda provável.

Ação 1 - AUTORA	
a. Chance de perda	Possível
b. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 5.784.066,29
c. Análise do impacto em caso de perda do processo	A Companhia entende que o impacto financeiro na hipótese de condenação não é capaz de comprometer a capacidade financeira e seus negócios.

Ação 2 - REQUERIDA	
a. Chance de perda	Provável
b. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 105.999.300,00
c. Análise do impacto em caso de perda do processo	A Companhia entende que o impacto financeiro na hipótese de condenação não é capaz de comprometer a capacidade financeira e seus negócios.

4.7 Outras contingências relevantes

4.7 - Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores.

Todas as contingências relevantes foram abrangidas pelos itens anteriores.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Nos termos do artigo 40 e parágrafo único da Resolução CVM nº 80, o emissor em recuperação judicial é dispensado de entregar este item do formulário de referência até a entrega em juízo do relatório circunstanciado ao final do processo da recuperação.

5.2 Descrição dos controles internos

Nos termos do artigo 40 e parágrafo único da Resolução CVM nº 80, o emissor em recuperação judicial é dispensado de entregar este item do formulário de referência até a entrega em juízo do relatório circunstanciado ao final do processo da recuperação.

5.3 Programa de integridade

Nos termos do artigo 40 e parágrafo único da Resolução CVM nº 80, o emissor em recuperação judicial é dispensado de entregar este item do formulário de referência até a entrega em juízo do relatório circunstanciado ao final do processo da recuperação.

5.4 Alterações significativas

Nos termos do artigo 40 e parágrafo único da Resolução CVM nº 80, o emissor em recuperação judicial é dispensado de entregar este item do formulário de referência até a entrega em juízo do relatório circunstanciado ao final do processo da recuperação.

5.5 Outras informações relevantes

Nos termos do artigo 40 e parágrafo único da Resolução CVM nº 80, o emissor em recuperação judicial é dispensado de entregar este item do formulário de referência até a entrega em juízo do relatório circunstanciado ao final do processo da recuperação.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia						
43.373.568/0001-60	Brasil	Sim	Sim	29/08/2022		
Não						
81.660.500	65,464	68.107.270	54,599	149.767.770	60,031	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Caetité Participações LTDA						
27.735.592/0001-46	Brasil	Sim	Sim	05/05/2022		
Não						
10.356.384	8,302	406.795	0,326	10.763.179	4,314	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Renato do Amaral Figueiredo						
146.623.258-70	Brasil	Sim	Sim	19/01/2023		
Não						
6.649.056	5,330	4.527.141	3,629	11.176.197	4,480	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
26.076.041	20,904	51.700.769	41,446	77.776.810	31,175	
TOTAL						
124.741.981	100,000	124.741.975	100,000	249.483.956	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia				43.373.568/0001-60		
Sergio Ros Brasil Pinto						
010.833.047-80	Brasil	Sim	Sim	29/08/2022		
Não						
81.660.500	100,000	68.107.270	100,000	149.767.770	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
81.660.500	100,000	68.107.270	100,000	149.767.770	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Caetité Participações LTDA				27.735.592/0001-46		
Renato do Amaral Figueiredo						
146.623.258-70	Brasil	Sim	Sim	05/05/2022		
Não						
10.356.384	100,000	406.795	100,000	10.763.179	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
10.356.384	100,000	406.795	100,000	10.763.179	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/04/2024
Quantidade acionistas pessoa física	15.976
Quantidade acionistas pessoa jurídica	48
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	26.076.041	20,904%
Quantidade preferenciais	51.700.769	41,446%
Total	77.776.810	31,175%

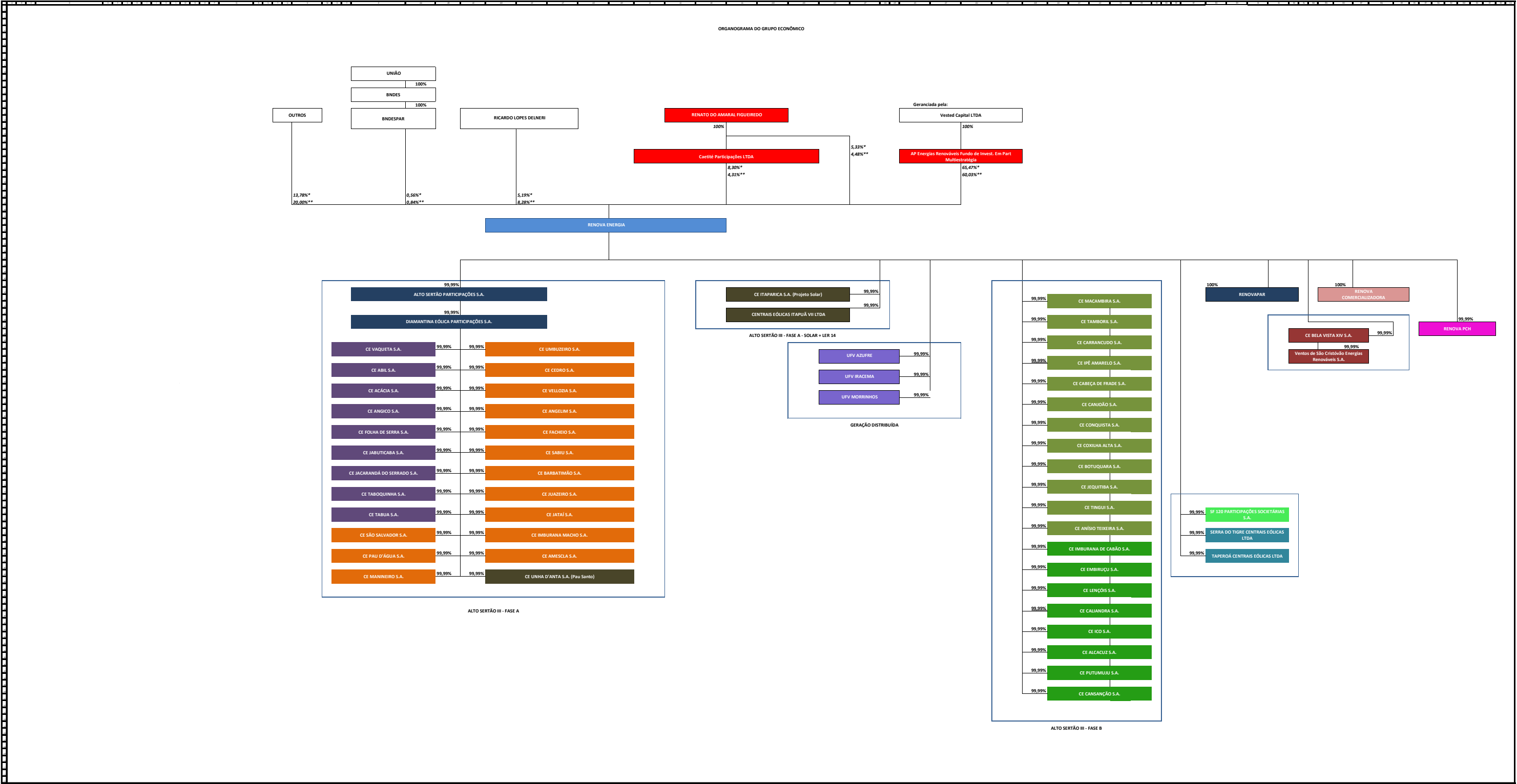
6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
Alto Sertão Participações S.A.	21.296.360/0001-52	99,9
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	12.050.083/0001-02	99,9
CENTRAIS EÓLICAS ABIL S.A.	18.911.031/0001-60	99,9
CENTRAIS EÓLICAS ACÁCIA S.A	18.919.425/0001-64	99,9
CENTRAIS EÓLICAS AMESCLA S.A.	19.502.635/0001-15	99,9
CENTRAIS EÓLICAS ANGELIM S.A.	19.502.690/0001-05	99,9
CENTRAIS EÓLICAS ANGICO S.A.	18.870.073/0001-08	99,9
CENTRAIS EÓLICAS BARBATIMÃO S.A.	19.502.908/0001-21	99,9
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	19.281.218/0001-90	99,9
Centrais Eólicas Cedro S.A.	17.330.840/0001-15	99,9
CENTRAIS EÓLICAS FACHEIO S.A.	18.559.964/0001-30	99,9
CENTRAIS EÓLICAS FOLHA DA SERRA S.A.	18.910.740/0001-20	99,9
CENTRAIS EÓLICAS IMBURANA MACHO S.A.	19.502.538/0001-22	99,9
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA.	18.560.032/0001-07	99,9
CENTRAIS EÓLICAS JABUTICABA S.A.	18.870.194/0001-41	99,9
CENTRAIS EÓLICAS JACARANDÁ DO SERRADO S.A.	18.870.265/0001-06	99,9
CENTRAIS EÓLICAS JATAI S.A.	18.560.347/0001-54	99,9
CENTRAIS EÓLICAS JUAZEIRO S.A.	19.502.341/0001-93	99,9
CENTRAIS EÓLICAS MANINEIRO S.A.	18.560.162/0001-40	99,9
CENTRAIS EÓLICAS PAU D'ÁGUA S.A.	17.250.513/0001-53	99,9

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
Centrais Eólicas Sabiu S.A.	17.305.829/0001-03	99,9
CENTRAIS EÓLICAS SÃO SALVADOR S.A.	11.197.380/0001-12	99,9
CENTRAIS EÓLICAS TABOQUINHA S.A.	18.870.116/0001-47	99,9
CENTRAIS EÓLICAS TABUA S.A.	18.870.007/0001-20	99,9
CENTRAIS EÓLICAS UMBUZEIRO S.A.	18.560.273/0001-56	99,9
CENTRAIS EÓLICAS UNHA D'ANTA S.A.	18.560.214/0001-88	99,9
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.	18.684.356/0001-57	99,9
CENTRAIS EÓLICAS VELLOZIA S.A.	18.560.475/0001-06	99,9
DIAMANTINA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A.	21.408.723/0001-02	99,9
Renova Comercializadora de Energia S.A.	17.204.923/0001-68	100
Renova PCH Ltda.	12.044.208/0001-91	99,9
Renovapar S.A.	17.667.090/0001-71	100
SF 120 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S.A.	32.653.671/0001-48	99,9
VENTOS DE SÃO CRISTOVÃO ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.	17.875.208/0001-57	99,9

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



6.6 Outras informações relevantes

6.6. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações pertinentes foram explanadas nos itens anteriores.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Nos termos do artigo 40 e parágrafo único da Resolução CVM nº 80, o emissor em recuperação judicial é dispensado de entregar este item do formulário de referência até a entrega em juízo do relatório circunstanciado ao final do processo da recuperação.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
TOTAL = 0	0	0	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
TOTAL = 0	0	0	0	0	0	0	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2. Em relação especificamente ao conselho de administração, indicar:

a. Órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração;

A Companhia não possui órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração. No entanto, possui comitês não-estatutários que atuam no assessoramento do conselho de administração, no estabelecimento da orientação geral das atividades e nas decisões sobre questões estratégicas, em conformidade com as leis, a ética, as boas práticas de governança corporativa e os controles internos, nos termos de seu regulamento interno.

b. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado;

A Companhia não possui política formalizada para contratação de serviços extra-auditoria. Atualmente, a Companhia não tem qualquer serviço extra-auditoria contratado, além dos auditores independentes que executam a validação das demonstrações financeiras periódicas. Os trabalhos do auditor independente são acompanhados periodicamente pelo Comitê de Auditoria e Finanças. Além disso, o Código de Ética e Conduta da Companhia, que se aplica também a prestadores de serviços, estabelece regras para identificação e gestão de eventuais conflitos de interesse que venham a existir com relação à Companhia.

c. se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração.

A Companhia possui o Canal Transparência, disponível para todos os colaboradores, prestadores de serviços, fornecedores, parceiros e autoridades, gerenciado por uma empresa externa (ICTS), que abrange todos os tipos de denúncias as quais são direcionadas de acordo com o grau de criticidade.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e instalado

Nome: Allones Santos Pelegrino e Silva **CPF:** 313.436.688-67 **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 07/02/1983

Experiência Profissional: Allones Santos é bacharel em Administração de Negócios pela Universidade de São Paulo, além de MBA Executivo Internacional e MBA em Marketing, possui mais de 10 anos de experiência na Gestão de Fundos de Private Equity e atualmente ocupa o cargo de Diretor Financeiro na Angra Partners.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2024	2 anos	Conselho de Administração (Suplente)		02/05/2024	Sim	12/05/2022

Nome: Ana Amélia Campos Toni **CPF:** 084.742.118-08 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 23/01/1964

Experiência Profissional: Secretária Nacional de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas. Foi Diretora Executiva do Instituto Clima e Sociedade - iCS e é Sócia-fundadora do Gestão de Interesse Público (GIP). Possui longa trajetória no trabalho junto ao terceiro setor e no fomento de projetos voltados à justiça social, à promoção de políticas públicas, à área do meio ambiente e mudanças climáticas e à filantropia. Foi Presidente de Conselho do Greenpeace Internacional (2010 a 2017), diretora da Fundação Ford no Brasil (2003-2011) e da ActionAid Brasil (1998-2002). Foi membra do conselho do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), Fundo Baobá para Equidade Racial e Sociedade e Wikimedia Foundation, entre outros. Atualmente é integrante da Rede de Mulheres Brasileiras Líderes pela Sustentabilidade e dos conselhos da Agência Pública, Gold Standard Foundation, ClimaInfo, Instituto República, Transparência Internacional - Brasil, e do Instituto Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2024	2 anos	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		02/05/2024	Não	02/05/2024

Nome: ANTONIO RICARDO ALVAREZ ALBAN **CPF:** 261.812.235-68 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 21/10/1959

Experiência Profissional: Antonio Ricardo Alban é graduado em Engenharia Mecânica e Administração de Empresas e assumiu a presidência da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), cargo que ocupará até março de 2026. Em sua trajetória, destaca-se a participação em entidades de classe e na iniciativa privada. É presidente do Sindicato da Indústria do Trigo, Milho, Mandioca, Massas Alimentícias e de Biscoitos do Estado da Bahia; vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI); membro do Conselho Nacional do Sesi; membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico, Social (CDES); membro da Associação Nordeste Forte; membro do Conselho Deliberativo do Sebrae Bahia e membro titular do Conselho de Administração da CETREL.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2024	2 anos	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		02/05/2024	Não	01/12/2022

Nome: Daniel Teruo Famano **CPF:** 299.262.938-32 **Profissão:** Engenheiro de materias **Data de Nascimento:** 09/01/1980

Experiência Profissional: Daniel Famano tem uma experiência expressiva de mais de 15 anos em desenvolvimento de negócios,corporate e project finance, valuation, IPO, Mamp;A e Relações com Investidores. Daniel também atuou emestruturações de governança corporativa, além de ocupar posições como Conselheiro de Administração e na coordenação de comitês em empresas listadas na B3. Também atua como conselheiro de empresas de capitalfechado e startups. Trabalhou em diversas indústrias, especialmente em Energia Renovável, Shoppings, RealEstate e telecom. Liderou a estruturação, negociação e fechamento de operações multibilionárias delevantamento de capital como dívida e equity. Criou e implementou diversos processos e pricing einvestimentos em infraestrutura, particularmente em energia renovável. Investidor anjo desde 2014, e Chairde Deal Flow da HBS Alumni Angels of Brazil. Formado em Engenharia pela POLI - USP e pelo PLD na HarvardBusiness School. É também um profissional CGA certificado pela ANBIMA.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2024	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		02/05/2024	Sim	01/05/2018

Nome: Geoffrey David Cleaver **CPF:** 063.631.758-79 **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 01/03/1961

Experiência Profissional: Geoffrey Cleaver é sócio da gestora Vested Capital Limitada. Antes disto, foi diretor da Mantiq Investimentos Limitada, uma gestora de fundos de Private Equity com foco em infraestrutura, adquirida no ano de 2016 pela Angra Partners junto ao Banco Santander (Brasil) S.A. De 2004 a 2012, o Sr. Geoffrey Cleaver foi superintendente-executivo do Banco Santander (Brasil) e do Banco Real S.A, trabalhando na área de gestão de fundos de Private Equity. O Sr. Geoffrey Cleaver é formado em administração pela FAAP em 1984. Ingressou no Banco Real no final de 2004, após ter trabalhado por mais de oito anos no Latin America Enterprise Fund Managers, um gestor de fundos de private equity para a América Latina. No Latin America Enterprise Fund Managers, o Sr. Geoffrey Cleaver foi co-responsável pela carteira de investimentos dos fundos LAEF I e LAEF II no Brasil. Anteriormente, o Sr. Geoffrey Cleaver trabalhou por dez anos no Banco J.P. Morgan S.A., nas áreas de investment banking e private equity

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2024	2 anos	Outros Conselheiros	Membro efetivo do Conselho de Administração, indicado a Presidente do Órgão em 01/03/24	02/05/2024	Sim	01/05/2018

Nome: MATHEUS GUIMARÃES ANTUNES **CPF:** 949.035.908-44 **Profissão:** Engenheiro Industrial Químico **Data de Nascimento:** 20/04/1954

Experiência Profissional: O Sr. Matheus Guimaraes Antunes é graduado em engenharia industrial química pela Escola de Engenharia da Universidade Mackenzie, com especialização em administração e marketing na Fundação Getúlio Vargas, São Paulo Possui mais de quinze anos de experiência no setor elétrico e de energia renovável e mais de 40 anos de experiência profissional, tendo trabalhado em empresas de primeira linha, tais como Grupo Bunge, SEBRAE, Complexo Industrial Portuário de SUAPE – PE, Grupo Queiroz Galvão e em companhia relevante do setor elétrico, como Queiroz Galvão Energia.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2024	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		02/05/2024	Sim	08/02/2024

Nome: Paulo Roberto Gozzi **CPF:** 246.395.148-67 **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 09/03/1974

Experiência Profissional: Paulo Gozzi é advogado, graduado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e mestre em Finanças Corporativas (MBA - stricto-sensu) pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Com mais 25 anos de experiência em fusões, aquisições e governança corporativa, atuou como Diretor da CSN e CSN Mineração e como conselheiro de diversas sociedades de capital aberto e fechado, seja no Conselho de Administração, Conselho Fiscal e/ou Comitês internos.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	19/01/2024	2 anos	Outros Diretores	Diretor Jurídico	22/01/2024	Sim	22/01/2024

Nome: RODRIGO BOTA FILHO **CPF:** 254.423.608-64 **Profissão:** Engenheiro Eletricista **Data de Nascimento:** 29/10/1974

Experiência Profissional: O Sr. Rodrigo Bota Filho, é Engenheiro Eletricista com ênfase em energia e automação formado pela Escola Politécnica da USP, pós-graduado em Gestão de Negócios e Direito Contratual, ambos pelo INSPER São Paulo e especializado em Comercialização de Energia pela escola politécnica da USP. Rodrigo possui 25 anos de experiência no Setor Elétrico brasileiro tendo sólida experiência técnica e executiva adquirida em empresas multinacionais como ABB, VATECH, GE, AREVA. Atuando como executivo, conselheiro ou consultor, Rodrigo atuou em empresas como Renova Energia, Ambar Energia, Actis e Taesa.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	08/02/2024	2 anos	Outros Diretores	Diretor sem designação específica	09/02/2024	Sim	08/02/2024

Experiência Profissional: Formado em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com especialização em Mamp;A, participou de mais de 80 transações que totalizam mais de R\$ 10 bilhões. Atuou com sócio em diversos escritórios renomados de advocacia como também teve forte atuação como Conselheiro em diversas empresas como Brasil Telecom, Unipar e Quattor.

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2024	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		02/05/2024	Sim	05/05/2022
Diretoria	01/03/2024	2 anos	Diretor Presidente / Superintendente		04/03/2024	Sim	04/03/2024

Experiência Profissional: Vitor Hugo Alexandrino da Silva é bacharel em Engenharia de Produção Mecânica pela –Universidade Paulista epós-graduado em Administração com ênfase em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas - EAESP. Com mais de 20anos de experiência na Área Financeira, com ênfase em Business Valuation, Mamp;A, Controladoria e Gestão dePortfólio, atuou em empresas nacionais e multinacionais no segmento de energia e consultoria.

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	28/03/2023	2 anos	Outros Diretores	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	28/03/2023	Sim	08/08/2022

7.4 Composição dos comitês

Nome: Daniel Teruo Famano **CPF:** 299.262.938-32 **Profissão:** Engenheiro de materias **Data de Nascimento:** 09/01/1980

Experiência Profissional: Daniel Famano tem uma experiência expressiva de mais de 15 anos em desenvolvimento de negócios,corporate e project finance, valuation, IPO, Mamp;A e Relações com Investidores. Daniel também atuou emestruturações de governança corporativa, além de ocupar posições como Conselheiro de Administração e na coordenação de comitês em empresas listadas na B3. Também atua como conselheiro de empresas de capitalfechado e startups. Trabalhou em diversas indústrias, especialmente em Energia Renovável, Shoppings, RealEstate e telecom. Liderou a estruturação, negociação e fechamento de operações multibilionárias delevantamento de capital como dívida e equity. Criou e implementou diversos processos e pricing einvestimentos em infraestrutura, particularmente em energia renovável. Investidor anjo desde 2014, e Chairde Deal Flow da HBS Alumni Angels of Brazil. Formado em Engenharia pela POLI - USP e pelo PLD na HarvardBusiness School. É também um profissional CGA certificado pela ANBIMA.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria não Estatuário	Membro do Comitê (Efetivo)		2 anos			24/06/2022	Sim	24/06/2022
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		2 anos	Comitê de Gestão		24/06/2022	Sim	24/06/2022

Nome: Geoffrey David Cleaver **CPF:** 063.631.758-79 **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 01/03/1961

Experiência Profissional: Geoffrey Cleaver é sócio da gestora Vested Capital Limitada. Antes disto, foi diretor da Mantiq Investimentos Limitada, uma gestora de fundos de Private Equity com foco em infraestrutura, adquirida no ano de 2016 pela Angra Partners junto ao Banco Santander (Brasil) S.A. De 2004 a 2012, o Sr. Geoffrey Cleaver foi superintendente-executivo do Banco Santander (Brasil) e do Banco Real S.A, trabalhando na área de gestão de fundos de Private Equity. O Sr. Geoffrey Cleaver é formado em administração pela FAAP em 1984. Ingressou no Banco Real no final de 2004, após ter trabalhado por mais de oito anos no Latin America Enterprise Fund Managers, um gestor de fundos de private equity para a América Latina. No Latin America Enterprise Fund Managers, o Sr. Geoffrey Cleaver foi co-responsável pela carteira de investimentos dos fundos LAEF I e LAEF II no Brasil. Anteriormente, o Sr. Geoffrey Cleaver trabalhou por dez anos no Banco J.P. Morgan S.A., nas áreas de investment banking e private equity

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria não Estatuário	Membro do Comitê (Efetivo)	12/05/2022	2 anos			12/05/2022	Sim	12/05/2022
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	12/05/2022	2 anos	Comitê de Gestão		12/05/2022	Sim	12/05/2022

Nome: MATHEUS GUIMARÃES ANTUNES **CPF:** 949.035.908-44 **Profissão:** Engenheiro Industrial Químico **Data de Nascimento:** 20/04/1954

Experiência Profissional: O Sr. Matheus Guimaraes Antunes é graduado em engenharia industrial química pela Escola de Engenharia da Universidade Mackenzie, com especialização em administração e marketing na Fundação Getúlio Vargas, São Paulo Possui mais de quinze anos de experiência no setor elétrico e de energia renovável e mais de 40 anos de experiência profissional, tendo trabalhado em empresas de primeira linha, tais como Grupo Bunge, SEBRAE, Complexo Industrial Portuário de SUAPE – PE, Grupo Queiroz Galvão e em companhia relevante do setor elétrico, como Queiroz Galvão Energia.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria não Estatuário	Membro do Comitê (Efetivo)	09/02/2024	2 anos			08/02/2024	Sim	08/02/2024

Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	09/02/2024	2 anos	Comitê de Gestão	08/02/2024	Sim	08/02/2024
----------------	----------------------------	------------	--------	------------------	------------	-----	------------

Nome: Sergio Ros Brasil Pinto **CPF:** 010.833.047-80 **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 23/05/1970

Experiência Profissional: Formado em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com especialização em Mamp;A, participou de mais de 80 transações que totalizam mais de R\$ 10 bilhões. Atuou com sócio em diversos escritórios renomados de advocacia como também teve forte atuação como Conselheiro em diversas empresas como Brasil Telecom, Unipar e Quattor.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria não Estatuário	Membro do Comitê (Efetivo)	12/05/2022	2 anos			12/05/2022	Sim	12/05/2022
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	12/05/2022	2 anos	Comitê de Gestão		12/05/2022	Sim	12/05/2022

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administradores do emissor; e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor; administradores do emissor e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas pelos conselheiros indicados.

7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7. Acordos/seguros de administradores

A Companhia possui uma apólice de seguro de Responsabilidade Civil Geral dos Administradores (D&O), contratada com a Tóquio Marine Seguradora S/A, cujo o número da apólice é a 100 0000052230, com cobertura extensiva às suas controladas e/ou subsidiárias para reparação de danos causados a terceiros, decorrentes da má conduta de qualquer pessoa física, que tenha sido, seja ou venha a ser, conforme o caso, membro do conselho de administração, da diretoria, do conselho fiscal ou de qualquer outro órgão estatutário ou órgão criado pelo estatuto social, no exercício das atividades. Referida apólice de seguro D&O possui limite máximo de indenização fixado em R\$ 60 milhões e vigência até 31 de janeiro de 2024, o qual possui prêmio no valor total de R\$ 525,2 mil.

Adicionalmente, referida apólice possui prazos complementar e suplementar de cobertura, sendo o prazo complementar igual a 36 meses contados da data do término do período de vigência da apólice, e o prazo suplementar, o qual será aplicável encerrado o prazo complementar, nos seguintes termos:

Prazos Porcentagem sobre o Prêmio:

12 meses: 75% do prêmio

24 meses: 100% do prêmio

7.8 Outras informações relevantes

7.8. *Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes*

Todas as informações pertinentes foram explanadas nos itens anteriores.

8.1 Política ou prática de remuneração

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

- a. *objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado;***

A prática de remuneração da Companhia tem por objetivo: (i) alinhar os interesses dos administradores e empregados aos interesses dos acionistas; (ii) alinhar os interesses dos administradores e empregados ao interesse social e objetivos de curto e longo prazo da Companhia; e (iii) atrair e reter profissionais de qualidade. A Companhia não possui política de remuneração formalmente aprovada por órgão da administração estatutária.

- b. *práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando: (i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam; (ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos; (iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor.***

Os membros do Conselho de Administração da Companhia não eram remunerados, até o exercício de 2018. Tal prática foi alterada a partir do referido exercício social, passando os conselheiros indicados pelos não controladores a receberem montantes similares a título de remuneração. Nova prática foi adotada durante o exercício social de 2022, quando todos os membros do Conselho de Administração da Companhia passaram a ser remunerados.

A remuneração individual dos conselheiros e da Diretoria Estatutária é determinada pelo Conselho de Administração, tendo como base a análise realizada pelo Comitê de Gestão, não estatutário, da Companhia. A remuneração individual é estipulada com base em referências de mercado, decorrentes da participação da Companhia em pesquisas de remuneração ou como convidada em pesquisas promovidas por outras empresas. Além disso, apesar de a Companhia não possuir política formalmente aprovada por órgão de administração estatutária, o Conselho de Administração verifica anualmente a remuneração individual quando da determinação do valor da remuneração global a ser proposto à Assembleia Geral.

- c. *composição da remuneração, indicando:***

- (i) *descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo em relação a cada um deles:***

- seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor;***

Diretoria

A remuneração da Diretoria, estatutária e não estatutária, é formada pelos seguintes elementos: (i) remuneração fixa mensal, com o objetivo de incentivar os diretores e consequentemente gerar valor para a Companhia, bem como otimizar o investimento da Companhia em recursos humanos

8.1 Política ou prática de remuneração

para atrair e reter profissionais capacitados e considerados fundamentais para a sustentabilidade de seus negócios; (ii) remuneração variável, incluindo o pagamento de bônus, bem como de participação nos lucros e resultados, em determinados exercícios sociais, que tem por objetivo incentivar o aumento de produtividade dos diretores com cumprimento de metas alinhadas aos interesses de curto prazo da Companhia, a fim de possibilitar o seu crescimento; (iii) benefícios pós-emprego; e (iv) benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo, ambos tendo por objetivo atrair profissionais capacitados para aumento da geração de valor da Companhia.

Além dos elementos acima, pode haver remuneração baseada em ações, nos termos do plano de opção de compra de ações da Companhia aprovado na assembleia geral extraordinária realizada em 18 de janeiro de 2010 (“Plano de Opção”), com o objetivo de manter um compromisso de longo prazo, alinhando os interesses da administração com os interesses dos acionistas da Companhia. O Plano de Opção, no entanto, não possui, atualmente, quaisquer beneficiários ativos.

Além das remunerações fixa e variável, os Diretores são elegíveis a receber os seguintes benefícios: assistência médica, assistência odontológica, seguro de vida, vale refeição e alimentação, auxílio creche, estacionamento e opção de adesão a academias de ginástica conveniadas.

Comitês

A Companhia não remunera seus administradores e empregados por participação em comitês, estatutários ou não estatutários.

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração que não foram indicados pelos controladores passaram a receber remuneração fixa mensal no exercício de 2018, exceto aqueles que renunciaram voluntariamente a esta remuneração, e indicados pelos controladores passaram a receber remuneração fixa mensal durante o exercício de 2022. Porém tais membros não são elegíveis aos benefícios da Companhia acima mencionados.

Conforme previsto no item 1.2 do Plano de Opção, os membros do Conselho de Administração, na qualidade de administradores, poderão ser selecionados como participantes do referido Plano. Para o caso de eventual outorga de opções a membros do Conselho de Administração, a fim de evitar a existência de conflitos de interesse, a matéria é levada para deliberação da Assembleia Geral da Companhia.

Isso porque, tratando-se de um caso omissivo e passível de conflito de interesse, caso seja regulado pelo próprio Conselho de Administração, é permitido ao referido Conselho consultar a Assembleia Geral, conforme dispõe o item 3.4 do Plano de Opção.

Ainda, a Companhia esclarece que, até a presente data, não foram realizadas outorgas de opções para membros do seu Conselho de Administração.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros efetivos do Conselho Fiscal corresponde ao valor aprovado em Assembleia Geral, observando o mínimo legal previsto no artigo 162, §3º, da Lei das Sociedades por Ações.

8.1 Política ou prática de remuneração

- *sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais;*

As tabelas abaixo apresentam as proporções médias de cada elemento da remuneração dos administradores da Companhia na remuneração total destes, em relação aos 3 últimos exercícios sociais:

2022:

Órgão	Remuneração Fixa Anual	Remuneração Variável	Pós Emprego	Cessaçãodo Exercício do Cargo	Ações
Diretoria Estatutária	46,30%	39,10%	0,14%	14,46%	0,00%
Diretoria Não Estatutária	64,43%	29,21%	0,00%	6,36%	0,00%
Comitês Estatutários	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Conselho de Administração	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Conselho Fiscal	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

2021:

Órgão	Remuneração Fixa Anual	Remuneração Variável	Pós Emprego	Cessaçãodo Exercício do Cargo	Ações
Diretoria Estatutária	86,03%	0,00%	0,00%	13,97%	0,00%
Diretoria Não Estatutária	67,21%	8,56%	0,22%	24,01%	0,00%
Comitês Estatutários	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Conselho de Administração	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Conselho Fiscal	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

2020:

Órgão	Remuneração Fixa Anual	Remuneração Variável	Pós Emprego	Cessaçãodo Exercício do Cargo	Ações
Diretoria Estatutária	67,64%	17,02%	0,00%	15,34%	0,00%
Diretoria Não Estatutária	73,91%	13,06%	0,19%	12,84%	0,00%

8.1 Política ou prática de remuneração

Órgão	Remuneração Fixa Anual	Remuneração Variável	Pós Emprego	Cessação do Exercício do Cargo	Ações
Comitês Estatutários	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Conselho de Administração	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Conselho Fiscal	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

As proporções de cada elemento da remuneração indicadas neste item não consideram os encargos sociais de ônus do empregador, nos termos do item 10.2.8, alínea b, do Ofício Circular/ANUAL-2023-CVM/SEP.

- ***sua metodologia de cálculo e de reajuste;***

A remuneração fixa, variável e baseada em ações dos administradores da Companhia, bem como os benefícios, são estabelecidas de acordo com referências de mercado, decorrentes da participação da Companhia em pesquisas de remuneração ou ainda, como convidada em pesquisas promovidas por outras empresas. O modelo de remuneração da Companhia visa atrair e reter profissionais que agreguem para os resultados da Companhia. O valor da remuneração é reajustado se avaliada necessidade, considerando o índice de inflação medido no período fiscal, o reajuste previsto no acordo coletivo dos empregados e a performance dos profissionais.

- ***principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG.***

A remuneração fixa não considera indicadores de desempenho.

A remuneração variável se baseia na performance da Companhia, no cumprimento de metas estabelecidas com base em indicadores estipulados anualmente pelo Conselho de Administração, além de no aferimento de competências individuais.

A remuneração baseada em ações (Plano de Opção) é estabelecida com base na performance pessoal dos membros da administração, resultados globais da empresa e cumprimento das metas estabelecidas. No Plano de Opção, o número de ações a serem adquiridas em caso de exercício é negociado com o administrador, sendo que o montante acompanha a valorização de mercado prevista.

A remuneração individual do Conselho de Administração e da Diretoria não é determinada com base indicadores de desempenho ligados a questões ASG.

(ii) razões que justificam a composição da remuneração;

Conforme exposto no item (i) acima, a composição da remuneração nesse modelo visa alinhar os interesses e reter profissionais de qualidade, bem como atrair profissionais qualificados, com fito a incrementar a geração de valor pela Companhia. A parcela variável tem como objetivo, ainda, motivar os administradores a trabalharem pelo cumprimento das metas, entrega de projetos e crescimento da Companhia. A composição da remuneração considera também as responsabilidades de cada cargo.

(iii) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato;

Não há membros não remunerados na Diretoria Estatutária, Conselho de Administração ou Conselho Fiscal da Companhia.

8.1 Política ou prática de remuneração

A Companhia esclarece ainda, que não remunera seus administradores por participação em comitês, estatutários ou não estatutários. A remuneração dos administradores é contrapartida suficiente para o exercício de seus cargos regulares e eventual participação em comitês da Companhia, não havendo a necessidade de remuneração adicional neste último caso.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos;

Os administradores da Companhia não recebem remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos. Excepcionalmente no exercício social de 2021, as 15 sociedades do Grupo Brasil PCH, controladas diretamente pela Chipley SP Participações S.A. e indiretamente pela Companhia (controladora direta da Chipley SP Participações S.A.), suportaram parte da remuneração fixa da diretoria estatutária da Companhia, conforme detalhado nos itens 8.3 e 8.19 a seguir.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor;

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como alienação do controle societário da Companhia.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,75	3,00	5,00	14,75
Nº de membros remunerados	6,75	3,00	5,00	14,75
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.316.700,00	3.120.646,67	554.500,00	4.991.846,67
Benefícios direto e indireto	0,00	514.567,05	0,00	514.567,05
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	2.808.576,00	0,00	2.808.576,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	1.824.508,78	0,00	1.824.508,78
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros de cada órgão foi apurado por meio da média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais, conforme disposto no Ofício Circular/ANUAL-2023-CVM/SEP.	O número de membros de cada órgão foi apurado por meio da média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais, conforme disposto no Ofício Circular/ANUAL-2023-CVM/SEP.	O número de membros de cada órgão foi apurado por meio da média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais, conforme disposto no Ofício Circular/ANUAL-2023-CVM/SEP.	
Total da remuneração	1.316.700,00	8.268.298,50	554.500,00	10.139.498,50

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,83	2,42	5,00	13,25
Nº de membros remunerados	3,25	2,42	5,00	10,67
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	464.213,15	2.527.443,27	464.293,20	3.455.949,62
Benefícios direto e indireto	0,00	241.625,68	0,00	241.625,68
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	2.338.448,05	0,00	2.338.448,05
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	8.973,97	0,00	8.973,97
Cessação do cargo	0,00	864.849,32	0,00	864.849,32
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros de cada órgão foi apurado por meio da média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais, conforme disposto no Ofício Circular/ANUAL-2023-CVM/SEP.	O número de membros de cada órgão foi apurado por meio da média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais, conforme disposto no Ofício Circular/ANUAL-2023-CVM/SEP.	O número de membros de cada órgão foi apurado por meio da média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais, conforme disposto no Ofício Circular/ANUAL-2023-CVM/SEP.	
Total da remuneração	464.213,15	5.981.340,29	464.293,20	6.909.846,64

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	2,00	5,00	14,00
Nº de membros remunerados	3,00	2,00	5,00	10,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	336.000,00	2.053.743,92	498.469,84	2.888.213,76
Benefícios direto e indireto	0,00	168.072,08	0,00	168.072,08
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	360.924,23	0,00	360.924,23
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros de cada órgão foi apurado por meio da média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais, conforme disposto no Ofício Circular/ANUAL-2023-CVM/SEP.	O número de membros de cada órgão foi apurado por meio da média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais, conforme disposto no Ofício Circular/ANUAL-2023-CVM/SEP.	O número de membros de cada órgão foi apurado por meio da média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais, conforme disposto no Ofício Circular/ANUAL-2023-CVM/SEP.	
Total da remuneração	336.000,00	2.582.740,23	498.469,84	3.417.210,07

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	2,00	4,42	14,42
Nº de membros remunerados	3,00	2,00	4,42	9,42
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	336.000,00	1.820.000,00	395.091,49	2.551.091,49
Benefícios direto e indireto	0,00	204.232,10	0,00	204.232,10
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	46.666,66	0,00	46.666,66
Descrição de outras remunerações fixas		Gratificações		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	521.422,00	0,00	521.422,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	469.547,42	0,00	469.547,42
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros de cada órgão foi apurado por meio da média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais, conforme disposto no Ofício Circular/ANUAL-2023-CVM/SEP.	O número de membros de cada órgão foi apurado por meio da média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais, conforme disposto no Ofício Circular/ANUAL-2023-CVM/SEP.	O número de membros de cada órgão foi apurado por meio da média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais, conforme disposto no Ofício Circular/ANUAL-2023-CVM/SEP.	
Total da remuneração	336.000,00	3.061.868,18	395.091,49	3.792.959,67

8.3 Remuneração Variável**Exercício Social: 31/12/2023**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	6,75	3,00	5,00	14,75
N° de membros remunerados	0,00	3,00	0,00	3,00
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração e os membros do Conselho Fiscal recebem pró-labore mensal, elemento da remuneração fixa, e não são elegíveis ao pagamento remuneração variável, tal como bônus ou participação no resultado da Companhia. Conforme informado no item 8.1.b, os Conselheiros de Administração passaram a receber remuneração fixa mensal durante o exercício de 2022 e os membros do Conselho Fiscal recebem remuneração fixa mensal, observando o mínimo legal previsto no artigo 162, §3º,		Os membros do Conselho de Administração e os membros do Conselho Fiscal recebem pró-labore mensal, elemento da remuneração fixa, e não são elegíveis ao pagamento remuneração variável, tal como bônus ou participação no resultado da Companhia. Conforme informado no item 8.1.b, os Conselheiros de Administração passaram a receber remuneração fixa mensal durante o exercício de 2022 e os membros do Conselho Fiscal recebem remuneração fixa mensal, observando o mínimo legal previsto no artigo 162, §3º,	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	2808576,00	0,00	2.808.576,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	2340480,00	0,00	2.340.480,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,83	2,42	5,00	13,25
Nº de membros remunerados	0,00	2,42	0,00	2,42

Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração e os membros do Conselho Fiscal recebem pró-labore mensal, elemento da remuneração fixa, e não são elegíveis ao pagamento remuneração variável, tal como bônus ou participação no resultado da Companhia. Conforme informado no item 8.1.b, os Conselheiros de Administração passaram a receber remuneração fixa mensal durante o exercício de 2022 e os membros do Conselho Fiscal recebem remuneração fixa mensal, observando o mínimo legal previsto no artigo 162, §3º,		Os membros do Conselho de Administração e os membros do Conselho Fiscal recebem pró-labore mensal, elemento da remuneração fixa, e não são elegíveis ao pagamento remuneração variável, tal como bônus ou participação no resultado da Companhia. Conforme informado no item 8.1.b, os Conselheiros de Administração passaram a receber remuneração fixa mensal durante o exercício de 2022 e os membros do Conselho Fiscal recebem remuneração fixa mensal, observando o mínimo legal previsto no artigo 162, §3º,	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	423144,20	0,00	423.144,20
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	325821,03	0,00	325.821,03
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	2581780,90	0,00	2.581.780,90
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	2151484,08	0,00	2.151.484,08
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	2338448,05	0,00	2.338.448,05

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	2,00	5,00	14,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00	0,00	2,00
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração e os membros do Conselho Fiscal recebem pró-labore mensal, elemento da remuneração fixa, e não são elegíveis ao pagamento remuneração variável, tal como bônus ou participação no resultado da Companhia. Conforme informado no item 8.1.b, os Conselheiros de Administração passaram a receber remuneração fixa mensal durante o exercício de 2022 e os membros do Conselho Fiscal recebem remuneração fixa mensal, observando o mínimo legal previsto no artigo 162, §3º,		Os membros do Conselho de Administração e os membros do Conselho Fiscal recebem pró-labore mensal, elemento da remuneração fixa, e não são elegíveis ao pagamento remuneração variável, tal como bônus ou participação no resultado da Companhia. Conforme informado no item 8.1.b, os Conselheiros de Administração passaram a receber remuneração fixa mensal durante o exercício de 2022 e os membros do Conselho Fiscal recebem remuneração fixa mensal, observando o mínimo legal previsto no artigo 162, §3º,	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	377807,32	0,00	377.807,32
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	290911,64	0,00	290.911,64
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00

Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	1437468,03	0,00	1.437.468,03
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	1105744,64	0,00	1.105.744,64
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	2,00	4,42	14,42
Nº de membros remunerados	0,00	2,00	0,00	2,00
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração e os membros do Conselho Fiscal recebem pró-labore mensal, elemento da remuneração fixa, e não são elegíveis ao pagamento remuneração variável, tal como bônus ou participação no resultado da Companhia. Conforme informado no item 8.1.b, os Conselheiros de Administração passaram a receber remuneração fixa mensal durante o exercício de 2022 e os membros do Conselho Fiscal recebem remuneração fixa mensal, observando o mínimo legal previsto no artigo 162, §3º,		Os membros do Conselho de Administração e os membros do Conselho Fiscal recebem pró-labore mensal, elemento da remuneração fixa, e não são elegíveis ao pagamento remuneração variável, tal como bônus ou participação no resultado da Companhia. Conforme informado no item 8.1.b, os Conselheiros de Administração passaram a receber remuneração fixa mensal durante o exercício de 2022 e os membros do Conselho Fiscal recebem remuneração fixa mensal, observando o mínimo legal previsto no artigo 162, §3º,	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	356422,00	0,00	356.422,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	274444,94	0,00	274.444,94
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	3238532,00	0,00	3.238.532,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	1619266,00	0,00	1.619.266,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	521422,00	0,00	521.422,00

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. Termos e condições gerais

A Companhia poderá outorgar, a critério do Conselho de Administração, opção de compra de ações àqueles indicados pela Diretoria e Comitê de Gestão. As opções são outorgadas nos termos de Programas estabelecidos com base no Plano de Opção.

O Conselho de Administração, conforme o caso, criará Programas de Opção de Compra de Ações (“Programas”) em que serão definidos: (i) os beneficiários do Programa, (ii) o número total de ações da Companhia objeto da outorga, o qual poderá ser dividido em lotes, (iii) o preço de exercício, (iv) os prazos para o exercício da opção; (v) as condições de exercício; e (vi) eventuais restrições à circulabilidade das ações recebidas por meio do exercício da opção e disposições sobre penalidade.

Quando do lançamento de cada Programa, o Conselho de Administração fixará os termos e condições de cada opção em Contrato de Outorga de Opções (“Contrato de Outorga”) a ser celebrado entre a Companhia e cada beneficiário. O Contrato de Outorga definirá, dentre outras, as seguintes condições:

- (i) O número de ações que o beneficiário terá direito de adquirir ou subscrever com o exercício da opção e o preço por ação, de acordo com o Programa;
- (ii) O prazo inicial de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida e as datas limite para o exercício total ou parcial da opção e em que os direitos decorrentes da opção expirarão;
- (iii) As condições para o exercício das opções de compra;
- (iv) O preço de exercício da opção de compra;
- (v) Eventuais normas sobre quaisquer restrições à transferência das ações recebidas pelo exercício da opção e disposições sobre penalidades para o descumprimento destas restrições; e
- (vi) Quaisquer outros termos e condições que não estejam em desacordo com o Plano de Opção e respectivo Programa.

No âmbito do Plano de Opção da Companhia, o Conselho de Administração já instituiu dois Programas (Programa 2011 e Programa 2013), que foram descontinuados e, no momento, não contemplam beneficiários ativos. O Plano de Opção da Companhia, atualmente, não possui Programas em vigor e não contempla quaisquer beneficiários ativos.

O prazo de vigência do Plano de Opção é indeterminado, podendo ser extinto a qualquer tempo por decisão da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

b. Data de aprovação e órgão responsável

O Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia foi aprovado em 18 de janeiro de 2010 pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.

c. Número máximo de ações abrangidas

O Plano de Opção pode abranger até 5% do total das ações de emissão da Companhia, em bases totalmente diluídas (considerando-se, inclusive, as opções de compra de ações outorgadas no âmbito do Plano de Opção, exercidas ou não).

d. Número máximo de opções a serem outorgadas

Desde que respeitado o número máximo de ações abrangidas pelo Plano de Opção, não há número máximo de opções a serem outorgadas.

e. Condições de aquisição de ações

As condições de aquisição de ações poderão ser oportunamente definidas pelo Conselho de Administração e refletidas nos Contratos de Outorga e/ou nos Programas, caso o Plano de Opção venha a contemplar novos beneficiários.

f. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Os critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício poderão ser oportunamente definidos pelo Conselho de Administração e refletidas nos Contratos de Outorga e/ou nos Programas, caso o Plano de Opção venha a contemplar novos beneficiários.

g. Critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Os critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício poderão ser oportunamente definidos pelo Conselho de Administração e refletidas nos Contratos de Outorga e/ou nos Programas, caso o Plano de Opção venha a contemplar novos beneficiários.

h. Forma de liquidação

A liquidação é feita à vista, preferencialmente em dinheiro, no ato da aquisição das ações. O Conselho de Administração pode, ao seu exclusivo critério, estabelecer, em cada Contrato de Outorga, outras formas, condições e prazos de pagamento.

i. Restrições à transferência das ações

O beneficiário do Plano de Opção somente poderá vender, locar, transferir, onerar ou, de qualquer forma, alienar as ações da Companhia adquiridas no âmbito do Plano de Opção se respeitadas todas as condições previstas no Contrato de Outorga, no Plano de Opção, na Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia e na legislação e regulamentação aplicáveis.

O Conselho de Administração, ao seu critério, poderá estabelecer restrições à transferência de ações em cada Contrato de Outorga.

j. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

A Assembleia Geral e o Conselho de Administração da Companhia poderão, a qualquer tempo, alterar ou extinguir o Plano de Opção.

k. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Em caso de desligamento por iniciativa do participante, o participante: (i) perderá, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as opções que lhe tenham sido concedidas e que ainda não sejam exercíveis na data do desligamento; e (ii) poderá exercer as opções que já forem exercíveis na data do desligamento, no prazo de 1 (um) ano contado da data do desligamento, mediante entrega de comunicação por escrito.

Na hipótese de o desligamento ter ocorrido por iniciativa da Companhia e tiver sido sem justa causa, o participante: (i) perderá, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as opções que lhe tenham sido concedidas e que ainda não sejam exercíveis na data do desligamento; e (ii) poderá exercer as opções que já forem exercíveis na data do desligamento, no prazo de 1 (um) ano contado da data do desligamento, mediante entrega de comunicação por escrito.

Nas hipóteses de desligamento do participante da Companhia com justa causa, o participante perderá, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as opções que lhe tenham sido concedidas, independentemente de serem exercíveis, ou não, na data do desligamento.

No caso de falecimento ou invalidez permanente, o participante:

- (i) perderá imediatamente as opções outorgadas, mas que ainda não forem exercíveis na data do falecimento ou da verificação da invalidez permanente; e
- (ii) as opções que já forem exercíveis na data do falecimento ou da invalidez permanente do participante poderão ser exercidas pelos sucessores ou pelo inventariante, em caso de falecimento, ou pelo próprio participante, em caso de invalidez permanente, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da morte do participante ou da regular constatação, nos termos da legislação aplicável, do seu estado de invalidez permanente.

No caso de aposentadoria do participante, o Conselho de Administração decidirá, caso a caso, o tratamento que será dado às opções já outorgadas, mas ainda não exercíveis. As opções que forem exercíveis na data da aposentadoria do participante poderão ser exercidas no prazo a ser determinado pelo Conselho de Administração.

Além das regras gerais disciplinadas pelo Plano de Opção, descritas acima, os Contratos de Outorga podem prever regras especiais aplicáveis em caso de desligamento dos beneficiários, conforme determinadas pelo Conselho de Administração e acordadas com os respectivos beneficiários.

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)**Exercício Social: 31/12/2023**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	6,75	3,00	5,00	14,75
N° de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000	0,000000	0,00
Esclarecimento	Não há previsão de remuneração baseada em ações para os membros do Conselho de Administração para o exercício social corrente.	Não há previsão de remuneração baseada em ações para os membros da Diretoria Estatutária para o exercício social corrente.	Não há previsão de remuneração baseada em ações para os membros do Conselho Fiscal para o exercício social corrente.	----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	5,83	2,42	5,00	13,25
N° de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000	0,000000	0,00
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não receberam remuneração baseada em ações no exercício social encerrado em 2022.	Os membros da Diretoria Estatutária não receberam remuneração baseada em ações no exercício social encerrado em 2022.	Os membros do Conselho Fiscal não receberam remuneração baseada em ações no exercício social encerrado em 2022.	----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	7,00	2,00	5,00	14,00
N° de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000	0,000000	0,00
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não receberam remuneração baseada em ações no exercício social encerrado em 2021.	Os membros da Diretoria Estatutária não receberam remuneração baseada em ações no exercício social encerrado em 2021.	Os membros do Conselho Fiscal não receberam remuneração baseada em ações no exercício social encerrado em 2021.	----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	8,00	2,00	4,42	14,42
N° de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000	0,000000	0,00
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não receberam remuneração baseada em ações no exercício social encerrado em 2020.	Os membros da Diretoria Estatutária não receberam remuneração baseada em ações no exercício social encerrado em 2020.	Os membros do Conselho Fiscal não receberam remuneração baseada em ações no exercício social encerrado em 2020.	----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Perdas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Com relação aos exercícios sociais encerrados em 2022, 2021 e 2020, não foram outorgadas opções de compra de ações para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia.

Não há previsão de outorgas de opções de compras de ações para os membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária para o exercício social corrente.

8.7 Opções em aberto

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária, ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não houve opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não houve opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária nos 3 últimos exercícios sociais.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não houve ações a serem entregues diretamente aos beneficiários relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária reconhecidas no resultado dos 3 últimos exercícios sociais.

8.10 Outorga de ações

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Com relação aos exercícios sociais encerrados em 2022, 2021 e 2020, não foram realizadas outorgas de ações para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia.

Não há previsão de outorgas de ações para os membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária para o exercício social corrente.

8.11 Ações Entregues

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	6,75	3,00	5,00
N° de membros remunerados	0,00	0,00	0,00
N° de ações	0	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Esclarecimento	A Companhia não entregou ações nos exercícios sociais encerrados em 2020, 2021, 2022 e 2023, pois, embora possuía o Plano de Opção desde 2011, conforme informado no item 8.4.a, no âmbito do referido Plano de Opção, o Programa 2011 e o Programa 2013, instituídos pelo Conselho de Administração, foram descontinuados e, no momento, não contemplam beneficiários ativos. Além disso, o Plano de Opção da Companhia, atualmente, não possui Programas em vigor e não contempla quaisquer beneficiários ativos.	A Companhia não entregou ações nos exercícios sociais encerrados em 2020, 2021, 2022 e 2023, pois, embora possuía o Plano de Opção desde 2011, conforme informado no item 8.4.a, no âmbito do referido Plano de Opção, o Programa 2011 e o Programa 2013, instituídos pelo Conselho de Administração, foram descontinuados e, no momento, não contemplam beneficiários ativos. Além disso, o Plano de Opção da Companhia, atualmente, não possui Programas em vigor e não contempla quaisquer beneficiários ativos.	A Companhia não entregou ações nos exercícios sociais encerrados em 2020, 2021, 2022 e 2023, pois, embora possuía o Plano de Opção desde 2011, conforme informado no item 8.4.a, no âmbito do referido Plano de Opção, o Programa 2011 e o Programa 2013, instituídos pelo Conselho de Administração, foram descontinuados e, no momento, não contemplam beneficiários ativos. Além disso, o Plano de Opção da Companhia, atualmente, não possui Programas em vigor e não contempla quaisquer beneficiários ativos.

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	5,83	2,42	5,00
N° de membros remunerados	0,00	0,00	0,00
N° de ações	0	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Esclarecimento	A Companhia não entregou ações nos exercícios sociais encerrados em 2020, 2021, 2022 e 2023, pois, embora possuía o Plano de Opção desde 2011, conforme informado no item 8.4.a, no âmbito do referido Plano de Opção, o Programa 2011 e o Programa 2013, instituídos pelo Conselho de Administração, foram descontinuados e, no momento, não contemplam beneficiários ativos. Além disso, o Plano de Opção da Companhia, atualmente, não possui Programas em vigor e não contempla quaisquer beneficiários ativos.	A Companhia não entregou ações nos exercícios sociais encerrados em 2020, 2021, 2022 e 2023, pois, embora possuía o Plano de Opção desde 2011, conforme informado no item 8.4.a, no âmbito do referido Plano de Opção, o Programa 2011 e o Programa 2013, instituídos pelo Conselho de Administração, foram descontinuados e, no momento, não contemplam beneficiários ativos. Além disso, o Plano de Opção da Companhia, atualmente, não possui Programas em vigor e não contempla quaisquer beneficiários ativos.	A Companhia não entregou ações nos exercícios sociais encerrados em 2020, 2021, 2022 e 2023, pois, embora possuía o Plano de Opção desde 2011, conforme informado no item 8.4.a, no âmbito do referido Plano de Opção, o Programa 2011 e o Programa 2013, instituídos pelo Conselho de Administração, foram descontinuados e, no momento, não contemplam beneficiários ativos. Além disso, o Plano de Opção da Companhia, atualmente, não possui Programas em vigor e não contempla quaisquer beneficiários ativos.

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	7,00	2,00	5,00
N° de membros remunerados	0,00	0,00	0,00
N° de ações	0	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00

Esclarecimento	A Companhia não entregou ações nos exercícios sociais encerrados em 2020, 2021, 2022 e 2023, pois, embora possua o Plano de Opção desde 2011, conforme informado no item 8.4.a, no âmbito do referido Plano de Opção, o Programa 2011 e o Programa 2013, instituídos pelo Conselho de Administração, foram descontinuados e, no momento, não contemplam beneficiários ativos. Além disso, o Plano de Opção da Companhia, atualmente, não possui Programas em vigor e não contempla quaisquer beneficiários ativos.	A Companhia não entregou ações nos exercícios sociais encerrados em 2020, 2021, 2022 e 2023, pois, embora possua o Plano de Opção desde 2011, conforme informado no item 8.4.a, no âmbito do referido Plano de Opção, o Programa 2011 e o Programa 2013, instituídos pelo Conselho de Administração, foram descontinuados e, no momento, não contemplam beneficiários ativos. Além disso, o Plano de Opção da Companhia, atualmente, não possui Programas em vigor e não contempla quaisquer beneficiários ativos.	A Companhia não entregou ações nos exercícios sociais encerrados em 2020, 2021, 2022 e 2023, pois, embora possua o Plano de Opção desde 2011, conforme informado no item 8.4.a, no âmbito do referido Plano de Opção, o Programa 2011 e o Programa 2013, instituídos pelo Conselho de Administração, foram descontinuados e, no momento, não contemplam beneficiários ativos. Além disso, o Plano de Opção da Companhia, atualmente, não possui Programas em vigor e não contempla quaisquer beneficiários ativos.
----------------	--	--	--

Exercício Social: 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	8,00	2,00	4,42
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00
Nº de ações	0	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Esclarecimento	A Companhia não entregou ações nos exercícios sociais encerrados em 2020, 2021, 2022 e 2023, pois, embora possua o Plano de Opção desde 2011, conforme informado no item 8.4.a, no âmbito do referido Plano de Opção, o Programa 2011 e o Programa 2013, instituídos pelo Conselho de Administração, foram descontinuados e, no momento, não contemplam beneficiários ativos. Além disso, o Plano de Opção da Companhia, atualmente, não possui Programas em vigor e não contempla quaisquer beneficiários ativos.	A Companhia não entregou ações nos exercícios sociais encerrados em 2020, 2021, 2022 e 2023, pois, embora possua o Plano de Opção desde 2011, conforme informado no item 8.4.a, no âmbito do referido Plano de Opção, o Programa 2011 e o Programa 2013, instituídos pelo Conselho de Administração, foram descontinuados e, no momento, não contemplam beneficiários ativos. Além disso, o Plano de Opção da Companhia, atualmente, não possui Programas em vigor e não contempla quaisquer beneficiários ativos.	A Companhia não entregou ações nos exercícios sociais encerrados em 2020, 2021, 2022 e 2023, pois, embora possua o Plano de Opção desde 2011, conforme informado no item 8.4.a, no âmbito do referido Plano de Opção, o Programa 2011 e o Programa 2013, instituídos pelo Conselho de Administração, foram descontinuados e, no momento, não contemplam beneficiários ativos. Além disso, o Plano de Opção da Companhia, atualmente, não possui Programas em vigor e não contempla quaisquer beneficiários ativos.

8.12 Precificação das ações/opções

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo: (a) modelo de precificação; (b) dados e premissas utilizados no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco; (c) método utilizados e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado; (d) forma de determinação da volatilidade esperada; (e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo.

Não há outras informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, além daquelas já constantes deste item 8.

8.13 Participações detidas por órgão

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

A tabela abaixo indica a quantidade de ações detidas diretamente pelos Conselheiros e Diretores Estatutários da Companhia, e o percentual que suas participações individuais representam na quantidade total de ações emitidas pela Companhia, em 31 de dezembro de 2022:

Quantidade de ações do Conselho de Administração e Diretoria em 31/12/2022

Ações da Companhia:

Órgão	Quantidade de Ações em 31/12/2022					
	ON	% ON	PN	% PN	Units	% Units
Conselho de Administração	11	0,0000%	100.001	0,0819%	0	0,0000%
Conselho Fiscal	65.401	0,0536%	130.800	0,1071%	65.400	1,2946%
Diretoria	31.038	0,0254%	112.076	0,0918%	30.403	0,6018%

Ações das Controladas da Companhia:

Órgão	Quantidade de Ações em 31/12/2022					
	ON	% ON	PN	% PN	Units	% Units
Conselho de Administração	0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
Conselho Fiscal	0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
Diretoria	0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%

Ações das Controladoras da Companhia:

Órgão	Quantidade de Ações em 31/12/2022					
	ON	% ON	PN	% PN	Units	% Units
Conselho de Administração	0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
Conselho Fiscal	0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
Diretoria	0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%

8.14 Planos de previdência

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela: (a) órgão; (b) número de membros; (c) número de membros remunerados; (d) nome do plano; (e) quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar; (f) condições para se aposentar antecipadamente; (g) valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; (h) valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; (i) se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições.

A Companhia não oferece planos de previdência aos membros do conselho de administração ou aos diretores estatutários.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Nº de membros	2,42	2,00	2,00	5,83	7,00	8,00	5,00	5,00	4,42
Nº de membros remunerados	2,42	2,00	2,00	3,25	3,00	3,00	5,00	5,00	4,42
Valor da maior remuneraçãoReal	1.738.536,50	1.640.086,68	1.847.679,99	125.879,82	144.000,00	144.000,00	94.530,82	99.911,90	90.999,96
Valor da menor remuneraçãoReal	881.610,13	942.653,55	1.067.522,96	125.879,82	96.000,00	96.000,00	94.530,82	99.022,38	90.999,96
Valor médio da remuneraçãoReal	2.475.037,36	1.291.370,11	1.530.934,09	142.834,82	112.000,00	112.000,00	92.858,64	99.693,97	89.454,68

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2022	Essas informações não incluem os encargos sociais de ônus do empregador, nos termos do item 10.2.13, alínea b, do Ofício Circular/ANUAL-2022- CVM/SEP.	No exercício social encerrado em 31/12/2022, o número de membros remunerados da Diretoria Estatutária da Companhia aumentou, o que contribuiu para que o valor médio da remuneração total, calculado dividindo-se a remuneração total pela média do número de membros apurado mensalmente, tenha sido maior do que o valor da maior remuneração individual atribuída aos membros desses órgãos.
31/12/2021	Essas informações não incluem os encargos sociais de ônus do empregador, nos termos do item 10.2.13, alínea b, do Ofício Circular/ANUAL-2022- CVM/SEP.	
31/12/2020	Essas informações não incluem os encargos sociais de ônus do empregador, nos termos do item 10.2.13, alínea b, do Ofício Circular/ANUAL-2022- CVM/SEP.	

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2022	Essas informações não incluem os encargos sociais de ônus do empregador, nos termos do item 10.2.13, alínea b, do Ofício Circular/ANUAL-2022- CVM/SEP.	No exercício social encerrado em 31/12/2022, o número de membros remunerados do Conselho de Administração aumentou, o que contribuiu para que o valor médio da remuneração total, calculado dividindo-se a remuneração total pela média do número de membros apurado mensalmente, tenha sido maior do que o valor da maior remuneração individual atribuída aos membros desses órgãos.
31/12/2021	Essas informações não incluem os encargos sociais de ônus do empregador, nos termos do item 10.2.13, alínea b, do Ofício Circular/ANUAL-2022- CVM/SEP.	
31/12/2020	Essas informações não incluem os encargos sociais de ônus do empregador, nos termos do item 10.2.13, alínea b, do Ofício Circular/ANUAL-2022- CVM/SEP.	

	Conselho Fiscal	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2022	Essas informações não incluem os encargos sociais de ônus do empregador, nos termos do item 10.2.13, alínea b, do Ofício Circular/ANUAL-2022- CVM/SEP.	
31/12/2021	Essas informações não incluem os encargos sociais de ônus do empregador, nos termos do item 10.2.13, alínea b, do Ofício Circular/ANUAL-2022- CVM/SEP.	
31/12/2020	Essas informações não incluem os encargos sociais de ônus do empregador, nos termos do item 10.2.13, alínea b, do Ofício Circular/ANUAL-2022- CVM/SEP.	

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Em determinados casos, definidos pelo Conselho de Administração da Companhia, há a previsão de bônus de desligamento, caso os diretores estatutários sejam destituídos de seu cargo. O Conselho de Administração pode estabelecer, caso a caso, outras gratificações em caso de destituição.

A Companhia não possui outros arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Exercício social	Percentual da remuneração total do órgão referente a membros que são partes relacionadas aos controladores			
	Corrente	Encerrados		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Conselho de Administração	28,57%	25,85%	0,00%	0,00%
Diretoria Estatutária	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Conselho Fiscal	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

8.18 Remuneração - Outras funções

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não existem valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam nos 3(três) últimos exercícios sociais, bem como não há previsão para o exercício social corrente.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título, tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Órgão	2023 <i>(previsto)</i>	2022 <i>(encerrado)</i>	2021 <i>(encerrado)</i>	2020 <i>(encerrado)</i>
Diretoria Estatutária	0,00	0,00	357.699,99	0,00
Conselho de Administração	0,00	0,00	0,00	0,00
Conselho Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00

A Companhia informa que, no exercício social de 2021 (no período entre julho de 2021 e dezembro de 2021), 15 sociedades do Grupo Brasil PCH, controladas diretamente pela Chipley SP Participações S.A. e indiretamente pela Companhia (controladora direta da Chipley SP Participações S.A.), suportaram parte da remuneração fixa da diretoria estatutária da Companhia, no valor bruto de R\$ 357.699,99 (sem considerar encargos sociais de ônus do empregador). As referidas sociedades são as seguintes: Brasil PCH S.A., PCHPAR Participações S.A., Santa Fé Energética S.A., Monte Serrat Energética S.A., Bonfante Energética S.A., Funil Energia S.A., Carangola Energia S.A., Caparaó Energia S.A., São Joaquim Energia S.A., São Pedro Energia S.A., São Simão Energia S.A., Calheiros Energia S.A., Irara Energética S.A., Retiro Velho Energética S.A. e Jataí Energética S.A.

Não existem valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos e de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia como remuneração dos membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, nos 3 (três) últimos exercícios sociais, bem como não há previsão para o exercício social corrente.

8.20 Outras informações relevantes

8.20. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram abrangidas pelos itens anteriores.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	004189		
Razão Social		Tipo Auditor	CPF/CNPJ
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA		Juridica	57.755.217/0001-29
Data de contratação do serviço		Data de início da prestação de serviço	
21/01/2008		21/01/2008	
Descrição dos serviços prestados			
Pela prestação dos serviços relacionados à: (i) revisão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia contidas nos Formulários de Informações Trimestrais (ITR) relativos aos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2015 e auditoria das demonstrações financeiras individual e consolidada da Companhia e de suas controladas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
Pela prestação dos serviços relacionados à: (i) revisão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia contidas nos Formulários de Informações Trimestrais (ITR) relativos aos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2015 e auditoria das demonstrações financeiras individual e consolidada da Companhia e de suas controladas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, a remuneração dos auditores correspondeu ao montante de R\$1.142.161,27. A Deloitte também prestou serviços de Due Diligence em relação a processos de M&A no total de R\$185.000,01 e serviços de auditoria contábil das demonstrações financeiras em USGAAS no valor de R\$ 1.166.180,76.			
Justificativa da substituição			
Tendo em vista a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica de Auditoria – NBC TA 600, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade em 27 de novembro de 2009, que torna o auditor responsável por todas as informações consolidadas do grupo econômico, conjugada com o artigo 31 da Instrução CVM nº 308 de 14 de maio de 1999, conforme alterada, que dispõe sobre a rotatividade dos auditores independentes a cada 5 (cinco) anos, sendo assim a mudança de auditores realizada pelos principais acionistas controladores da Companhia foi o fator que motivou a alteração de auditores da Companhia e de suas controladas.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não se aplica			

Código CVM do Auditor	003859		
Razão Social		Tipo Auditor	CPF/CNPJ
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES LTDA		Juridica	49.928.567/0001-11
Data de contratação do serviço		Data de início da prestação de serviço	
01/07/2012		01/07/2012	
Descrição dos serviços prestados			
Pela prestação dos serviços relacionados à: (i) revisão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia contidas nos Formulários de Informações Trimestrais (ITR) relativos aos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2016 e 31 de março de 2017 e auditoria das demonstrações financeiras individual e consolidada da Companhia e de suas controladas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			

Pela prestação dos serviços relacionados à: (i) revisão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia contidas nos Formulários de Informações Trimestrais (ITR) relativos aos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2016 e 31 de março de 2017 e auditoria das demonstrações financeiras individual e consolidada da Companhia e de suas controladas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a remuneração dos auditores correspondeu ao montante de R \$1.371.299,00.

Justificativa da substituição

Tendo em vista a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica de Auditoria – NBC TA 600, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade em 27 de novembro de 2009, que torna o auditor responsável por todas as informações consolidadas do grupo econômico, conjugada com o artigo 31 da Instrução CVM nº 308 de 14 de maio de 1999, conforme alterada, que dispõe sobre a rotatividade dos auditores independentes a cada 5 (cinco) anos, sendo assim a mudança de auditores realizada pelos principais acionistas controladores da Companhia foi o fator que motivou a alteração de auditores da Companhia e de suas controladas.

ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa

Não aplicável.

Código CVM do Auditor	004715		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S LTDA	Juridica	61.366.936/0004-78	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
01/04/2017	01/04/2017		
Descrição dos serviços prestados			
Pela prestação dos serviços relacionados à: (i) revisão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia contidas nos Formulários de Informações Trimestrais (ITR) relativos aos trimestres findos entre 30 de junho de 2017 e 31 de março de 2020 e auditoria das demonstrações financeiras individual e consolidada da Companhia e de suas controladas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
Pela prestação dos serviços relacionados à: (i) revisão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia contidas nos Formulários de Informações Trimestrais (ITR) relativos aos trimestres findos entre 30 de junho de 2017 e 31 de março de 2020 e auditoria das demonstrações financeiras individual e consolidada da Companhia e de suas controladas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019, a remuneração dos auditores corresponderá ao montante de R\$2.397.666,00.			
Justificativa da substituição			
Não aplicável, pois não houve substituição de auditor em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não aplicável.			

Código CVM do Auditor	010324		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	

BDO RCS Auditores Independentes - Sociedade Simples Limitada	Juridica	54.276.936/0001-79
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço	
06/04/2020	06/04/2020	
Descrição dos serviços prestados		
<p>Serviços relacionados à: (i) revisão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Renova Energia S.A. ("Companhia") contidas nos Formulários de Informações Trimestrais (ITR) relativos aos trimestres findos entre 30 de junho de 2020 e 31 de março de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) de revisão de informações intermediárias, com emissão de relatório sobre a revisão de informações trimestrais; (ii) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e de suas controladas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatórios Financeiros ("IFRS"), com emissão de relatório sobre referida demonstração financeira; (iii) Revisão das demonstrações financeiras para fins de suporte ao investimento da Renova Energia S.A.; (iv) Asseguração limitada sobre a estrutura de controles para o processo de compilação e apuração dos índices financeiros. Não foram prestados serviços que não tivessem relação com os serviços de auditoria independente.</p> <p>Em 14/06/2022 esse contrato foi aditivado prorrogando sua vigência para o período de 01/07/2022 a 01/07/2025.</p> <p>Serviços relacionados à: (i) revisão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Renova Energia S.A. ("Companhia") contidas nos Formulários de Informações Trimestrais (ITR) relativos aos trimestres findos entre 30 de junho de 2022 e 31 de março de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) de revisão de informações intermediárias, com emissão de relatório sobre a revisão de informações trimestrais; (ii) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e de suas controladas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2023 e 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatórios Financeiros ("IFRS"), com emissão de relatório sobre referida demonstração financeira; (iii) Revisão das demonstrações financeiras para fins de suporte ao investimento da Renova Energia S.A. Não foram prestados serviços que não tivessem relação com os serviços de auditoria independente</p>		
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social		
<p>Contrato R\$ 1.300.000,00 - Serviços relacionados à: (i) revisão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Renova Energia S.A. ("Companhia") contidas nos Formulários de Informações Trimestrais (ITR) relativos aos trimestres findos entre 30 de junho de 2020 e 31 de março de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) de revisão de informações intermediárias, com emissão de relatório sobre a revisão de informações trimestrais; (ii) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e de suas controladas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatórios Financeiros ("IFRS"), com emissão de relatório sobre referida demonstração financeira; (iii) Revisão das demonstrações financeiras para fins de suporte ao investimento da Renova Energia S.A.; (iv) Asseguração limitada sobre a estrutura de controles para o processo de compilação e apuração dos índices financeiros. Não foram prestados serviços que não tivessem relação com os serviços de auditoria independente.</p> <p>Aditivo R\$ 2.100.000,00 - Em 14/06/2022 esse contrato foi aditivado prorrogando sua vigência para o período de 01/07/2022 a 01/07/2025.</p> <p>Serviços relacionados à: (i) revisão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Renova Energia S.A. ("Companhia") contidas nos Formulários de Informações Trimestrais (ITR) relativos aos trimestres findos entre 30 de junho de 2022 e 31 de março de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) de revisão de informações intermediárias, com emissão de relatório sobre a revisão de informações trimestrais; (ii) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e de suas controladas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2023 e 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatórios Financeiros ("IFRS"), com emissão de relatório sobre referida demonstração financeira; (iii) Revisão das demonstrações financeiras para fins de suporte ao investimento da Renova Energia S.A. Não foram prestados serviços que não tivessem relação com os serviços de auditoria independente.</p> <p>Montante total R\$ 3.400.000,00</p>		
Justificativa da substituição		
Não Aplicável		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa		
Não Aplicável		

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

A administração da Companhia entende que os serviços mencionados nos itens 9.1 e 9.2 deste Formulário de Referência são caracterizados como serviços relacionados à auditoria e, por consequência, não afetam a independência e objetividade do auditor independente contratado.

Ademais, os auditores independentes da Companhia não foram contratados para prestar outros serviços que não aqueles relacionados a auditoria externa.

9.4 Outras informações relevantes

9.4 Independência e conflito de interesses dos auditores

Não tem nenhuma outra informação além daquelas já descritas nos itens anteriores.

10.1 Descrição dos recursos humanos

Nos termos do artigo 40 e parágrafo único da Resolução CVM nº 80, o emissor em recuperação judicial é dispensado de entregar este item do formulário de referência até a entrega em juízo do relatório circunstanciado ao final do processo da recuperação.

10.2 Alterações relevantes

Nos termos do artigo 40 e parágrafo único da Resolução CVM nº 80, o emissor em recuperação judicial é dispensado de entregar este item do formulário de referência até a entrega em juízo do relatório circunstanciado ao final do processo da recuperação.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Nos termos do artigo 40 e parágrafo único da Resolução CVM nº 80, o emissor em recuperação judicial é dispensado de entregar este item do formulário de referência até a entrega em juízo do relatório circunstanciado ao final do processo da recuperação.

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

Nos termos do artigo 40 e parágrafo único da Resolução CVM nº 80, o emissor em recuperação judicial é dispensado de entregar este item do formulário de referência até a entrega em juízo do relatório circunstanciado ao final do processo da recuperação.

10.5 Outras informações relevantes

Nos termos do artigo 40 e parágrafo único da Resolução CVM nº 80, o emissor em recuperação judicial é dispensado de entregar este item do formulário de referência até a entrega em juízo do relatório circunstanciado ao final do processo da recuperação.

11.1 Regras, políticas e práticas

11.1. Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

Não há uma política formalizada de aprovação de transações com partes relacionadas que tenha sido aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, no entanto, conforme artigo 25 do Estatuto Social da Companhia, todas e quaisquer transações com partes relacionadas devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração.

A Companhia avalia e negocia individualmente qualquer eventual contrato a ser celebrado com partes relacionadas, à luz dos termos e condições usualmente praticados pelo mercado, bem como diante das particularidades de cada operação, incluindo prazos, valores e atendimento de padrões de qualidade, dentre outros, de forma a sempre proteger o interesse social, nos termos do Estatuto Social.

Em observância ao Estatuto Social da Companhia e ao artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, os membros do Conselho de Administração da Companhia devem abster-se de votar com relação a qualquer matéria com a qual tenham interesse conflitante com o da Companhia.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial	31/12/2022	272.750,71	272.750,71	272.750,71	36 meses	
Relação com o emissor	CONTROLADA DIRETA					
Objeto contrato	RATEIO DAS DEPENDAS CENTRALIZADAS NA HOLDING					
Garantia e seguros	O contrato não possui previsão de constituição de garantias ou seguros					
Rescisão ou extinção	Esta transação não possui previsão de rescisão ou extinção					
Natureza e razão para a operação	Reembolso das despesas centralizadas na Renova Energia (Controladora) via rateio.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial	31/12/2021	27.253.008,34	27.253.008,34	27.253.008,34	sem vencimento	
Relação com o emissor	CONTROLADA INDIRETA					
Objeto contrato	OUTROS CRÉDITOS					
Garantia e seguros	O contrato não possui previsão de constituição de garantias ou seguros					
Rescisão ou extinção	Esta transação não possui previsão de rescisão ou extinção					
Natureza e razão para a operação	Créditos de terceiros recebidos pela Renova Energia da controlada.					
Posição contratual do emissor	Credor					
Especificação Posição Contratual						
Centrais Eólicas Abil S.A. - Em recuperação judicial	31/12/2022	2.119.606,41	2.119.606,41	2.119.606,41	36 meses	
Relação com o emissor	CONTROLADA INDIRETA					
Objeto contrato	RATEIO DAS DEPENDAS CENTRALIZADAS NA HOLDING					
Garantia e seguros	O contrato não possui previsão de constituição de garantias ou seguros					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Esta transação não possui previsão de rescisão ou extinção					
Natureza e razão para a operação	Reembolso das despesas centralizadas na Renova Energia (Controladora) via rateio.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
Centrais Eólicas Acácia S.A. - Em recuperação judicial	31/12/2022	1.392.974,61	1.392.974,61	1.392.974,61	36 meses	
Relação com o emissor	CONTROLADA INDIRETA					
Objeto contrato	RATEIO DAS DEPESAS CENTRALIZADAS NA HOLDING					
Garantia e seguros	O contrato não possui previsão de constituição de garantias ou seguros					
Rescisão ou extinção	Esta transação não possui previsão de rescisão ou extinção					
Natureza e razão para a operação	Reembolso das despesas centralizadas na Renova Energia (Controladora) via rateio.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
Centrais Eólicas Acácia S.A. - Em recuperação judicial	31/12/2021	532.775,23	532.775,23	532.775,23	sem vencimento	
Relação com o emissor	CONTROLADA INDIRETA					
Objeto contrato	OUTROS CRÉDITOS					
Garantia e seguros	O contrato não possui previsão de constituição de garantias ou seguros					
Rescisão ou extinção	Esta transação não possui previsão de rescisão ou extinção					
Natureza e razão para a operação	Créditos de terceiros recebidos pela Renova Energia da controlada.					
Posição contratual do emissor	Credor					
Especificação Posição Contratual						
Centrais Eólicas Amescla S.A. - Em recuperação judicial	31/12/2022	1.164.551,85	1.164.551,85	1.164.551,85	36 meses	

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	CONTROLADA INDIRETA					
Objeto contrato	RATEIO DAS DESPESAS CENTRALIZADAS NA HOLDING					
Garantia e seguros	O contrato não possui previsão de constituição de garantias ou seguros					
Rescisão ou extinção	Esta transação não possui previsão de rescisão ou extinção					
Natureza e razão para a operação	Reembolso das despesas centralizadas na Renova Energia (Controladora) via rateio.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
Centrais Eólicas Amescla S.A. - Em recuperação judicial	31/12/2021	13.587.280,96	13.587.280,96	13.587.280,96	sem vencimento	
Relação com o emissor	CONTROLADA INDIRETA					
Objeto contrato	OUTROS CRÉDITOS					
Garantia e seguros	O contrato não possui previsão de constituição de garantias ou seguros					
Rescisão ou extinção	Esta transação não possui previsão de rescisão ou extinção					
Natureza e razão para a operação	Créditos de terceiros cedidos pela Renova Energia para a controlada.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
Centrais Eólicas Angelim S.A. - Em recuperação judicial	31/12/2022	1.699.338,56	1.699.338,56	1.699.338,56	36 meses	
Relação com o emissor	CONTROLADA INDIRETA					
Objeto contrato	RATEIO DAS DESPESAS CENTRALIZADAS NA HOLDING					
Garantia e seguros	O contrato não possui previsão de constituição de garantias ou seguros					
Rescisão ou extinção	Esta transação não possui previsão de rescisão ou extinção					
Natureza e razão para a operação	Reembolso das despesas centralizadas na Renova Energia (Controladora) via rateio.					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
Centrais Eólicas Angelim S.A. - Em recuperação judicial	31/12/2021	5.000,00	5.000,00	5.000,00	sem vencimento	
Relação com o emissor	CONTROLADA INDIRETA					
Objeto contrato	OUTROS CRÉDITOS					
Garantia e seguros	O contrato não possui previsão de constituição de garantias ou seguros					
Rescisão ou extinção	Esta transação não possui previsão de rescisão ou extinção					
Natureza e razão para a operação	Créditos de terceiros cedidos pela Renova Energia para a controlada.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
Centrais Eólicas Angico S.A. - Em recuperação judicial	31/12/2022	753.663,39	753.663,39	753.663,39	36 meses	
Relação com o emissor	CONTROLADA INDIRETA					
Objeto contrato	RATEIO DAS DESPESAS CENTRALIZADAS NA HOLDING					
Garantia e seguros	O contrato não possui previsão de constituição de garantias ou seguros					
Rescisão ou extinção	Esta transação não possui previsão de rescisão ou extinção					
Natureza e razão para a operação	Reembolso das despesas centralizadas na Renova Energia (Controladora) via rateio.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
Centrais Eólicas Barbatimão S.A. - Em recuperação judicial	31/12/2022	1.325.593,58	1.325.593,58	1.325.593,58	36 meses	
Relação com o emissor	CONTROLADA INDIRETA					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	RATEIO DAS DEPESAS CENTRALIZADAS NA HOLDING					
Garantia e seguros	O contrato não possui previsão de constituição de garantias ou seguros					
Rescisão ou extinção	Esta transação não possui previsão de rescisão ou extinção					
Natureza e razão para a operação	Reembolso das despesas centralizadas na Renova Energia (Controladora) via rateio.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
Centrais Eólicas Barbatimão S.A. - Em recuperação judicial	31/12/2021	535.573,75	535.573,75	535.573,75	sem vencimento	
Relação com o emissor	CONTROLADA INDIRETA					
Objeto contrato	OUTROS CRÉDITOS					
Garantia e seguros	O contrato não possui previsão de constituição de garantias ou seguros					
Rescisão ou extinção	Esta transação não possui previsão de rescisão ou extinção					
Natureza e razão para a operação	Créditos de terceiros recebidos pela Renova Energia da controlada.					
Posição contratual do emissor	Credor					
Especificação Posição Contratual						
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	31/12/2022	2.124.589,10	2.124.589,10	2.124.589,10	36 meses	
Relação com o emissor	CONTROLADA DIRETA					
Objeto contrato	RATEIO DAS DEPESAS CENTRALIZADAS NA HOLDING					
Garantia e seguros	O contrato não possui previsão de constituição de garantias ou seguros					
Rescisão ou extinção	Esta transação não possui previsão de rescisão ou extinção					
Natureza e razão para a operação	Reembolso das despesas centralizadas na Renova Energia (Controladora) via rateio.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Especificação Posição Contratual						
Centrais Eólicas Cedro S.A. - Em recuperação judicial	31/12/2022	914.314,79	914.314,79	914.314,79	36 meses	
Relação com o emissor	CONTROLADA INDIRETA					
Objeto contrato	RATEIO DAS DESPESAS CENTRALIZADAS NA HOLDING					
Garantia e seguros	O contrato não possui previsão de constituição de garantias ou seguros					
Rescisão ou extinção	Esta transação não possui previsão de rescisão ou extinção					
Natureza e razão para a operação	Reembolso das despesas centralizadas na Renova Energia (Controladora) via rateio.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
Centrais Eólicas Cedro S.A. - Em recuperação judicial	31/12/2021	357.027,36	357.027,36	357.027,36	sem vencimento	
Relação com o emissor	CONTROLADA INDIRETA					
Objeto contrato	OUTROS CRÉDITOS					
Garantia e seguros	O contrato não possui previsão de constituição de garantias ou seguros					
Rescisão ou extinção	Esta transação não possui previsão de rescisão ou extinção					
Natureza e razão para a operação	Créditos de terceiros recebidos pela Renova Energia da controlada.					
Posição contratual do emissor	Credor					
Especificação Posição Contratual						
Centrais Eólicas Facheio S.A. - Em recuperação judicial	31/12/2022	1.318.194,49	1.318.194,49	1.318.194,49	36 meses	
Relação com o emissor	CONTROLADA INDIRETA					
Objeto contrato	RATEIO DAS DESPESAS CENTRALIZADAS NA HOLDING					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	O contrato não possui previsão de constituição de garantias ou seguros					
Rescisão ou extinção	Esta transação não possui previsão de rescisão ou extinção					
Natureza e razão para a operação	Reembolso das despesas centralizadas na Renova Energia (Controladora) via rateio.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
Centrais Eólicas Facheio S.A. - Em recuperação judicial	31/12/2021	535.475,55	535.475,55	535.475,55	sem vencimento	
Relação com o emissor	CONTROLADA INDIRETA					
Objeto contrato	OUTROS CRÉDITOS					
Garantia e seguros	O contrato não possui previsão de constituição de garantias ou seguros					
Rescisão ou extinção	Esta transação não possui previsão de rescisão ou extinção					
Natureza e razão para a operação	Créditos de terceiros recebidos pela Renova Energia da controlada.					
Posição contratual do emissor	Credor					
Especificação Posição Contratual						
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. - Em recuperação judicial	31/12/2022	1.891.139,04	1.891.139,04	1.891.139,04	36 meses	
Relação com o emissor	CONTROLADA INDIRETA					
Objeto contrato	RATEIO DAS DEPESAS CENTRALIZADAS NA HOLDING					
Garantia e seguros	O contrato não possui previsão de constituição de garantias ou seguros					
Rescisão ou extinção	Esta transação não possui previsão de rescisão ou extinção					
Natureza e razão para a operação	Reembolso das despesas centralizadas na Renova Energia (Controladora) via rateio.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. - Em recuperação judicial	31/12/2021	1.021.942,54	1.021.942,54	1.021.942,54	sem vencimento	
Relação com o emissor	CONTROLADA INDIRETA					
Objeto contrato	OUTROS CRÉDITOS					
Garantia e seguros	O contrato não possui previsão de constituição de garantias ou seguros					
Rescisão ou extinção	Esta transação não possui previsão de rescisão ou extinção					
Natureza e razão para a operação	Créditos de terceiros recebidos pela Renova Energia da controlada.					
Posição contratual do emissor	Credor					
Especificação Posição Contratual						
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A. - Em recuperação judicial	31/12/2022	1.266.257,31	1.266.257,31	1.266.257,31	36 meses	
Relação com o emissor	CONTROLADA INDIRETA					
Objeto contrato	RATEIO DAS DESPESAS CENTRALIZADAS NA HOLDING					
Garantia e seguros	O contrato não possui previsão de constituição de garantias ou seguros					
Rescisão ou extinção	Esta transação não possui previsão de rescisão ou extinção					
Natureza e razão para a operação	Reembolso das despesas centralizadas na Renova Energia (Controladora) via rateio.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. - Em recuperação judicial	31/12/2022	875.832,35	875.832,35	875.832,35	36 meses	
Relação com o emissor	CONTROLADA INDIRETA					
Objeto contrato	RATEIO DAS DESPESAS CENTRALIZADAS NA HOLDING					
Garantia e seguros	O contrato não possui previsão de constituição de garantias ou seguros					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Esta transação não possui previsão de rescisão ou extinção					
Natureza e razão para a operação	Reembolso das despesas centralizadas na Renova Energia (Controladora) via rateio.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. - Em recuperação judicial	31/12/2021	250.215,48	250.215,48	250.215,48	sem vencimento	
Relação com o emissor	CONTROLADA INDIRETA					
Objeto contrato	OUTROS CRÉDITOS					
Garantia e seguros	O contrato não possui previsão de constituição de garantias ou seguros					
Rescisão ou extinção	Esta transação não possui previsão de rescisão ou extinção					
Natureza e razão para a operação	Créditos de terceiros recebidos pela Renova Energia da controlada.					
Posição contratual do emissor	Credor					
Especificação Posição Contratual						
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A. - Em recuperação judicial	31/12/2022	1.891.138,62	1.891.138,62	1.891.138,62	36 meses	
Relação com o emissor	CONTROLADA INDIRETA					
Objeto contrato	RATEIO DAS DEPESAS CENTRALIZADAS NA HOLDING					
Garantia e seguros	O contrato não possui previsão de constituição de garantias ou seguros					
Rescisão ou extinção	Esta transação não possui previsão de rescisão ou extinção					
Natureza e razão para a operação	Reembolso das despesas centralizadas na Renova Energia (Controladora) via rateio.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A. - Em recuperação judicial	31/12/2021	1.021.942,54	1.021.942,54	1.021.942,54	sem vencimento	

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	CONTROLADA INDIRETA					
Objeto contrato	OUTROS CRÉDITOS					
Garantia e seguros	O contrato não possui previsão de constituição de garantias ou seguros					
Rescisão ou extinção	Esta transação não possui previsão de rescisão ou extinção					
Natureza e razão para a operação	Créditos de terceiros cedidos pela Renova Energia para a controlada.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
Centrais Eólicas Jataí S.A. - Em recuperação judicial	31/12/2022	1.381.835,21	1.381.835,21	1.381.835,21	36 meses	
Relação com o emissor	CONTROLADA INDIRETA					
Objeto contrato	RATEIO DAS DESPESAS CENTRALIZADAS NA HOLDING					
Garantia e seguros	O contrato não possui previsão de constituição de garantias ou seguros					
Rescisão ou extinção	Esta transação não possui previsão de rescisão ou extinção					
Natureza e razão para a operação	Reembolso das despesas centralizadas na Renova Energia (Controladora) via rateio.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
Centrais Eólicas Juazeiro S.A. - Em recuperação judicial	31/12/2022	1.576.664,18	1.576.664,18	1.576.664,18	36 meses	
Relação com o emissor	CONTROLADA INDIRETA					
Objeto contrato	RATEIO DAS DESPESAS CENTRALIZADAS NA HOLDING					
Garantia e seguros	O contrato não possui previsão de constituição de garantias ou seguros					
Rescisão ou extinção	Esta transação não possui previsão de rescisão ou extinção					
Natureza e razão para a operação	Reembolso das despesas centralizadas na Renova Energia (Controladora) via rateio.					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Devedor					

Especificação Posição Contratual						

Centrais Eólicas Manineiro S.A. - Em recuperação judicial	31/12/2022	1.163.901,12	1.163.901,12	1.163.901,12	36 meses	
Relação com o emissor	CONTROLADA INDIRETA					

Objeto contrato	RATEIO DAS DEPESAS CENTRALIZADAS NA HOLDING					

Garantia e seguros	O contrato não possui previsão de constituição de garantias ou seguros					

Rescisão ou extinção	Esta transação não possui previsão de rescisão ou extinção					

Natureza e razão para a operação	Reembolso das despesas centralizadas na Renova Energia (Controladora) via rateio.					

Posição contratual do emissor	Devedor					

Especificação Posição Contratual						

Centrais Eólicas Manineiro S.A. - Em recuperação judicial	31/12/2021	13.587.280,97	13.587.280,97	13.587.280,97	sem vencimento	
Relação com o emissor	CONTROLADA INDIRETA					

Objeto contrato	OUTROS CRÉDITOS					

Garantia e seguros	O contrato não possui previsão de constituição de garantias ou seguros					

Rescisão ou extinção	Esta transação não possui previsão de rescisão ou extinção					

Natureza e razão para a operação	Créditos de terceiros cedidos pela Renova Energia para a controlada.					

Posição contratual do emissor	Devedor					

Especificação Posição Contratual						

Centrais Eólicas Pau d'Água S.A. - Em recuperação judicial	31/12/2022	1.477.038,21	1.477.038,21	1.477.038,21	36 meses	
Relação com o emissor	CONTROLADA INDIRETA					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	RATEIO DAS DESPESAS CENTRALIZADAS NA HOLDING					
Garantia e seguros	O contrato não possui previsão de constituição de garantias ou seguros					
Rescisão ou extinção	Esta transação não possui previsão de rescisão ou extinção					
Natureza e razão para a operação	Reembolso das despesas centralizadas na Renova Energia (Controladora) via rateio.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
Centrais Eólicas Sabiu S.A. - Em recuperação judicial	31/12/2022	1.123.732,07	1.123.732,07	1.123.732,07	36 meses	
Relação com o emissor	CONTROLADA INDIRETA					
Objeto contrato	RATEIO DAS DESPESAS CENTRALIZADAS NA HOLDING					
Garantia e seguros	O contrato não possui previsão de constituição de garantias ou seguros					
Rescisão ou extinção	Esta transação não possui previsão de rescisão ou extinção					
Natureza e razão para a operação	Reembolso das despesas centralizadas na Renova Energia (Controladora) via rateio.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
Centrais Eólicas Sabiu S.A. - Em recuperação judicial	31/12/2021	1.819.321,59	1.819.321,59	1.819.321,59	sem vencimento	
Relação com o emissor	CONTROLADA INDIRETA					
Objeto contrato	OUTROS CRÉDITOS					
Garantia e seguros	O contrato não possui previsão de constituição de garantias ou seguros					
Rescisão ou extinção	Esta transação não possui previsão de rescisão ou extinção					
Natureza e razão para a operação	Créditos de terceiros cedidos pela Renova Energia para a controlada.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Especificação Posição Contratual						
Centrais Eólicas São Salvador S.A. - Em recuperação judicial	31/12/2022	1.675.777,40	1.675.777,40	1.675.777,40	36 meses	
Relação com o emissor	CONTROLADA INDIRETA					
Objeto contrato	RATEIO DAS DEPESAS CENTRALIZADAS NA HOLDING					
Garantia e seguros	O contrato não possui previsão de constituição de garantias ou seguros					
Rescisão ou extinção	Esta transação não possui previsão de rescisão ou extinção					
Natureza e razão para a operação	Reembolso das despesas centralizadas na Renova Energia (Controladora) via rateio.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. - Em recuperação judicial	31/12/2022	1.619.681,82	1.619.681,82	1.619.681,82	36 meses	
Relação com o emissor	CONTROLADA INDIRETA					
Objeto contrato	RATEIO DAS DEPESAS CENTRALIZADAS NA HOLDING					
Garantia e seguros	O contrato não possui previsão de constituição de garantias ou seguros					
Rescisão ou extinção	Esta transação não possui previsão de rescisão ou extinção					
Natureza e razão para a operação	Reembolso das despesas centralizadas na Renova Energia (Controladora) via rateio.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
Centrais Eólicas Tabua S.A. - Em recuperação judicial	31/12/2022	1.383.485,45	1.383.485,45	1.383.485,45	36 meses	
Relação com o emissor	CONTROLADA INDIRETA					
Objeto contrato	RATEIO DAS DEPESAS CENTRALIZADAS NA HOLDING					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	O contrato não possui previsão de constituição de garantias ou seguros					
Rescisão ou extinção	Esta transação não possui previsão de rescisão ou extinção					
Natureza e razão para a operação	Reembolso das despesas centralizadas na Renova Energia (Controladora) via rateio.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A. - Em recuperação judicial	31/12/2022	1.629.507,49	1.629.507,49	1.629.507,49	36 meses	
Relação com o emissor	CONTROLADA INDIRETA					
Objeto contrato	RATEIO DAS DEPESAS CENTRALIZADAS NA HOLDING					
Garantia e seguros	O contrato não possui previsão de constituição de garantias ou seguros					
Rescisão ou extinção	Esta transação não possui previsão de rescisão ou extinção					
Natureza e razão para a operação	Reembolso das despesas centralizadas na Renova Energia (Controladora) via rateio.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A. - Em recuperação judicial	31/12/2021	465.192,19	465.192,19	465.192,19	sem vencimento	
Relação com o emissor	CONTROLADA INDIRETA					
Objeto contrato	OUTROS CRÉDITOS					
Garantia e seguros	O contrato não possui previsão de constituição de garantias ou seguros					
Rescisão ou extinção	Esta transação não possui previsão de rescisão ou extinção					
Natureza e razão para a operação	Créditos de terceiros cedidos pela Renova Energia para a controlada.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A. - Em recuperação judicial	31/12/2022	1.402.958,64	1.402.958,64	1.402.958,64	36 meses	
Relação com o emissor	CONTROLADA INDIRETA					
Objeto contrato	RATEIO DAS DEPENDAS CENTRALIZADAS NA HOLDING					
Garantia e seguros	O contrato não possui previsão de constituição de garantias ou seguros					
Rescisão ou extinção	Esta transação não possui previsão de rescisão ou extinção					
Natureza e razão para a operação	Reembolso das despesas centralizadas na Renova Energia (Controladora) via rateio.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. - Em recuperação judicial	31/12/2022	2.094.248,20	2.094.248,20	2.094.248,20	36 meses	
Relação com o emissor	CONTROLADA INDIRETA					
Objeto contrato	RATEIO DAS DEPENDAS CENTRALIZADAS NA HOLDING					
Garantia e seguros	O contrato não possui previsão de constituição de garantias ou seguros					
Rescisão ou extinção	Esta transação não possui previsão de rescisão ou extinção					
Natureza e razão para a operação	Reembolso das despesas centralizadas na Renova Energia (Controladora) via rateio.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
Centrais Eólicas Vellozia S.A. - Em recuperação judicial	31/12/2022	1.691.796,91	1.691.796,91	1.691.796,91	36 meses	
Relação com o emissor	CONTROLADA INDIRETA					
Objeto contrato	RATEIO DAS DEPENDAS CENTRALIZADAS NA HOLDING					
Garantia e seguros	O contrato não possui previsão de constituição de garantias ou seguros					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Esta transação não possui previsão de rescisão ou extinção					
Natureza e razão para a operação	Reembolso das despesas centralizadas na Renova Energia (Controladora) via rateio.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	31/12/2022	3.996.060,79	3.996.060,79	3.996.060,79	36 meses	
Relação com o emissor	CONTROLADA DIRETA					
Objeto contrato	RATEIO DAS DEPESAS CENTRALIZADAS NA HOLDING					
Garantia e seguros	O contrato não possui previsão de constituição de garantias ou seguros					
Rescisão ou extinção	Esta transação não possui previsão de rescisão ou extinção					
Natureza e razão para a operação	Reembolso das despesas centralizadas na Renova Energia (Controladora) via rateio.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	01/07/2020	134.637.055,62	136.473.317,32	134.637.055,62	Indeterminado	
Relação com o emissor	CONTROLADA DIRETA					
Objeto contrato	MÚTUO					
Garantia e seguros	O contrato não possui previsão de constituição de garantias ou seguros					
Rescisão ou extinção	Esta transação não possui previsão de rescisão ou extinção					
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	22/12/2020	28.055.000,00	12.337.016,44	28.055.000,00	Indeterminado	

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	CONTROLADA DIRETA					
Objeto contrato	MÚTUO					
Garantia e seguros	O contrato não possui previsão de constituição de garantias ou seguros					
Rescisão ou extinção	Esta transação não possui previsão de rescisão ou extinção					
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
SF 120 Participações Societárias S.A.	31/12/2022	1.487.212,83	1.487.212,83	1.487.212,83	36 meses	
Relação com o emissor	CONTROLADA DIRETA					
Objeto contrato	RATEIO DAS DESPESAS CENTRALIZADAS NA HOLDING					
Garantia e seguros	O contrato não possui previsão de constituição de garantias ou seguros					
Rescisão ou extinção	Esta transação não possui previsão de rescisão ou extinção					
Natureza e razão para a operação	Reembolso das despesas centralizadas na Renova Energia (Controladora) via rateio.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

11.2 'N'. Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesse

Em caso de conflito de interesse, a Companhia não adota uma política específica para transações com partes relacionadas, além das já previstas na legislação e nas normas regulatórias da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), inclusive com relação às práticas de governança previstas no Regulamento do Nível 2 da BM&FBOVESPA ("Regulamento do Nível 2"), bem como no Código de Ética e Conduta, que contém regras a respeito de conflitos de interesses.

Todas as operações são realizadas em condições normais de mercado, sendo praticadas nas mesmas condições àquelas praticadas com terceiros. Ademais, as operações são realizadas entre a Companhia e suas controladas, com baixo risco de conflito de interesse.

11.2 'O'. Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As transações realizadas entre a Companhia e suas controladas são realizadas observando as condições praticadas em mercado à época, tais como preços, prazos e taxas usuais de mercado, e tomando-se como base, ainda, negociações da mesma natureza realizadas anteriormente pela Companhia com terceiros. Tais transações são realizadas em caráter estritamente comutativo e com pagamento compensatório adequado, similares àquelas que poderiam ser estabelecidas em transações com partes não relacionadas.

As transações com partes relacionadas devem aprovadas pela administração da Companhia e formalizadas por meio de instrumento escrito, com a devida indicação do objeto da transação, valores envolvidos no negócio, prazos e taxas cobradas, se aplicáveis, bem como dos demais direitos e responsabilidades das partes envolvidas. Neste sentido, quando da realização de quaisquer transações com partes relacionadas, a Companhia age de forma a garantir que tais transações não venham a gerar quaisquer benefícios ou prejuízos indevidos às sociedades envolvidas. A Companhia busca sempre observar as condições praticadas no mercado ao contratar qualquer serviço, celebrar acordos ou estabelecer relações comerciais. Dessa forma, a Companhia entende que os procedimentos adotados asseguram a realização das suas transações com partes relacionadas em caráter comutativo com as condições pactuadas e com pagamento compensatório adequado.

11.3 Outras informações relevantes

11.3 Outras informações relevantes

Entendemos que não há quaisquer informações relevantes adicionais a serem apresentadas nessa seção.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
02/02/2023			4.170.394.390,17
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
124.741.981		124.741.975	249.483.956

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
02/02/2023			4.170.394.390,17
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
124.741.981		124.741.975	249.483.956

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
29/08/2022			4.139.097.532,13
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
122.073.879		122.073.867	244.147.746

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
23/08/2021			3.349.936.049,26
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
55.521.868		53.958.180	109.480.048

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
06/05/2021		3.295.172.753,48	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
50.854.986	49.287.480	100.142.466	

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
23/12/2016		2.960.775.976,98	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
31.352.518	10.367.206	41.719.724	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
23/12/2016		2.960.775.976,98	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
329.805.243	87.392.001	417.197.244	

Tipo Capital	Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
22/12/2014		831.605.609,83
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
0	0	0

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12. Capital social e valores mobiliários

12.2. *Emissores estrangeiros devem descrever os direitos de cada classe e espécie de ação emitida e as regras de seu país de origem e do país em que as ações estejam custodiadas no tocante a: **a.** direito a dividendos; **b.** direito de voto; **c.** conversibilidade em outra classe ou espécie de ação, indicando: **i.** condições; **ii.** efeitos sobre o capital social; **d.** direitos no reembolso de capital; **e.** direito a participação em oferta pública por alienação de controle; **f.** restrições à circulação; **g.** condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários; **h.** possibilidade de resgate de ações, indicando: **i.** hipóteses de resgate; **ii.** fórmula de cálculo do valor de resgate; **i.** hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação; **j.** hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável; **k.** outras características relevantes.*

A emissora tem em seu quadro de acionistas apenas sociedades e fundos nacionais, não havendo informação a ser submetida em tal item.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há outros valores mobiliários da Companhia emitidos no Brasil em 31 de dezembro de 2022.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há outros valores mobiliários da Companhia emitidos no Brasil em 31 de dezembro de 2022.

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5 Mercados de Negociação no Brasil

Os valores mobiliários da Companhia estão listados no Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob os códigos “RNEW3” (ações ordinárias), “RNEW4” (ações preferenciais) e “RNEW11” (units).

As características de cada uma estão destacadas abaixo:

Ordinárias

Nos termos do artigo 38 do Estatuto Social, a Alienação de Controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do Poder de Controle se obrigue a efetivar a oferta pública de aquisição das demais ações dos outros acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Nível 2 da BMF&BOVESPA, de forma a assegurar que os acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais recebam tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante, inclusive que recebam um valor por ação correspondente a 100% (cem por cento) do valor pago por ação ao Acionista Controlador Alienante.

Preferenciais

Nos termos do artigo 38 do Estatuto Social, a Alienação de Controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do Poder de Controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos outros acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Nível 2 da BMF&BOVESPA, de forma a assegurar que os acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais recebam tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante, inclusive que recebam um valor por ação correspondente a 100% (cem por cento) do valor pago por ação ao Acionista Controlador Alienante. Para os titulares de ações preferenciais é assegurado o direito ao recebimento de um valor por ação preferencial correspondente a 100% do valor pago aos acionistas titulares de ações ordinárias na hipótese de alienação do controle da Companhia nos termos do Capítulo VII do Estatuto Social da Companhia.

Units

Os titulares de Units terão o direito de, a qualquer tempo, solicitar à instituição financeira depositária o cancelamento das Units e a entrega das respectivas ações depositadas, observadas as regras fixadas pelo Conselho de Administração de acordo com o disposto no Estatuto Social da Companhia, exceto pelo prazo de 30 dias contado da data da publicação do Anúncio de Início, em conformidade com o disposto no art. 55, §2º do Estatuto Social da Companhia e com deliberação a esse respeito a ser tomada em Reunião do Conselho de Administração. As Units também conferirão aos seus titulares o direito: (i) de participar das Assembleias Gerais da Companhia e nelas exercer todas as prerrogativas conferidas às ações representadas pelas Units; e (ii) ao recebimento de ações decorrentes de cisão, incorporação ou fusão envolvendo a Companhia.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

- a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizadas as distribuições de valores mobiliários foram utilizadas para as obras dos parques eólicos da Companhia referente ao Alto Sertão II (2ª Emissão de Debêntures) e para suportar as atividades da Holding (3ª Emissão de Debêntures - Holding)
- b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição A companhia entende que não houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição.
- c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios conforme mencionados no item 'b' acima, a companhia entende que não houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição.

12.9 Outras informações relevantes

12.9 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram abrangidas nos itens anteriores.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Sergio Ros Brasil Pinto	Diretor Presidente	Alterado	Alteracao - Alteração no formulário conforme mudança do CEO de acordo com Comunicado ao Mercado divulgado 04/03
Vitor Hugo Alexandrino da Silva	Diretor de Relações com Investidores	Registrado	

13.1 Declaração do diretor presidente

**Nome do responsável pelo conteúdo do
Formulário de Referência:**

Sergio Ros Brasil Pinto


Cargo do responsável:

Diretor Presidente

O diretor acima qualificado declara que:

- a. Reviu o formulário de referência;
- b. Todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20;
- c. Todas as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

São Paulo, 02 de abril de 2024.



Sergio Ros Brasil Pinto

Diretor Presidente

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

**Nome do responsável pelo conteúdo do
Formulário de Referência:**

Vitor Hugo Alexandrino da Silva

Cargo do responsável:

Diretor de Relações com Investidores

O diretor acima qualificado declara que:

- a. Reviu o formulário de referência;
- b. Todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20;
- c. O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

São Paulo, 30 de maio de 2023.

VITOR HUGO
ALEXANDRINO DA
SILVA:28888781862

Assinado de forma digital por VITOR
HUGO ALEXANDRINO DA
SILVA:28888781862
Dados: 2023.05.26 10:10:10 -03'00'

Vitor Hugo Alexandrino da Silva

Diretor de Relação com Investidores